



UNIVERSIDADE ABERTA

“ Contribuição para o Estudo da Influência das Novas Políticas Sociais na Formação e Inserção Sócio-Profissional das Mulheres, no Concelho de Santa Marta de Penaguião”

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em
“Estudos Sobre as Mulheres”
Orientada pela Prof. Doutora Maria das Dores Guerreiro

Irene Maria Ferreira da Fonseca
(Licenciada)

Lisboa, Março de 2004

**“ Contribuição para o Estudo da Influência das Novas Políticas
Sociais na Formação e Inserção Sócio-Profissional das
Mulheres, no Concelho de Santa Marta de Penaguião”**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em
“Estudos Sobre as Mulheres”
Orientada pela Prof. Doutora Maria das Dores Guerreiro

Irene Maria Ferreira da Fonseca

Índice

Índice de quadros -----	2
Índice de Gráficos -----	5
Agradecimentos -----	6
Introdução -----	7
I ^a PARTE	
1 - Caracterização sumária da realidade política e social portuguesa e a evolução das políticas sociais em Portugal -----	12
1.1 - O contexto das políticas sociais desde o Estado Novo até á revolução de 1974 -----	14
1.2 - O desenvolvimento das políticas sociais após 1974 -----	16
1.3 - As alterações introduzidas nas políticas sociais a partir de 1986 -----	20
1.4 - A evolução das políticas sociais no período de 1995-2000 -----	23
2 - A família no séc. XX -----	28
2.1 - A intervenção do Estado na família -----	32
2.2 - Família e políticas sociais em Portugal de 1975 a 2006 -----	33
3 - O trabalho: evolução, importância e representações sociais -----	36
3.1 - Natureza e significado do trabalho -----	37
3.2 - Trabalho e socialização-----	37
3.3 - Trabalho e satisfação de necessidades -----	38
3.4 - O trabalho: perspectiva histórica -----	39
3.5 - O trabalho na sociedade pós-industrial -----	41
4 - As mulheres no mercado de trabalho-----	60
4.1 - A divisão sexual dos papéis -----	62
4.2 - O reflexo das novas modalidades de emprego das mulheres -----	63
4.3 - As mulheres portuguesas no mercado de trabalho -----	66
4.4 - Participação das mulheres na actividade económica -----	67
5 - Família e Trabalho-----	69
5.1 - As interligações família\trabalho e carreiras profissionais -	72
5.2 - Perspectivas para a igualdade de oportunidades e conciliação entre a vida familiar e a vida profissional -----	74
II ^a PARTE	
1 - Objectivos da pesquisa empírica -----	81
2 - Objecto de estudo -----	81
3 - Hipóteses -----	82
4 - Metodologia de recolha e análise da informação -----	82
4.1 - A escolha das entrevistadas -----	83
5 - Campo empírico de observação-----	84
5.1 - O contexto regional da pesquisa -----	85
5.2 - O Distrito de Vila Real -----	89
5.3 - O concelho de Santa Marta de Penaguião -----	90
6 - Análise das entrevistas-----	108
6.1 - Caracterização social das entrevistadas -	108
6.2 - Dimensões de análise -	109
Conclusões -----	168
Bibliografia -----	174

Anexos

Índice de quadros

Quadro 1 - Total de habitantes residentes, nº de famílias, nº de alojamentos do concelho, distribuição por freguesia -----	92
Quadro 2 - Total de habitantes residentes, nº de famílias, nº de alojamentos do concelho, distribuição por freguesia (valores em percentagem) -----	93
Quadro 3 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o estado civil e sexo -----	94
Quadro 4 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o estado civil e sexo (valores em percentagem) -	95
Quadro 5 a) - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido segundo o sexo -----	96
Quadro 5 b) - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido segundo o sexo (continuação) -	97
Quadro 6 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido segundo o sexo (valores em percentagem) -----	98
Quadro 7 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido segundo o sexo(continuação) (valores em percentagem) -----	98
Quadro 8 - Famílias clássicas residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo a sua dimensão -----	100
Quadro 9 - Famílias clássicas residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo a sua dimensão (valores em percentagem) --	101
Quadro 10 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o grupo etário e sexo -----	101
Quadro 11 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o grupo etário e sexo (valores em percentagem) ----	102
Quadro 12 - Variação da população presente, residente, nº famílias, nº de alojamentos e nº edifícios na década de 1991-2001 -----	104

Quadro 13 - Recursos Institucionais de Apoio às Crianças, Jovens e Idosos no Concelho e respectivas valências-----	105
Quadro 14 - Distribuição da população/crianças por faixas etárias segundo o sexo-----	106
Quadro 15 - Distribuição da população/crianças por faixas etárias segundo o sexo (valores em percentagem)-----	107
Quadro 16 - Distribuição das entrevistadas segundo o grupo etário---	111
Quadro 17 - Entrevistadas segundo a situação conjugal e a composição do seu agregado familiar-----	112
Quadro 18 - Distribuição da população segundo a área de residência--	114
Quadro 19 - Distribuição da população segundo as habilitações Literárias-----	115
Quadro 20 -Distribuição das entrevistadas segundo os cursos profissionais frequentados -----	116
Quadro 21 - Número total das entrevistadas e situação face ao Emprego-----	117
Quadro 22 - Distribuição das entrevistadas segundo as habilitações literárias qualificações profissionais e situação face ao emprego--	118
Quadro 23 - Distribuição das entrevistadas segundo as razões apresentadas para a situação de desemprego-----	121
Quadro 24 - Actividades profissionais desempenhadas anteriormente---	124
Quadro 25 - Actividades profissionais mais referenciadas pelas entrevistadas -----	126
Quadro 26 - Distribuição das entrevistadas segundo a profissão Actual-----	128
Quadro 27 - Distribuição das entrevistadas segundo o tipo de contrato e sua duração-----	129
Quadro 28 - Formas e modalidades de acolhimento e acompanhamento das crianças-----	132
Quadro 29 - Opinião das entrevistadas sobre a compatibilidade/incompatibilidade de horários das instituições com os horários de emprego-----	134
Quadro 30 - Disponibilidade de apoio familiar de retaguarda-----	135
Quadro 31 - Necessidade de recorrer a instituições de apoio social--	136
Quadro 32 - Hierarquização dos motivos pelos quais teve necessidade de recorrer a uma instituição-----	137

Quadro 33 - Frequência das respostas obtidas das entrevistadas em relação à dificuldade em conseguir colocação nas instituições de apoio-----	138
Quadro 34 -Distribuição das repostas relativamente aos aspectos que gostaria de ver melhorados-----	139
Quadro 35 - Aspectos relativos às instituições que as mulheres referem que gostariam de ver melhorados-----	142
Quadro 36 - Categorização dos rendimentos mensais do agregado familiar das entrevistadas e respectiva frequência-----	144
Quadro 37 - Categorização e frequência nos diferentes níveis de rendimento mensal -----	146
Quadro 38 - Categorização e frequência nos diferentes níveis de rendimento per capita diário-----	147
Quadro 39 - Proveniência das receitas do agregado familiar-----	149
Quadro 40 - Despesas mensais do agregado familiar (valores médios)--	151
Quadro 41 - Suficiência\insuficiência dos rendimentos familiares e satisfação de necessidades-----	154
Quadro 42 - Necessidades que gostaria de satisfazer e não consegue por insuficiência de rendimentos-----	157
Quadro 43 - Nível de satisfação em relação ao trabalho e às tarefas desenvolvidas-----	159
Quadro 44 - Predisposição para o trabalho-----	160
Quadro 45 - Situação ideal em termos de trabalho-----	160
Quadro 46 - Aspectos positivos relativos ao emprego referenciados pelas entrevistadas-----	162
Quadro 47 - Aspectos negativos relativos ao emprego referenciados pelas entrevistadas-----	163
Quadro 48 - Motivos apresentados pelas entrevistadas associados ao facto de não estarem a trabalhar-----	164
Quadro 49 - Expectativas face ao futuro-----	165
Quadro 50 - Principais expectativas, motivações e perspectiva pessoais, profissionais e sociais segundo cada uma das entrevistadas-----	169
Quadro 51 - Quadro síntese dos principais factos, expectativas, desejos, opiniões e motivações das entrevistadas-----	171

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Total de habitantes residentes, nº de famílias, nº de alojamentos do concelho, distribuição por freguesia-----	92
Gráfico 2 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o estado civil e sexo-----	94
Gráfico 3 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido segundo o sexo-----	97
Gráfico 4 - Famílias clássicas residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo a sua dimensão-----	100
Gráfico 5 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o grupo etário e sexo-----	102
Gráfico 6 - Distribuição da população/crianças por faixa etária segundo o sexo-----	107

Agradecimentos

Ao finalizar a presente dissertação relativa ao 6º curso do Mestrado em Estudos Sobre as Mulheres quero manifestar os meus agradecimentos à prof. Doutora Maria das Dores Guerreiro minha orientadora, pela transmissão dos conhecimentos técnico-científicos presentes neste trabalho e pelo apoio ao nível humano, componentes fundamentais sem os quais não seria possível a sua conclusão.

Agradeço igualmente à Prof. Doutora Teresa Joaquim (responsável do mestrado) o apoio manifestado, a cordialidade e a solicitude.

O meu reconhecimento e louvor pelo trabalho de colaboração e empenhamento dos técnicos, pessoal administrativo, e dirigentes das instituições que possibilitaram a realização deste estudo no terreno, designadamente da A 2000 - Associação para o Desenvolvimento, Associação de Apoio às Crianças e Jovens de Barqueiros, Gabinete Técnico de Intervenção do Alto Douro Vinhateiro, NERVIR - Núcleo Empresarial de Vila Real.

Aos profissionais do sector de documentação e arquivo da Universidade Aberta pela simpatia e disponibilidade.

Agradeço ainda à Dra. Esmeralda Carvalho do Instituto de Solidariedade e Segurança Social- ISSS- pelas primeiras orientações, encaminhamento e facilitação dos contactos iniciais aquando dos primeiros passos para a definição das estratégias e execução deste trabalho. À Sr.^a D. Maria do Patrocínio Delegado do Centro de Informação e de Documentação (CID) do ex. DEEP- Departamento de Estudos e Estatística Planeamento; à Dra. Maria João Quedas (responsável) do Centro de Recursos e Conhecimento (CRC) e à técnica Dra. Mónica Cabrita.

Finalmente, uma palavra de apreço e reconhecimento a todos os colegas, amigos e familiares pelo incentivo à conclusão deste trabalho, que particularmente nos momentos mais difíceis e de

maior desânimo me fizeram acreditar sempre "que valia a pena lutar até ao fim".

Introdução

Portugal, tem sofrido particularmente nos últimos 30 anos uma série de transformações em diferentes níveis e nas mais diversificadas áreas, que podemos considerar numa perspectiva sistémica, decorrentes das profundas alterações introduzidas no país, especialmente ao nível político, económico e sócio-cultural, que determinaram decisivamente, a evolução da sociedade portuguesa e que progressivamente aproximaram o país das sociedades europeias mais desenvolvidas. Essas transformações, na linha de pensamento de Guerreiro (2000) são devidas às dinâmicas inerentes das sociedades em geral, mas devem-se fundamentalmente a dois marcos políticos importantes da história do país: a revolução de 25 de Abril de 1974, e a integração na União Europeia em 1986.

O 25 de Abril de 1974, foi sem dúvida um dos momentos mais altos e significativos da história de Portugal da última metade do século XX, ligado à mudança do regime político vigente - a ditadura, cujas marcas se fizeram sentir intensamente por todo o país, ao longo de quase meio século, passando a vigorar um regime político democrático a exemplo do que já acontecia em quase toda a Europa.

Consequentemente esta mudança de regime, conduziu progressivamente a profundas alterações nos modos de vida da população portuguesa, no seu modo de pensar, de ser e de estar, bem como à emergência de novos valores marcados por um quadro de renovada esperança e por expectativas, que levaram a que o país tivesse uma nova orientação. Esta nova realidade política permitiu

que o país em 1986 integrasse a comunidade Económica Europeia, então designada CEE.

A entrada de Portugal na CEE constitui, como dissemos, o segundo marco importante da história do país, pois não só Portugal passou a estar integrado numa comunidade de países considerados política e economicamente desenvolvidos, mas sobretudo passou a poder participar na redefinição das políticas e orientações estratégicas definidas para o conjunto dos países que compunham a Comunidade. Tendo sido entretanto introduzidas medidas de carácter político económico e social, numa perspectiva desenvolvimentista, bem como a reorientação dos regulamentos para a atribuição dos fundos estruturais. Portugal, membro de pleno direito desta comunidade, passou então a beneficiar de um conjunto de apoios dos quais destacamos os apoios financeiros com vista a superar os consideráveis atrasos estruturais (de ordem educacional, social económica/empresarial e organizacional), atenuando as assimetrias entre o litoral e o interior do país promovendo progressivamente a equiparação aos seus parceiros europeus.

No âmbito do nosso trabalho, interessa-nos essencialmente analisar alguns aspectos dessa mudança a que se refere Guerreiro, particularmente no que se respeita à introdução de uma nova geração de políticas sociais em Portugal.

Procuramos perceber tanto quanto possível, em que medida e de que forma as políticas de emprego e formação profissional tiveram e/ou têm influência na inserção das mulheres no mundo do trabalho; pretendemos igualmente perceber se as alterações introduzidas no mercado de trabalho e nas políticas da família, as que se referem à criação de infra-estruturas de apoio social (à infância, juventude e 3ª idade) e ainda as acções desenvolvidas no âmbito da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional se propiciam a inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Na mesma linha, interessa conhecer se o conjunto das políticas e medidas enunciadas são susceptíveis de conduzir ao aumento, por

um lado, das qualificações académicas e profissionais, técnicas e comportamentais das mulheres e, por outro, levaram e /ou levam à alteração das mentalidades, na forma de pensar e de perceber a nova realidade portuguesa no que se refere ao universo feminino.

Por último importa "discutir" em que medida o trabalho das mulheres é importante, por um lado, como meio de realização e de autonomização pessoal e financeira e, por outro, como contribuição para a melhoria das condições de vida da família, ajudando dessa forma a combater a pobreza e a exclusão social.

Com vista a uma melhor compreensão das questões acima enunciadas e que se constituem como o nosso objecto de estudo, procuramos fazer uma reflexão mais ou menos aprofundada sobre essas problemáticas, orientando-nos segundo critérios em que se procura a organização sistematizada de informação.

Nessa linha, o presente trabalho "Contribuição Para o Estudo da Influência das Novas Políticas Sociais na Formação e na Inserção Sócio-Profissional das Mulheres, no Concelho de Santa Marta de Penaguião" apresenta-se estruturado e enuncia-se da seguinte forma.

Na primeira parte, e como enquadramento, apresentamos um trabalho de pesquisa documental e de revisão bibliográfica, o qual se encontra dividido segundo os pontos de 1 a 5, aos quais corresponde uma subdivisão com vista a uma melhor organização da informação e compreensão do texto.

Assim, no primeiro ponto, apresentamos uma caracterização ainda que necessariamente sumária, da realidade política e social portuguesa, com especial incidência nos últimos 30/40 anos, centrando-nos particularmente na evolução das políticas sociais em Portugal.

No segundo ponto, sobre a família no séc. XX, apresentamos um conjunto de considerações sobre o tema, de modo a que possamos mais facilmente compreender que os modelos familiares da

actualidade radicam num conjunto de transformações ocorridas nesta instituição ao longo do tempo.

O terceiro ponto, centra-se na problemática do trabalho. Aí procuramos abordar o conceito de trabalho; qual a sua importância; como se processou a sua evolução e o que representa o trabalho na vida de cada um de nós.

No quarto ponto a abordagem respeita às mulheres no mercado de trabalho, procurando analisar a evolução do trabalho feminino ao longo dos tempos, qual é efectivamente a sua importância e a forma como este se desenvolve nos tempos actuais.

Por último e a terminar o enquadramento teórico, abordamos a relação entre família e o trabalho, procurando perceber qual a importância do trabalho feminino no interior da família nos papéis de "mulher", mãe e "dona de casa" e em simultâneo, como profissional. Procura abordar-se igualmente essa relação, encarando sob diversos pontos de vista os diferentes aspectos inerentes à família, onde se incluem devido à sua importância, os aspectos económicos e financeiros. Como é que se desenvolve efectivamente a relação trabalho e família? Será ela harmoniosa, ou por outro lado constitui-se como um foco latente de possíveis conflitos do ponto de vista da partilha de responsabilidades e de divisão de tarefas?

Na II parte, e como ponto 1 apresentamos os objectivos da pesquisa ou trabalho de campo; no ponto 2, focamos, o objecto de estudo; no ponto 3 as hipóteses que queremos efectivamente estudar; no ponto 4 fazemos uma breve descrição da entrevista semi-estruturada, (metodologia que adoptamos para a recolha da informação). O campo empírico de observação é apresentado no ponto 5 do nosso trabalho. Este ponto, refere numa primeira análise o contexto regional da pesquisa, caracteriza-se a Região Demarcada do Douro (RDD); o Alto Douro Vinhateiro; o Distrito de Vila Real e o concelho de Santa Marta de Penaguião.

Relativamente a este concelho, onde foi efectuado o nosso estudo, fazemos a caracterização sócio-económica, referindo-nos às infra-estruturas de apoio social existente no concelho, em particular à Associação de Desenvolvimento A2000, instituição que permitiu a realização do nosso trabalho, facultando-nos a possibilidade de entrevistar algumas das mulheres que realizaram nesta instituição acções de formação profissional com equivalência escolar os designados cursos EFA¹ (Educação e Formação de Adultos) promovidos pela ANEFA² (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos).

Procedemos depois, no ponto 6, à análise e interpretação da informação recolhida.

Ao finalizar, apresentamos as conclusões para as quais o nosso trabalho aponta.

Terminamos com a secção Anexos, onde incluímos: o guião de entrevista; as fichas de caracterização da A2000 - Associação de Desenvolvimento (Santa Marta de Penaguião e Associação de Apoio às crianças, jovens e idosos de Barqueiros (Mesão-Frio); e finalmente apresentamos de forma individualizada a informação recolhida correspondente a cada uma das entrevistadas.

¹ Despacho conjunto nº 1083/2000 de 20 de Novembro

² DL n.º 387/99, de 28 de Setembro. Extinta pelo n.º 6 do art.º 31.º do DL n.º 208/2002 de 17 de Outubro

I Parte

1 - Caracterização sumária da realidade política e social portuguesa e a evolução das políticas sociais em Portugal

Tendo presente os aspectos essenciais a que aludimos aquando da introdução e no sentido de se perceber a emergência e a evolução das políticas sociais no nosso país, passamos a efectuar uma contextualização mais ampla, quer ao nível espacial quer temporal da realidade política e social portuguesa.

É no final do século XVIII que, numa perspectiva global e coerente se estabelece o modo como devem ser desenvolvidas as relações entre os indivíduos, definindo-se assim, através da constituição, o seu estatuto jurídico. Os princípios liberais que definem e regem o conteúdo das liberdades e introduzem os mecanismos da sua efectivação no plano legislativo, foram impulsionados através das declarações americana e francesa, sobre os poderes e os limites do Estado (Carreira, 2000).

Ao crescente poder de acção dos indivíduos, corresponde o modelo abstencionista do Estado liberal. Exactamente nesta altura surgem e começam a enraizar-se os efeitos sociais e económicos da revolução industrial inglesa, em contraponto aos princípios e direitos defendidos pelas revoluções americanas e francesa. Esta coincidência revolucionária, na ordem política e económica, foi determinante da evolução e dos modelos de sociedade,

fundamentalmente das sociedades europeias, até à actualidade (Carreira, 2000).

O modelo político liberal difundido na Europa pela revolução francesa, concebido para regular as relações entre indivíduos livres, independentes e iguais, vai confrontar-se com os ideais bem diversos da revolução industrial. Esta apresentava uma realidade de pauperização e subalternização de uma nova categoria social, como é o caso da classe operária. A precariedade do emprego e dos baixos salários levam muitas pessoas a viverem em condições sub-humanas, principalmente crianças e mulheres.

A partir desta conjuntura económica irrompe na Europa industrializada a "questão social". Impunha-se, assim, um novo protagonismo do Estado, que só muito mais tarde, e lentamente, foi chegando. O caminho percorrido que levou ao reconhecimento dos direitos sociais, foi longo e árduo (Carreira, 2000:374). A uma fase de inércia do Estado segue-se a partir de 1789 um período, em que este assume as obrigações sociais de assistência e de instrução pública.

Contudo, só no último quartel do século XIX, os cidadãos adquirem o direito a receber prestações pecuniárias provindas do Estado. Será com o fundamento na lógica do seguro mutualista, adaptado, que se deu a ruptura com o modelo de assistência tradicional. É na Alemanha que num muito específico contexto, marcado por um conjunto de factores de ordem económica e social, emergem os seguros sociais obrigatórios. Bismarck é o "pai" deste modelo de seguros, instituído nos finais do século XIX, o qual vai constituir o modelo que, no início do século XX, se estenderá até aos países da Europa mais desenvolvidos.

A política dos seguros sociais obrigatórios cria a época clássica da protecção social. Contudo, este modelo, vai revelar-se insuficiente, pelo facto deste tipo de seguros só proteger os cidadãos que trabalhavam por conta de outrém. Impõe-se uma ruptura

com o sistema. Esta ruptura veio a verificar-se após 1945, fazendo surgir a época moderna ou contemporânea da protecção social.

Esta fase, caracteriza-se pela generalização do direito à segurança social e pela extensão e pelo aperfeiçoamento da protecção social. O novo modelo surge no Reino Unido, influenciado pelas teorias económicas de Keynes, o designado modelo keynesiano - de estímulo à procura global efectiva e ao pleno emprego, evidenciados, sobretudo, pelos fortes aumentos dos gastos públicos e na crescente pressão fiscal (Mozzicafredo, 2000: 29).

1.1 - O contexto das políticas sociais desde o Estado Novo até à revolução de 1974

O Estado Novo instaurado em 1933 era sobretudo um Estado de natureza corporativista. O seu ideário consistia em grande parte na desvalorização das pessoas individualmente consideradas, dando relevância às sociedades primárias e corporativas constituídas por comunidades naturais, tais como, as casas do Povo, de entre outros organismos de cariz corporativo. Desta forma, exercia a sua função de "Estado Social", cujo poder deveria promover o bem-estar comum e colectivo. E assim o Estado corporativo português, de forma incipiente, exerce a sua função de promoção e favorecimento da Previdência Social. A questão central neste tipo de protecção era a integração e controle de todas as iniciativas da sociedade civil, restringindo a acção da previdência a um mero assistencialismo caritativo organizado e concebido na base de critérios ético-religiosos, tomando como exemplo a assistência organizada e prestada pelas misericórdias. Ao mesmo tempo concentrava os seus esforços na integração corporativista do trabalho e exclusão moralizadora da pobreza, não assumindo qualquer compromisso político e financeiro no sentido da protecção social da população (Hespanha et al, 2000).

As várias tentativas de alteração do sistema, principalmente nos anos 60, reflectem as incongruências da intervenção do Estado nos sectores da previdência e assistência, incongruências que, simultaneamente, contribuíram para tornar visíveis as insuficiências e contradições do sistema, quer ao nível da gestão das desigualdades e da exclusão social, bem como no plano do controle coercivo dos cidadãos (Hespanha et al, 2000: 121).

Segundo consta da análise de vários autores, e como diz Machado, até à década de 1960 Portugal apresentava características de um país subdesenvolvido. Ao nível político existia uma ditadura onde o poder absoluto dos órgãos do Estado impediam repressivamente as "vozes" que possuíam ideias diferentes (os dissidentes do regime, podendo ser arbitrariamente detidos ou obrigados a sair do país, muitos deles encontravam-se exilados em países da Europa, em que vigoravam regimes políticos democráticos com um nível de desenvolvimento económico e social característicos das sociedades desenvolvidas.

No que se refere à actividade económica Portugal era então um país essencialmente agrícola, onde os três sectores de actividade económica estavam assim distribuídos: 43,6%, da população activa enquadrava-se no sector primário, 28,9%, no secundário e 27,5% no terciário. Como se depreende grande parte da população do país era rural (Guerreiro, 2000). Segundo esta autora as mulheres que exerciam uma actividade profissional remunerada representavam um número reduzido, apenas 13% do total daquelas que tinham uma profissão. Outro aspecto extremamente importante e significativo era o baixo nível de escolaridade da população; mais de 30% era analfabeta. No que se refere a este aspecto, o sexo feminino era o mais representado. O número de quadros técnicos era igualmente reduzido, apenas 1% da população detinha o ensino médio, e 0,8% o ensino superior.

No plano da vida familiar, a taxa de natalidade em 1960 era elevada, atingindo os 24,1%, sendo das mais altas que se

registavam na Europa. Além disso a par de uma elevada taxa de natalidade existia igualmente uma elevada taxa de mortalidade infantil. Os agregados familiares eram numerosos, sendo que, por exemplo, 17,1% tinham 5 ou mais pessoas. O tipo de família complexa era elevado e apresentava uma percentagem de 15,4%. Os casamentos católicos rondavam os 90,7% e a separação judicial não estava prevista no direito de família (Guerreiro, 2000).

Verificavam-se grandes clivagens devido a um tipo de sociedade bipolarizada sendo que a "classe média" tradicional era quase inexistente. Assim, de um lado, encontrava-se uma classe social constituída pelos indivíduos/famílias que detinham poder económico e influência social que gozavam de grande poder de compra e prosperidade. Do outro lado, estava a classe trabalhadora, constituída por operários e um elevado número de trabalhadores agrícolas, que viviam com enormes carências, muitos em situação de extrema pobreza.

Esta situação levou, nesta altura, à emergência de movimentos da população com vista à melhoria das suas condições de vida, os movimentos migratórios. Este fenómeno conduziu ao êxodo rural, assistindo-se à deslocalização de muitas pessoas para o litoral do país, principalmente para os dois grandes centros urbanos, o Porto e Lisboa, bem como para fora do país, designadamente para França e Alemanha que se tornaram nessa época os países de acolhimento, de grande número de portugueses.

Outro aspecto importante e que marca decisivamente a situação económica e social do país é efectivamente a guerra colonial que durante mais de uma década exauriu o país dos seus melhores recursos económicos, financeiros e humanos, perdendo mesmo, podemos dizer alguns milhares de homens na "força da vida".

A guerra colonial a par da emigração constituíram-se como marcos históricos do Estado Novo, regime político em que a tensão social e os conflitos latentes conduziram à revolução do 25 de Abril de 1974.

1.2 - O desenvolvimento das políticas sociais após 1974

Em Portugal, o 25 de Abril de 1974 representou um momento de intensas e profundas mudanças sociais. A partir da década de 70, o nosso país progressivamente foi deixando de ser uma sociedade predominantemente agrícola na sua forma tradicional, passando politicamente dum regime ditatorial para um regime democrático a caminho da modernidade. Não obstante as dinâmicas ocorridas que modificaram a sociedade portuguesa, apresentando perfis que nalguns casos se assemelham aos países denominados desenvolvidos, manteve contudo, algumas características, ou mesmo retardamentos, em termos de modernidade (Guerreiro, 2000:2).

Nesta altura em Portugal ocorreram acontecimentos que influenciaram fortemente a sociedade e que se reflectem no país que hoje somos, tais como: a descolonização de África que trouxe muitos dos portugueses até então aí residentes - os retornados - e um número considerável de emigrantes, o que elevou de forma significativa o volume da população, levando-a a registar um pico, nesta década (Guerreiro, 2000:2).

O regresso dos denominados retornados e dos ex-emigrantes, contribuiu para acentuar o nível de concentração de população no litoral, verificando-se grandes assimetrias com o interior do país. A dispersão da população pelos meios urbanos, bem como a diminuição da dimensão familiar, tornaram-se num factor influente na evolução das políticas sociais.

Desde há algumas décadas, a população activa portuguesa redistribuiu-se pelos diferentes sectores de actividade. Salienta-se o decréscimo progressivo de pessoas activas a exercer a sua actividade no sector primário; o aumento progressivo do número de activos a trabalhar no sector secundário, passando o sector terciário a ocupar grande parte da população. "Ocorreram significativas mudanças qualitativas resultantes dos graus de

exigência na qualificação da mão-de-obra, conformes com o tipo de indústria que mais evoluiu... e alterações quantitativas, designadamente as que se traduziram na elevação do nível geral da população portuguesa" (Carreira, 2000:381).

Progressivamente foram-se verificando mudanças positivas na escolarização e formação da população, não obstante o atraso registado e de difícil recuperação, face às sociedades mais desenvolvidas da Europa.

Relativamente às Políticas Sociais, foi na sequência da revolução de 1974 e com a Constituição da República de 1976 que começa a assistir-se a uma reestruturação profunda das políticas de protecção social, com a introdução de novas filosofias de intervenção assistencial relacionadas com os novos papéis do Estado na implementação de políticas de bem-estar. Foi criado um conjunto de medidas, umas orientadas para a eliminação das formas extremas de pobreza (fixação de um salário mínimo nacional, o subsídio de desemprego e a institucionalização da pensão social), enquanto outras, orientavam-se para os objectivos económicos e sociais que, se cumpridos, levariam à criação de um Estado de bem-estar social de tipo keynesiano (Hespanha et al, 2000:127).

Neste domínio, surgiram um conjunto de políticas no sentido da reforma do sistema, tais como: o lançamento das bases de um serviço nacional de saúde e a substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência, por um sistema integrado de segurança social.

O âmbito da segurança social é assim alargado, tendo como atribuições e responsabilidades minorar os problemas sócio-económicos dos trabalhadores, mas também das pessoas mais desprovidas de rendimentos.

Dadas as extremas carências, nomeadamente nas áreas da habitação, serviços e equipamentos sociais (de acolhimento à infância e pessoas idosas), muitas organizações locais, públicas, e grupos de civis, reorientaram a sua intervenção para a criação

de respostas sociais indispensáveis à nova sociedade que se implementou, mercê da crescente presença das mulheres portuguesas na vida profissional.

No âmbito da protecção social, a Constituição de 1976 reconhece (no artº63) a existência de Instituições Particulares - que passa a designar de Solidariedade Social - que prossigam, sem fins lucrativos, objectivos de segurança social.

Outras instituições surgem posteriormente, com enquadramento legal, tais como as Cooperativas de Solidariedade, as Associações de Socorros Mútuos, e mais tarde, surgem os Centros Sociais Paroquiais e Caritas, com um estatuto próprio e diferenciado das outras instituições. Para os responsáveis governamentais, a resposta às necessidades sociais dos indivíduos e famílias, reconhecidas e abrangidas através do Decreto-lei nº. 119/93 de 25 de Fevereiro, podem passar pela generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado social organizado (Guerreiro, 2000:7).

Assim, na área da protecção social, com o moderno Estado Social, os serviços prestados neste âmbito dividiam-se entre o apoio prestado pelo Estado e as instituições particulares sem fins lucrativos.

A partir dos anos 70, e em especial por iniciativa dos párocos e de forças vivas do meio/líderes locais, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Cooperativas de Solidariedade Social, dirigidas em regime de voluntariado.

Estas instituições sobrevivem, basicamente, com financiamentos do Estado e das participações dos beneficiários e/ou famílias que as utilizam. Poder-se-á dizer que estas marcam o passo para a criação de infra-estruturas de apoio a crianças e, posteriormente, a pessoas idosas.

Na legislação que regulamentava a existência funcionamento e apoios a estas instituições a atribuir pelo Estado, não se vislumbrava qualquer acção relativa à criação de emprego nem

qualquer iniciativa promotora da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no emprego e na família. As políticas de combate ao desemprego que surgem nos anos 80, não tinham ainda a preocupação de criar respostas sociais para apoio às famílias. É apenas na segunda metade da década de 90, que se encontram já alguns aspectos subjacentes, numa perspectiva de articulação entre solidariedade social, criação de trabalho e de conciliação entre a actividade profissional e vida familiar (Guerreiro, 2000).

1.3 - As alterações introduzidas nas políticas sociais a partir de 1986

Um momento que marca fortemente a sociedade portuguesa é, em 1986, a entrada na CEE (Comunidade Económica Europeia), actual EU15 (União Europeia). A partir desta altura as fronteiras que se encontravam fechadas e bem delimitadas abrem-se à livre circulação progressiva de mercadorias, pessoas e capitais e de uma forma ou de outra a culturas diferentes. Veja-se por exemplo a entrada de emigrantes dos países de Leste e do Brasil. Este foi um processo de evoluções e alterações rápidas, umas, mas também lentas outras, outras ainda, estão em fase de maturação, já que muitas delas se passam sobretudo ao nível das mentalidades.

Pode dizer-se que as políticas sociais são uma criação e um fenómeno essencialmente europeu, pois apenas na Europa estas políticas atingiram uma generalização quase total e constituíram um decisivo instrumento na organização da sociedade do bem-estar, que contribuiu fortemente para o crescimento económico entre 1945 (pós guerra) e 1975, tendo ainda proporcionado um clima de paz social (Carreira: 2000).

O valor de capital que os países da União Europeia, destinam ao financiamento das políticas sociais, era de cerca 16 pontos percentuais em 1991 e 19 pontos em 1975 (Carreira, 2000). As

diferenças no valor do capital afectas à protecção social por cada Estado, por vezes, são profundas, determinando grandes desvios na capitação dos gastos sociais num ou noutro país, relativamente à média da União Europeia.

Em 1986, Portugal era o país com a mais baixa percentagem, no que se refere às despesas de protecção social por habitante, apenas com 18%, enquanto que a Alemanha apresentava valores da ordem dos 141%, sendo o país com a mais elevada percentagem, no conjunto dos países da então CEE. Seguidamente a este, estava a França, o Luxemburgo e os Países Baixos. Com menor percentagem, encontravam-se, a Irlanda, a Espanha e a Grécia (Carreira, 2000).

O nosso país terá sido dos últimos, no Oeste europeu, a empreender os mais intensos esforços públicos com vista ao desenvolvimento das políticas sociais. Existiram como já foi referido, um conjunto de factores que explicam este atraso. Podemos, também dizer, que o nosso país despertou para as preocupações sociais exactamente na altura em que, por toda a parte, desacelera o crescimento económico. O desemprego atinge elevadas taxas, entre outros problemas económico-sociais que se verificavam. Quando se agudiza a crise económica e a dívida do país cresce (1980-1985), já não há margem de manobra financeira para afectar às políticas sociais uma maior fracção do produto. A aceleração imprimida na economia de 1985 a 1991 coincide com uma fase em que esta volta a crescer, dando condições mais favoráveis à expansão dos gastos (Carreira, 2000).

Após alguns progressivos avanços em Portugal, nomeadamente nas áreas económica e social, foram encetados esforços no sentido da nossa integração na Comunidade Económica Europeia. Assim, com a adesão o nosso país à CEE, Portugal passou também a ser abrangido pelos apoios comunitários.

A "Reforma dos Fundos Estruturais", decorrente da adopção do Acto Único Europeu (aprovado em 1986 e em vigor desde 1 de Janeiro de 1987), consagra um conjunto de princípios que vão orientar a

relação entre os Estados Membros e os vários Fundos Estruturais. Um dos princípios que importa realçar é o "Princípio da Programação", consagrado no regulamento CEE nº 4254/88 do Conselho. Passa-se de uma lógica de projectos para uma lógica de programas, de períodos anuais para plurianuais, o que permite a prazo adaptar atempada e adequadamente a estratégia de desenvolvimento de cada Estado-membro. A fim de consubstanciar este princípio da programação, cada Estado-membro apresentou o respectivo Plano de Desenvolvimento Regional - PDR, para o período de 1989/93, estabelecendo neste, os grandes quadros estratégicos de desenvolvimento por prioridades regionais e sectoriais, funcionando como instrumento estratégico da política de desenvolvimento no contexto comunitário (Tomás, 1995).

"Subjacente ao PDR está a harmonização operativa entre medidas predominantemente económicas e as que se dirigem às vertentes humana e cultural de desenvolvimento da sociedade" (Tomás, 1995:11).

É neste contexto que surgem os Quadros Comunitários de Apoio - QCA - cujas as vigências são: I QCA (1991-93), II QCA (1994/99) e o III QCA (2000-2006).

Numa breve e limitada análise quanto aos apoios contemplados na área das políticas sociais dos 3 QCA, verifica-se que apesar de algumas alterações introduzidas nos programas, relativamente à área do emprego e formação profissional, a partir do I QCA houve uma grande preocupação de investimento no financiamento de projectos que tinham como população alvo: os activos qualificados e não qualificados, os empresários, os jovens em regime de alternância (aprendizagem); os adultos e jovens, as pessoas (adultos e jovens) portadoras de deficiência, de mulheres (adultas e jovens), os imigrantes (adultos e jovens), que se encontrassem na situação de desempregados ou à procura do 1º emprego.

Os Quadros Comunitários seguintes dão, por assim dizer, continuidade a estas preocupações, com investimentos avultados na

formação pré-profissional e profissional; na criação de emprego, alargando a sua intervenção através das iniciativas comunitárias específicas a determinados grupos da população. No caso das mulheres: o eixo Now no II QCA (1994-99) e do EQUAL, no actual, III QCA (2000-2006), bem como do financiamento de projectos de apoio ao desenvolvimento social (intervenções mais globalizantes), designadamente no Programa Integração e Desenvolvimento dos Grupos mais Desfavorecidos (II QCA-1994-99) - Sub Programa Integrar - e no Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social POEFDS no (III QCA-2000-2006) em vigor, constitui o seu Eixo5 "Promoção do Desenvolvimento Social" um dos vectores da sua concretização.

Estes apoios têm-se mostrado importantes na evolução do nosso país, ao elevar as condições sócio-económicas de grupos mais vulneráveis, através dos apoios ao combate à pobreza e à exclusão social, bem como da população em geral e ainda, no investimento em infra-estruturas de interesse crucial no desenvolvimento de Portugal aos níveis regional, nacional e transnacional.

1.4 - A evolução das políticas sociais no período entre 1995-2000

"O modo como no futuro se avaliará o período decorrido entre 1995 e 2000 em Portugal ninguém pode, por enquanto, saber, mas não será excessivo dizer que provavelmente se iniciou um novo ciclo do nosso processo de desenvolvimento" (DEEP/MTS, 2002:1).

Segundo a obra atrás citada, este é um período de grande mudança, quantitativa e qualitativamente mais positivo (sendo possível avaliá-lo através dos dados observados e analisados), o qual foi denominado "Uma nova geração de políticas sociais".

Em Portugal as "políticas sociais activas" (DEEP/MTS, 2002:5) tiveram o seguinte contexto: na primeira metade da década de 90 houve a tomada de consciência de que o atraso tradicional

estrutural e os problemas do país, não obstante os investimentos nos domínios económico e social, ainda estavam longe de estar superados, apontando-se como momento sintomático a crise de 1992/93; ao constatar-se que os progressos alcançados não se encontravam consolidados, havia a necessidade de mudança, o modelo neo-liberal não se adequava às novas exigências.

Os problemas do país exigiam uma alternativa, que veio a surgir na segunda década de 90, num rumo para a convergência em relação ao modelo social europeu, uma economia competitiva e moderna sem deixar de, ao mesmo tempo, investir na inovação e qualidade das políticas sociais, abrangendo as áreas da educação, saúde e segurança social, na perspectiva de que as pessoas se deveriam tornar em agentes activos do sistema.

A nova geração das políticas sociais no nosso país tem um cariz peculiar que nos torna diferentes dos outros países de UE, em virtude dos retardamentos ao nível da evolução sócio-económica e cultural. No entanto, as exigências de resposta aos desafios colocados às várias sociedades eram, e são as mesmas, como por exemplo, as de fazer face a novos fenómenos, dos quais destacamos: as exigências da economia; a globalização; os novos factores de competitividade da sociedade de informação; a necessidade de estimular a adaptabilidade e a flexibilidade das empresas; de modernizar a organização do trabalho; de tomar medidas no que se refere aos problemas decorrentes, do envelhecimento da população; do desemprego; da exclusão social, entre outros (DEEP/MTS, 2002).

Estas apostas exigem um papel cada vez mais activo do Estado, na qualificação, na formação, e na integração das pessoas; na modernização das instituições; no estímulo e no apoio ao desenvolvimento. Assim, foram criados um conjunto de princípios que se organizam e dão coerência ao trabalho de inovação, tais como: "o primado das políticas públicas"; o da responsabilização de todos os actores a uma nova concepção da cidadania; o do novo sistema de solidariedade e segurança social; o da territorialidade

na gestão das políticas e da aproximação aos problemas e aos cidadãos (DEEP/MTS, 2002:8-12).

Os princípios enunciados contemplam medidas concretas de intervenção entre as quais destacamos: O *Pacto para a solidariedade*³ subscrito com os representantes das instituições de solidariedade Social; O *Mercado Social de Emprego*⁴ (MSE) abrangendo as pessoas com maiores dificuldades de inserção social e profissional, promovendo a sua participação no trabalho e na sociedade; O *Rendimento Mínimo Garantido*⁵ (RMG).

A medida do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), por exemplo, institui um direito a condições mínimas de subsistência, passando a tratar os seus beneficiários como cidadãos com os quais as instituições (que são responsabilizadas pela promoção e oferta de oportunidades de emprego) subscrevem um contrato - o plano de inserção - onde são estipuladas obrigações mútuas. Esta medida combina a universalidade dos direitos e deveres, com a diferenciação positiva, ou seja, dar mais a quem mais precisa

Foi ainda criado O *Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*⁶ (PLCP); A *expansão de equipamentos da Educação Pré-Escolar*⁷ de forma a dar resposta às necessidades de apoio às famílias e aos seus elementos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência); A *aprendizagem ao longo da vida*⁸ (desde o pré-escolar, à reforma do ensino, pela formação inicial, formação contínua e pelo sistema de educação de adultos; O *Plano Nacional para a Inclusão*⁹ (PNAI) que advoga uma concentração de esforços tendentes à participação e mobilização alargada de todos os actores que localmente intervêm junto das comunidades e o *Plano*

³ Protocolo de cooperação com os representantes das instituições de Solidariedade Social assinado em 19 de Dezembro de 1996

⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 140/96

⁵ Lei nº 19-A/96 29 de Junho

⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº 8/90 de 20 de Março

⁷ Lei 5/97 de 10 de Fevereiro

⁸ Jornal Oficial das comunidades Europeias (2002/C 163/2001) Resolução do Conselho de 27 de Junho de 2002

⁹ Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2001

*Nacional de Emprego*¹⁰ (PNE) materializando o compromisso assumido pelo estado português, no quadro da Cimeira Extraordinária sobre o Emprego do Luxemburgo, realizada em Novembro de 1997.

As directrizes que dão corpo a uma estratégia coordenada para o emprego à escala europeia, assentam em quatro pilares: melhorar a empregabilidade; desenvolver o espírito empresarial; incentivar a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas e reforçar as políticas de igualdade de oportunidades (DEEP/MTS, 2002).

De seguida pretende-se dar conta, mesmo que de forma sucinta, de alguns indicadores económicos e sociais, essencialmente qualitativos (em virtude de, durante este período se terem verificado fases com oscilações, e não sendo estas fundamentais neste trabalho), mas tendo como objectivo, tão só, fornecer alguns dados a fim de permitir compará-los com os anteriores.

1.4.1 - Indicadores Sociais e Económicos no período de 1995 a 2000

Tal como pode ser lido em Capucha (2000) O padrão de crescimento da economia portuguesa neste período, caracterizou-se por uma elevada acumulação de capital e crescimento do emprego, mas moderada em acréscimos de produtividade. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a um ritmo elevado; o consumo privado cresceu significativamente, devendo-se ao comportamento favorável do mercado de emprego; a redução das taxas de juro traduziu-se num aumento real do rendimento disponível das famílias, em geral; também cresceu o endividamento das famílias junto das instituições financeiras, pelo aumento das despesas (consumo e investimento em habitação própria); o crescimento das despesas com as prestações sociais (doença, cuidados de saúde, desemprego, invalidez, velhice, sobrevivência, família, criança, alojamento e exclusão

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros nº 59/98

social) em 1998 e (42,7%), em 1999 (68,8%) e (45,7%) na Europa dos 15.

Todos os sectores de actividade económica contribuíram para o crescimento do valor acrescentado bruto, com excepção da "Agricultura e Pesca", tendo aumentado significativamente "As Actividades Financeiras, Imobiliária e Serviços às Empresas", nomeadamente as da "Construção e Obras públicas", as dos "Transportes e Comunicações" e da "Indústria".

Assinale-se o significativo acréscimo do peso dos "Serviços". Reconhecem-se, no entanto, fragilidades na especialização produtiva que, conjugadas com as da estrutura de qualificação da população activa, originam os baixos níveis da produtividade média de trabalho, comparativamente com a maioria dos países da União. Estes indicadores evidenciam, também, uma fragilidade relativa de Portugal, ao nível da competitividade com o exterior, continuando o sector exportador a investir apenas em produtos tradicionais, difícil de competir com economias emergentes (DEEP/MTS, 2002: 19-28).

Neste período, o padrão de crescimento total da população portuguesa foi similar ao da UE15, o saldo migratório era o principal responsável pelo crescimento, em detrimento do crescimento natural.

O comportamento demográfico no nosso país caracterizou-se por uma retoma da taxa de natalidade, pequena subida da mortalidade e baixa acentuada da mortalidade infantil.

As alterações na estrutura etária traduziram-se num aumento no índice de envelhecimento da população. Por outro lado, contrariamente ao passado, em Portugal, os fluxos migratórios de entrada estão a ultrapassar os de saída. A emigração dos portugueses é essencialmente temporária. No entanto, as saídas são inferiores aos valores estimados para o retorno de emigrantes. Quanto à imigração regista-se um aumento significativo das populações (dos PALOP, da UE15, Brasil e países da Europa do

Leste); verificou-se uma tendência de crescimento sustentado tanto pela população activa como das taxas de actividade (DEEP/MTS, 2002:41-49).

No período entre 1995 e 2000, o mercado de emprego em Portugal apresentou uma evolução bastante positiva, em inter-relação com a expansão da actividade económica, tendo contribuído para o crescimento das taxas de actividade e de emprego. Segundo o PNE estas atingiram níveis históricos, enquanto, por sua vez as taxas de desemprego desceram. Além disso, assistiu-se a um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, embora se identifique uma forte presença do sexo feminino entre os chamados desempregados de longa duração e também nos empregos mais desqualificados, aspectos que as medidas do período em análise foram procurando minimizar (DEEP/MTS, 2002:87-137).

2 - A Família no século XX

Na actualidade a família assume diferentes modelos /tipologias que para os compreendermos é fundamental perceber as transformações ocorridas nesta instituição ao longo dos tempos.

A partir de meados do século XX, pós segunda guerra mundial, fenómenos como a contracepção, a possibilidade de controlo dos nascimentos, a baixa das taxas da nupcialidade, da fecundidade e da natalidade, bem como o divórcio, de entre outros, abalam as mentalidades da altura, criando o mito da crise da família.

Mas, já no século XIX, existia um discurso sobre a crise da família. Nesta altura a inquietação partia das famílias burguesas relativamente à instabilidade familiar dos grupos operários. Segundo a investigadora Martine Segalen, a experiência histórica diz-nos que a instituição familiar foi das poucas a resistir às mutações económicas e sociais que transformaram as sociedades agrárias em sociedades industriais e pós industriais. Cada época teve e tem as suas formas familiares, a sociedade e a família são

o produto de forças sociais, económicas e culturais, havendo uma interacção entre todas.

Na obra *Sociologie de La Famille* (1999) Martine Segalen citando Talcott Parsons, refere que "o surgimento das sociedades industriais provocou a dissolução dos laços de parentesco e reduziu os grupos domésticos a uma forma nuclear, em que o marido era o único elemento economicamente activo". No entanto, estas análises nem sempre correspondiam à realidade, já que ela não é linear. Para outros autores, citados na referida obra designadamente Willian J. Goode a industrialização teria trazido outra dimensão à família, a liberdade face ao controlo do grupo. Já, Philippe Ariès julga a modernidade da família pela invenção de novos sentimentos, o da infância e o da vida privada; Durkheim vê na família contemporânea o produto de formas antigas; a família moderna contém em si, como que resumido, todo o desenvolvimento histórico da família.

Atendendo a que o objectivo deste trabalho incide sobre famílias actuais não iremos desenvolver a análise das sociedades tradicionais mas antes, analisar um passado mais ou menos próximo dos nossos dias.

A família ocidental nas décadas de 60 e 70 era constituída através de um casamento monogâmico, um casal estável em que cada sexo tinha um papel estabelecido.

Segundo Jean Stoetzel (1945): "Há mais de um milénio que o essencial da estrutura que caracteriza a instituição familiar permanece inalterada: a filiação é bilateral, a organização matrimonial permanece monogâmica; o grupo familiar continua a ser composto pelo casal de cônjuges e pelos seus filhos".

"O divórcio, a união livre, as recomposições familiares abalam o que até há pouco tempo se chamava o modelo da família ocidental. Estas mudanças não são senão a tradução do aparecimento de novos estilos de vida familiar" (Segalen, 1999:332).

O século XX caracteriza-se pela abundância de discursos em torno da crise da família.

Após o baby-boom de 1945, os indicadores demográficos mantêm-se estáveis entre 1955 a 1965. Posteriormente assiste-se à descida da taxa de fecundidade graças à introdução de métodos contraceptivos, com grande visibilidade na sociedade. O Estado procura intervir nesta matéria no sentido de modificar a situação através de medidas de que iremos falar de seguida.

De acordo com Sullerot, (1999) as grandes mudanças na família, dão-se por assim dizer, no período entre 1965-1975, que se estende até 1985, quando se põem em causa os ideais sobre a sexualidade, a vida a dois, o casamento, as separações, os nascimentos, a maternidade, a paternidade, a educação, etc. Questiona-se o direito das mulheres à contraceção e à interrupção voluntária da gravidez, o direito de adopção, de filiação, de autoridade parental e de divórcio.

Martin Segalen (1999) cit. Talcott Parsons, os processos de industrialização dividem a família ao isolá-la da sua rede de parentesco e delimitam-na em pequenos grupos domésticos, a um lar conjugal. Transforma-se numa unidade de residência e consumo, perde as suas funções de produção, políticas e religiosas.

A revolução de Maio de 1968 em França procura fazer uma revolta igualitária e uma implosão individualista. Para alguns é igualmente uma data inicial da encruzilhada de todos os perigos para a célula familiar, o despoletar de uma crise sem precedentes. "Revolta contra a autoridade" política, policial, professoral, paternal escreveu, na época, Edgar Morin.

Para os jovens era a altura de "inventar" a vida fora da família, tudo começaria com eles. Rompem culturalmente, senão mesmo financeiramente, com os seus pais. Fundam a sua doutrina "autonomia para cada indivíduo e tolerância para todos". Este movimento levou a que um número significativo de jovens abandonassem as suas famílias e tentando viver em conjunto no seio

de grupos igualitários - em comunidade -, dizia-se então. Pela primeira vez, cada homem e, sobretudo, cada mulher antevê a possibilidade de construir a "sua" família com base nos "seus" desejos e nas "suas" opções (por viver ou não em conjunto, por casar ou não, pelo momento de ter um filho, pelo número de filhos que se deseja, por adoptar uma criança se pretende, etc.). É durante esta década memorável que as leis se adaptam a esta combinação de liberdade, de desejo de amor que promete a cada indivíduo uma família de acordo com a sua vontade, uma família "por opção" (Sullerot, 1999).

Em França, à semelhança do que também acontece na maior parte dos países da Europa Ocidental, exige-se que os juristas repensem e reformulem o direito de família. Trata-se de introduzir a dissociação sexualidade/procriação, uma maior igualdade entre marido e mulher, entre pai e mãe, entre filhos nascidos dentro do casamento e fora do dele e promover os interesses da criança. Trata-se de dar maior liberdade ao indivíduo e de, simultaneamente, preservar a família, tratando-se de concretizar a síntese desejada por JRubellin-Devichi, "a igualdade na independência e a solidariedade na interdependência". No entanto, o grande objectivo consistia em ouvir e respeitar mais e melhor a vontade do indivíduo em detrimento da rigidez e do peso do casamento e da família enquanto instituições.

Surge assim uma lei radical que instaura, juntamente com a independência da mulher, a igualdade dos cônjuges e que já se aponta para a supressão da designação de "chefe de família" e para o desaparecimento da "supremacia do marido". Vem também instaurar uma co-gestão económica, uma "bilateralização" das regras. O marido deixa de administrar os bens da sua esposa; já não se pode opor a que a sua mulher exerça uma actividade separada e de cada um dos cônjuges poder receber um salário ou obter rendimentos e dispor livremente deles desde que contribua para as actividades

domésticas. Assiste-se, assim, à introdução da vida profissional de cada um dos cônjuges na família.

Esta situação de igualdade na independência profissional vai ser um motivo incentivador do divórcio, que leva à necessidade duma reforma profunda, concretizada em 11 de Julho de 1975. Esta torna-se, por assim dizer, no culminar das manobras jurídicas relativas à família iniciadas em 1965, bem como o exemplo concreto dos esforços movidos pela sociedade francesa democrática no sentido de adaptar instituições familiares envelhecidas à evolução dos hábitos e dos costumes, os quais evoluíram muito desde a "ruptura" de 1965.

Numa década, o campo de acção e o alcance da família tiveram uma redução significativa, tendo o seu núcleo central sofrido uma rápida fragilização: os jovens emancipam-se dos seus pais ainda durante a adolescência, mesmo que continuem a seu cargo durante mais tempo; começam a "coabitar" e adiam para cada vez mais tarde o casamento; as mulheres detêm liberdade de decisão quando querem ter os filhos; a natalidade decresce acentuadamente, o número de irmãos diminui, cria-se o modelo da família nuclear com um ou dois filhos, a maioria das mães trabalham, a educação das crianças passa também a ser da responsabilidade de entidades exteriores à família; os divorciados, ou voltam a casar, recompõem a sua vida (na maior parte dos casos os homens também pelo facto de que os filhos, geralmente, ficam a morar com a mãe); as mulheres divorciadas, maioritariamente, não se voltam a casar inserindo-se no grupo das famílias monoparentais, onde se incluem também as mães solteiras e viúvas ou viúvos com filhos.

2.1 - A Intervenção do Estado na Família

O discurso sobre a crise da família tem reflexos na actuação do Estado Providência. Este começa a assumir funções que até aí cabiam à família, designadamente, a educação, saúde e segurança

social. Segundo Jean Stoetzel (1945) a família protectora é cada vez mais substituída pelo grupo social, onde o Estado é o protector, não só nos actos mas também nas atitudes. Em países com uma descida acentuada da taxa de natalidade, levou o poder público a desenvolver uma política populacional e uma política familiar estreitamente solidárias, que teve algumas críticas de outros países europeus. A preocupação do governo francês consistia em equilibrar o volume da população, mas equilibrá-la, substituindo o número de mortes por nascimentos, e em apoiar as famílias. Foi criado um conjunto de medidas que iam desde os incentivos financeiros, cuja natureza era "apoiar" a família bem como de implementação de equipamentos sociais, por exemplo as creches mais numa perspectiva de "substituição" da família (Sullerot, 1999).

Em 1945, foi criado o sistema de segurança social, os abonos de família com vista a cobrir as necessidades económicas das famílias. Este sistema gradualmente passou do global das famílias e foi-se reorientando para as famílias ditas com dificuldades. A partir de 1980 as políticas destinadas à família tem cada vez mais um grupo alvo específico que são as direccionadas essencialmente às crianças.

A intervenção do Estado Previdência era legitimada na extensão do bem-estar a todos os cidadãos e numa articulação estreita com o desenvolvimento económico. Aquando da descida da curva dos nascimentos bem como do crescimento económico entre 1955 e 1975, o Estado questiona-se relativamente à continuidade do apoio até aí prestado às famílias, principalmente para as mais necessitadas. Nesta altura, a Direcção-Geral dos Assuntos Sociais da CEE integrava um Gabinete de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres, mas não havia quem se ocupasse das famílias ou das políticas familiares (Sullerot, 1999).

As respostas dadas por cada país europeu foram muito diversificadas remetendo-nos para questões culturais e diferentes percepções das fronteiras entre o domínio público e privado.

2.2 - Família e políticas sociais em Portugal de 1975 a 2006

A Constituição Portuguesa consagra a obrigação de o Estado "definir e executar uma política de família com carácter global e integrado". No entanto, Sílvia Portugal afirma que não se pode em rigor falar da existência de políticas de família no nosso país.

"Os processos de concepção e formulação das políticas sociais não definem transversalmente os objectivos a atingir para as famílias" (Portugal, 2000:84). Esta autora considera ainda, que os poderes públicos e a sociedade civil não detêm recursos (humanos, financeiros e outros) autónomos, nem formas de sustentação das políticas no terreno, verifica-se ainda a falta de reconhecimento social e da necessidade de uma intervenção estatal na vivência das famílias, com objectivos sociais.

Assim, na perspectiva da mesma autora, não podemos falar em política familiar, mas apenas vê-las sob o ponto de vista da "questão familiar" no interior das políticas sociais, ou então, falar, cit. Barbier (1996) de "políticas de família implícitas". Contudo, outras autoras portuguesas, questionam, segundo Sílvia Portugal cit. Wall (2000), esta posição, evidenciando através da sistematização exaustiva, um conjunto de indicadores da existência de políticas familiares em Portugal e dos seus objectivos específicos em diferentes períodos históricos, do Estado Novo à actualidade.

As medidas de política social a favor das famílias abrangem várias medidas de protecção social, desde a legislação do casamento, uniões de facto, o divórcio, a contracepção, as prestações familiares, os benefícios fiscais, as leis em que favorecem a conciliação entre a vida profissional e familiar, à criação de infra-estruturas de apoio (para as crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência), entre outras.

De seguida irá fazer-se, mesmo que numa forma muito breve e sucinta, a abordagem histórica sobre as políticas da família em Portugal, desde 1974. Assim, constata-se que a família, após a ditadura, e tal como acontecia anteriormente, é uma unidade de referência. No entanto, no âmbito das políticas sociais, só em 1980-82, é possível encontrar algumas alterações na estrutura do governo no sentido de resolver os problemas nesta área. A partir de então verifica-se um recuo, as referências à política de família circunscrevem-se apenas no domínio da legislação. Na governação a partir de 1995 surgiram fortes investimentos na questão familiar (Portugal, 2000).

Na análise que realizou, Sílvia Portugal, acaba, contudo, por identificar os elementos que consubstanciam uma política familiar. A partir de 1974, constatou o seguinte: entre 1976-1977, esta política, revelou fortes preocupações com a necessidade de criação de infra-estruturas e equipamentos sociais, resultado da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho; entre 1978-1979, as intervenções nesta matéria são praticamente ausentes; entre 1980-1982, terá sido, na perspectiva da autora o único período onde se identifica explicitamente o objectivo de construção de uma política de família; entre 1983-1985, abandona-se a vontade de construir uma verdadeira política de família, verificando-se uma preocupação especial com as questões da maternidade; entre 1987-1991, as políticas da família voltam a ser motivo de interesse, ganhando protagonismo no discurso político; nos governos a partir de 1995, privilegia-se a família dentro das políticas sociais, do mesmo modo que se encontra uma maior articulação entre a política da família e as políticas de igualdade entre homens e mulheres.

A recente legislação¹¹ sobre a família, na vigência do XV Governo Constitucional designa a família como célula fundamental da sociedade, consubstancia a necessidade de lhe serem reconhecidas funções específicas, designadamente: na realização da

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2004

pessoa; de transmissão de valores, de interinfluências e de reforço da solidariedade entre gerações.

Neste contexto, o Estado tem apenas uma função subsidiária, o dever de cooperar, apoiar e estimular na promoção da instituição familiar e nunca substituí-la. Pretende, essencialmente, autonomizá-la no sentido da promoção do indivíduo, e refere reforçando a justiça social e garantir a igualdade de oportunidades. Apela, neste sentido, ao desenvolvimento de uma política de família articulada, transversal e universal, assegurando por esta via a sua eficácia e adequação das medidas a implementar. Apresenta, assim, o Governo um plano constituído por um conjunto de compromissos o qual designa de "100 Compromissos para uma Política de Família", a realizar no período entre 2004-2006. No plano estão subjacentes as constantes e rápidas mutações sócio-demográficas que na sociedade ocorreram e continuam verificar-se, com grandes repercussões na família. Assim, numa forma articulada e complementar com outros programas elenca as áreas de intervenção, designadamente na: Família, Infância e Juventude; Família, Educação e Formação; Família, Envelhecimento; Família, Trabalho; Família, Saúde; Família, Sociedade de Informação e Família, Segurança Social.

3 - O Trabalho: sua evolução, importância e representações sociais

A Humanidade sempre sentiu necessidade de trabalhar, quer para caçar os animais que lhe serviam de alimento e recolher os frutos que a natureza lhe ofertava, quer já numa fase mais adiantada da sua evolução, no amanho da terra aquando dos primórdios da agricultura. Passou depois pela manufactura no labirinto organizacional típico da sociedade industrial. E hoje, encontra-se numa nova realidade - a sociedade de informação.

O trabalho segundo uma definição que nos é proposta pela Grande Enciclopédia do Conhecimento (Círculo de Leitores) "é a actividade destinada a dar solução às necessidades do indivíduo e/ou sociedade". "Da necessidade que o homem tem de assegurar a sobrevivência nasce o dever do trabalho e da necessidade não só de conservar a própria vida mas também de dar resposta às suas reais virtualidades e necessidades, decorre o direito ao trabalho. Daí que ele deva ser exercido em condições materiais psicológicas e sociais condizentes com a dignidade da pessoa humana". A mesma publicação considera ainda que o trabalho "não é apenas factor de realização pessoal de cada indivíduo, pois em grau mais ou menos estável redonda também em benefício alheio, tornando-se por isso laço de união ou solidariedade com os outros ...".

Esta é sem dúvida uma forma bastante abrangente e conseguida de definir o conceito de trabalho. Contudo é importante, no âmbito deste estudo, tecer algumas considerações, sobre o que é e o que representa o trabalho de um modo geral, para melhor compreendermos as condições e pressupostos da sua evolução.

O trabalho é fundamental porque é uma fonte de rendimento. Mas não é tudo. O trabalho proporciona também, a cada indivíduo, uma identidade e uma posição social na sociedade em que está inserido.

3.1 - Natureza e significado do trabalho

O trabalho é, todos o sabemos, uma parte fundamental do tecido social de qualquer organização e sociedade humana. Segundo McFarland (1972) "... É uma actividade universal humana do homem..." "... e efectivamente tem que ver com o crescimento e desenvolvimento da própria cultura, para além das necessidades da mera sobrevivência ...".

Assim, o trabalho determina atitudes, comportamentos, crenças, normas, costumes e formas mais ou menos institucionalizadas que

vão muito para além dos requisitos de sobrevivência propriamente ditos.

3.2 - Trabalho e socialização

Como sabemos, o ser humano não vive isolado. Faz parte integrante da sua natureza a necessidade e o instinto gregário e socializável. Deste modo, e dada a sua capacidade de assimilação e de adaptação contínua, vai construindo a sua realidade psicológica, social e cultural.

Do ponto de vista do indivíduo, o trabalho reflecte as linhas gerais da cultura em que está inserido e as noções relevantes sobre o trabalho são-lhe transmitidas desde muito cedo, quer de uma forma explícita quer de uma forma implícita.

No decorrer do processo evolutivo da sociedade chegamos ao estado actual, em que o trabalho serve para definir um papel tanto dentro da organização para a qual cada pessoa trabalha, no caso dos profissionais assalariados, ou mesmo quando profissional liberal, estatuto cada vez mais importante decorrente da emergência das novas formas de emprego/trabalho.

É importante salientar que, desde sempre, e talvez mais hoje do que ontem, o homem tem esperado muito do seu trabalho. Através dele poderão ser satisfeitas muitas das suas necessidades e conseguir um conceito de auto-estima que o motivará ao longo da sua vida.

3.3 - O trabalho e a satisfação das necessidades

Embora se trate de um tema muito discutido, limitar-nos-emos a considerar aquilo que Sayles, Leonard e Strauss, George (1969) consideram, e que do ponto de vista deste estudo parece adequado.

Assim, estes autores consideram 3 tipos fundamentais de necessidades: físicas e de segurança; sociais e individuais.

É fácil perceber que o dinheiro conseguido pelo trabalho torna possível satisfazer as necessidades físicas e de segurança. De igual modo, porém contribui para a satisfação das necessidades de "status". No que respeita às necessidades sociais satisfeitas pelo trabalho podemos indicar: amizade; identificação e integração; trabalho em equipa; elogio e atenção. Finalmente no que respeita às necessidades individuais destacamos: realização; habilidade, progresso, produtividade, autonomia, iniciativa, imaginação, conhecimento. As mudanças decorrentes da evolução da sociedade determinam também a alteração da visão sobre o trabalho. Assim, e dado que mais ou menos intensivamente ocorre sempre a mudança, acontecem também diferentes conceitos sobre a natureza do trabalho.

Nas revoluções tecnológicas, porém, como aconteceu com a revolução industrial, tudo se transforma, perdem-se valores considerados imutáveis ao longo dos séculos e institucionalizam-se novos hábitos, costumes e formas de trabalho.

Vejamos então numa perspectiva histórica, e de uma forma breve, como evoluíram os conceitos e a importância do trabalho.

3.4 - O Trabalho: perspectiva histórica

Segundo Leonard e Strauss (1969) "É difícil imaginar as mudanças na vida humana ocorridas na civilização ocidental no último século e meio. Durante milhares de anos as condições materiais da nossa existência (o modo como a alimentação, e o vestuário eram conseguidos) permaneceram relativamente fixas".

Assim, na interpretação de Ilona Kovács, este é o modelo de civilização a que Alvin Toffler se refere como - a civilização da 1ª Vaga. Este período estende-se segundo este autor desde os

primórdios da humanidade em que o homem se dedica à agricultura e à pastorícia, até à Revolução industrial.

A partir de 1800, em constante aceleração, tivemos máquinas a vapor, os mais diversificados sistemas mecânicos aplicados ao trabalho agrícola, locomotivas, o telégrafo, automóveis, aviões, rádio, energia atômica e explorações espaciais. Estamos já segundo Toffler em plena 2ª Vaga.

O nosso sistema de vida mudou de maneira inacreditável - mas talvez em nenhuma área a mudança tenha sido tão grande como no modo de o homem ganhar a vida.

É espantoso observarmos que ainda há tão pouco tempo o homem ganhava a vida de uma maneira substancialmente diferente daquela que hoje praticamos. E talvez mais importante ainda: a importância e significado atribuído ao trabalho sofreram também, profundas alterações. Ou melhor: radicais alterações. Se considerarmos o ano de 1800 e de acordo com Leonard e Strauss (1969) "A unidade económica fundamental era a família (...) e as relações de trabalho, relações de família eram um todo único"

Com o advento da revolução industrial nada ficou como dantes. Progressivamente uma nova realidade e uma nova ordem foi imposta e provocou, com mais ou menos intensidade modificações importantes.

"No último século e meio aconteceu uma espantosa revolução não só naquilo que fazemos, mas também na forma como o fazemos".

Para a mesma autora cit. Leonard e Strauss (1969), a revolução industrial foi uma revolução não só quanto à técnica, mas também quanto às relações humanas. À medida que a técnica se foi tornando mais complexa, as pessoas foram dependendo mais umas das outras, e os problemas de trabalhar em conjunto tornaram-se mais perturbadores".

Cresceram as organizações, iniciaram-se novas relações de poder, apareceu a industrialização, a linha de montagem e tudo o mais que caracteriza a produção em série. Neste período o homem e o seu trabalho eram vistos, analisados e pagos pelas suas

capacidades de produção e não pelas suas capacidades de reflexão. Valorizavam-se pouco as aspirações e motivações do indivíduo, que, apesar de viver num estado de pura sobrevivência, continuava apesar de tudo a ter uma natureza humana.

No movimento de transformação progressivo que tem início (pode dizer-se) após a 2ª guerra mundial e particularmente a partir de 1970, "detecta-se um movimento de transformação quer social, quer económica, traduzida por exemplo na difusão das tecnologias de informação e comunicação, na globalização da economia, na nova divisão internacional do trabalho, na preponderância da política económica neoliberal, na reestruturação das empresas, na lógica da racionalização flexível, bem como no desequilíbrio de forças no mercado de trabalho e nas relações laborais" (Kovács, 2002:2). Entramos assim progressivamente e ainda segundo Toffler na civilização da 3ª vaga.

As consequências depressa se fazem sentir: o chamado "emprego para toda a vida" entra em crise, o próprio trabalho assalariado é posto em causa devido à grande liberdade que as empresas passam a ter, levando ao aumento do trabalho precário, e o emprego passou a ser não tão marcadamente como até então, um factor de integração social. Como motivos para a existência deste quadro cheio de situações anómalas quanto à questão do trabalho/emprego temos o enfraquecimento da intervenção do Estado como elemento regulador das relações sociais e económicas. Mercê das transformações e mutações decorrentes da civilização da 3ª Vaga, verificamos a necessidade de alteração das aptidões conhecimentos e competências necessárias adaptadas a um novo tipo de exigências. A mudança na estrutura do emprego e na natureza do trabalho, devido à introdução das tecnologias da informação e comunicação no sistema produtivo, assim como a globalização da economia leva à difusão do conceito e do modelo da empresa flexível.

Dada a importância de que se reveste este assunto e para melhor contextualizarmos estas transformações, passamos a caracterizar a sociedade pós-industrial.

3.5 - O trabalho na sociedade pós-industrial

Nos anos 70 do século XX, numa tentativa de caracterizar a sociedade pós-industrial, diversos autores propuseram variadas teorias sobre aquilo que consideram ser a sociedade pós-industrial.

Em 1970, Alain Touraine salientou que a sociedade pós-industrial estava programada e mobilizada para o crescimento económico, que era fruto de um conjunto de condicionantes sociais e não só da acumulação de capital. Essas condicionantes eram a investigação científica e técnica, a formação profissional, a gestão de organizações, a programação e controlo das relações entre os sujeitos produtivos e a difusão da transformação contínua dos factores de produção. Este autor colocava a ênfase nos novos movimentos sociais (movimento estudantil, das mulheres, consumidores, ecologistas, autonomistas, pacifistas e outros), que se contrapunham às novas formas de poder.

Em 1974, Daniel Bell caracterizava a sociedade pós-industrial como tendo uma economia centrada na produção de serviços e não de bens; o papel cada vez mais importante dos cientistas e técnicos que desempenhavam funções de planeamento, previsão, investigação e desenvolvimento; o conhecimento teórico estava no centro do controlo de todas as mudanças de onde dependiam os progressos do trabalho teórico, da investigação científica e do investimento.

Para gerir toda esta complexa organização o computador passou a ter um lugar central como tecnologia intelectual. Como diz Ilona Kovács, "Nesta óptica, o trabalho e o capital tendem a ser

suplantados pelo conhecimento e informação, tornando-se, deste modo, variáveis centrais da economia” (Kovács, 2002: 13).

Alvin Toffler, em 1980 ao explicar o que considera ser a civilização da 3ª vaga considerou que as crises tinham originado uma mudança civilizacional, alterando os valores e as estruturas políticas, económicas e familiares, dando origem a uma diversidade de ideias, comportamentos, linguagem e estilos de vida, assim como a novos ritmos e horários flexíveis, contrapondo-se à civilização Industrial da 2ª Vaga caracterizada pela uniformização e pela estandardização.

Para Toffler “a nova sociedade não se construirá à volta de uma hierarquia de novas instituições...” mas “...surgirão novas formas de organização com hierarquias mais planas e com estruturas mais transitórias...” designadas por Toffler como “adocracia” (Kovács, 2002: 15).

Em 1980, Masuda referia que a era da informação, caracterizada pelo computador e por um novo sistema de comunicação e gestão da informação a ele inerente, iria modificar a sociedade, provocando mudanças estruturais e obrigando ao surgimento de uma nova sociedade, como tinha acontecido com a máquina a vapor que precipitou a revolução industrial.

John Naisbitt (1988), por seu lado dizia que a sociedade pós-industrial é uma sociedade de informação caracterizada pela alta tecnologia, pelo curto prazo, pela descentralização, pela auto-ajuda, pela democracia participativa, pelo trabalho em rede e pela opção múltipla.

Também os marxistas analisaram a sociedade pós-industrial, apontando que as tecnologias de informação e comunicação são as “armas” que servem para garantir o domínio do capital sobre a economia e sobre a sociedade em geral. Assim, para os marxistas, as tecnologias de informação e comunicação servem para intensificar a exploração da força de trabalho e para polarizar a sociedade.

Das teorias destes autores, o que sobressai como ponto comum é que a sociedade pós-industrial é uma sociedade dominada pelo saber e pelas tecnologias de informação e comunicação, que simultaneamente condicionam e sofrem influências do contexto social em que se desenvolvem. Esta sociedade é complexa e sucede a uma sociedade caracterizada pela racionalização dos recursos, predominando as actividades pouco rotineiras e onde se exigem níveis de educação elevados. "Autonomia e capacidade de resolução de problemas, actividades cuja expansão está ligada ao desenvolvimento das diversas áreas científicas" (Kovács, 2002: 17).

È importante ainda referir Manuel Castells (2003) que considera que estamos perante uma sociedade-rede. Este autor salienta que as tecnologias da informação têm o poder de penetrar em todas as esferas da vida, quer nos domínios profissional, quer privado, e pode servir para se efectuar uma análise às novas estruturas social, económica e cultural.

Retomando a tese de Touraine, que põe o acento tónico nos movimentos sociais, defensivos e ofensivos, considera o autor que os sindicatos e os partidos, como organizações tradicionais, não têm capacidade para proceder à reconstrução necessária das instituições sociais, nem de fazer o controlo social nesta nova sociedade da informação.

3.5.1 - A globalização da economia

Segundo Castells, a informação leva à concentração e à globalização do capital. O trabalho perde a sua identidade colectiva, individualizando as capacidades, as condições, os interesses e os projectos dos trabalhadores, ou seja, tudo converge para uma globalização da economia.

Relativamente à globalização, existem várias teorias. Assim, uns dizem que é algo recente, que se localiza nos mercados e que

afecta essencialmente as funções do Estado. Para outros, este fenómeno foi iniciado no século XV e caracteriza-se por uma evolução da economia de mercado que levará à mundialização da economia.

Os liberais têm uma perspectiva optimista, onde evidenciam que uma distribuição eficaz dos recursos mundiais possibilitaria "a competitividade geral das economias e o aumento do bem-estar geral. Por essa razão, a liberalização dos mercados é considerada como a melhor garantia para o crescimento da economia mundial" (Kovács, 2002: 19).

Segundo Castells e o Grupo de Lisboa, em finais do século XX foi possível, com a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a concretização de uma economia capaz de funcionar como um todo, a nível do planeta. Uns dos intervenientes são as empresas transnacionais ou empresas globais. Os factores que contribuem para a promoção da globalização são: a liberalização, a privatização e a desregulamentação. A liberalização e a deslocalização de capitais são consideradas como o centro da globalização. A privatização parcial ou total de determinados sectores económicos tem sido concretizada, nem sempre promovendo o equilíbrio dos interesses de produtores e consumidores, valorizando-se o investimento privado como "motor" mobilizador de recursos.

A desregulamentação é caracterizada pela redução da intervenção do Estado na regulamentação da economia, ficando esta a cargo das forças de mercado. Tudo isto tem como consequência o desaparecimento dos mercados caracteristicamente nacionais, havendo a substituição do espaço nacional pelo espaço global.

Segundo o Grupo de Lisboa, o fosso entre os países mais desenvolvidos e os países pobres tende a acentuar-se, pois os países pobres tendem a ficar excluídos das transacções económicas. Nos últimos vinte anos, as trocas económicas que se registaram foram, na sua grande maioria, entre os países ricos, havendo uma

gradual diminuição das transacções entre os países ricos e os países pobres o que, segundo este grupo, tem tendência a acentuarem-se cada vez mais.

Semelhante teoria tem Manuel Castells, pois considera que a concorrência irá eliminar tudo o que for considerado sem valor, ou seja, a globalização pode ligar em rede ou desligar, indivíduos, regiões, sectores, ou empresas, consoante for considerado sem valor. Isto verifica-se, porque as redes, querem dentro do seu circuito, sempre, os mais fortes, levando, como quase sempre acontece, à exclusão dos mais fracos. Segundo Castells, também existirá uma nova divisão internacional do trabalho, tendo em vista a globalização da economia, baseada nos seguintes pressupostos:

a) Produtores de alto valor acrescentado, baseado no trabalho informacional;

b) Produtores de grandes volumes, baseados em baixos custos de trabalho;

c) Produtores de matérias-primas, baseados em recursos naturais;

d) Produtores disponíveis reduzidos ao trabalho desvalorizado." (Kovács, 2002: 25).

Castells salienta ainda que a globalização e as tecnologias de informação e comunicação também influenciam as estratégias dos recursos humanos nas empresas que passam a:

- Reduzir o número de trabalhadores efectivos, mantendo apenas os mais qualificados;
- Subcontratar empresas, integrando-as em rede;
- Utilizar formas flexíveis de emprego (trabalho a tempo parcial, trabalho autónomo, trabalho temporário);
- Procurar pessoal com altos níveis de qualificação ao preço mais baixo possível;

- Utilizar mão-de-obra pouco ou nada qualificada particularmente dos países mais pobres e a preço o mais baixo possível;
- Obter o consentimento dos trabalhadores para aceitarem salários e condições de trabalho menos favoráveis em troca da manutenção dos postos de trabalho" (Kovács, 2002:33).

Segundo Ilona Kovács (perspectiva partilhada por Petrella e pelo Grupo de Lisboa), a globalização não quer dizer que o bem-estar individual e global seja uma prioridade, antes pelo contrário, constata-se que a competição, a liberalização do mercado e a desregulamentação têm um fim único - a obtenção de lucros - em detrimento da valorização das questões sociais, humanas e ambientais.

Assiste-se à concentração do poder de decisão nas mãos de empresas financeiras e industriais; ao aumento das desigualdades sociais e económicas; à exclusão social dos que não se integram nos parâmetros da competição; à «agressividade individual e colectiva»; ao agravamento dos problemas ecológicos, de entre outras problemas decorrentes da globalização(Kovács, 2002: 66).

Neste quadro, um aspecto de relevo e de capital importância é a aprendizagem, como meio de valorização das pessoas quer em termos académicos e técnico-científicos, quer a nível comportamental como forma de adquirir conhecimentos aptidões capacidades e competências que permitam não só uma maior estabilidade no emprego mas também sejam capazes de uma melhor adaptação a uma nova realidade em termos laborais, cada vez mais marcada pela precariedade do emprego.

3.5.2 - Trabalho e aprendizagem

Até há pouco tempo a aprendizagem era encarada como algo que se realizava no início da vida do indivíduo, logo antes da entrada no mundo do trabalho. Daí as políticas educacionais apontarem para

o prolongamento da escolaridade obrigatória e para a formação profissional, dando a perspectiva de aprendizagem contínua. Estando o Estado a perder o seu poder interventivo no sector económico, questiona-se também a redução da sua responsabilidade no campo da educação/formação, centrando-a no indivíduo. A aprendizagem deve ser contínua para actualização e aperfeiçoamento de conhecimentos e a formação deve assentar nas tecnologias da informação e comunicação. Assim, a aprendizagem deve realizar-se ao longo da vida, sendo um meio de manter ou aumentar a competitividade, assim como de afirmação individual ou colectiva no processo de construção social.

A "divisão do processo produtivo entre empresas pode surgir igualmente no seio de redes empresariais ou macroempresas nacionais. Neste caso são também 'empresas-cabeça' que concentram as áreas e funções-chaves e o trabalho qualificado. Por sua vez, nas 'empresas-mãe' dependentes das 'empresas-cabeça' predomina o trabalho de execução rotineira e desqualificado, limitando-se o espaço do trabalho qualificado para um núcleo reduzido que se dedica às funções de direcção e controlo"(Kovács, 2002: 68).

Quanto a oportunidades de aprendizagem no trabalho, o desequilíbrio também é evidente, pois nas empresas centrais os trabalhadores mais qualificados têm a possibilidade de continuar a desenvolver competências e nas empresas subcontractadas onde predominam os trabalhadores pouco ou nada qualificados pouco ou nenhuma possibilidade têm de realizar uma aprendizagem no trabalho. A situação é que, com a pressão da concorrência, as empresas não criam meios para que a aprendizagem se possa efectuar. "A aprendizagem no trabalho reveste particular interesse, quando a população activa tem um relativamente baixo nível de escolaridade" (Kovács, 2002: 72), devendo as empresas permitir a melhoria das qualificações, através de políticas de aprendizagem e formação inseridas numa organização qualificante do trabalho.

Constata-se que o nível de escolaridade ou de formação inicial é importante para a vida profissional, pois os jovens com um nível de escolaridade baixo têm muitas dificuldades na integração no mercado de trabalho. Os jovens com um nível mais elevado de escolaridade têm uma boa base para a aprendizagem ao longo da vida. Em resumo e conclusão, os indivíduos que já têm uma situação vantajosa têm possibilidades de desenvolver as suas competências, através da formação contínua, quando os indivíduos se encontram em situação de insegurança, encontrando-se no desemprego ou têm emprego instável e mal pago, verifica-se que dificilmente têm condições de melhorarem as suas qualificações, ampliando-se as desigualdades.

Entre os grupos que compõem a mão-de-obra com empregabilidade frágil encontram-se as mulheres, apesar do seu nível de escolaridade superar a dos homens, limitando-se a sua mobilidade à esfera do trabalho pouco qualificante. Analisemos a participação das mulheres no mercado de trabalho.

3.5.3 - A reorganização do trabalho

Podemos considerar que é a partir de 1980 que muitos dos países da Europa promoveram e desenvolveram novas formas de contratação nas empresas. Estas foram vistas de "bom grado" pelos governos e sindicatos, colocando grandes expectativas nestas mudanças, alternativas à crise do emprego. Não obstante o esforço desenvolvido, as análises micro económicas não conseguem ainda confirmar, com segurança, os efeitos favoráveis das políticas de flexibilidade do trabalho e das suas implicações no aumento significativo da produtividade.

Há, no entanto, quem diga quanto a este efeito que, tendo em conta o nível de racionalização do trabalho, passando quer pela diminuição do tempo e/ou pelo crescimento deste, possa tornar-se num factor rígido, com tendência a esbater-se nos períodos de

recessão, contrariamente aquando se verifica crescimento económico.

A globalização da economia que passa pelas fusões e deslocação das grandes empresas, torna-as incógnitas quanto à sua origem e à sua racionalidade. Esta situação transforma de maneira profunda, em todos os países, as suas condições de emprego. Consequentemente verifica-se com estas medidas a desregulamentação e, assim, a flexibilidade acaba por penalizar os trabalhadores, ignorando os seus direitos ao nível da protecção social.

As mudanças sociais nesta organização, por exemplo nos sectores da indústria e dos serviços, trazem implicações ao nível do mercado de trabalho e emprego, no futuro.

As políticas de flexibilidade no que respeitam à gestão dos recursos, apontam, nos seus aspectos económicos, para uma redução de custos e um aumento da produtividade, no entanto, do ponto de vista social, implica e altera sobremaneira a vida das pessoas, já que promove a mobilidade geográfica e profissional da mão-de-obra, prevendo-se que ocorram alterações com alguma preocupação social.

Os especialistas nesta matéria do trabalho, no seu discurso vêm chamando a atenção para a necessidade de mudanças no sentido do aumento da produtividade. As empresas submetem-se frequentemente às diversas reestruturações nos seus modos de organização e modelos de produção, tendo como objectivo a possibilidade de competição e concorrência internacional. Esta justifica-se tendo em vista a rapidez da produção, os custos unitários fracos e sistemas de produção flexíveis e de qualidade.

Este modelo de organização do trabalho assenta em três factores: o trabalho em equipa e a cooperação; o processo de melhoramento em contínuo (*kaigen*); e o princípio da redução de stocks.

A adopção deste modelo, por exemplo, para as PME(s) provoca constrangimentos acrescidos, porque a produção baseada numa estrutura de organização *just in time* pode levar a uma reacção em

cadeia, de externalizações crescentes e de segmentos de produção, o que implica, quase inevitavelmente, a mobilidade do local de trabalho e os princípios que orientam a gestão do tempo desse mesmo trabalho. Estes princípios assentam em três variáveis: a própria definição convencional da flexibilidade do tempo de trabalho e dos salários; o desenvolvimento de medidas que (ao nível público) tragam vantagens na diminuição da duração do trabalho, sob a condição da manutenção da duração de utilização dos equipamentos; e a adequação da gestão do tempo de trabalho bem como outras regalias sociais, nomeadamente, as férias, as licenças para formação, entre outras.

Portanto, esta questão sobre a reorganização do trabalho assenta na ideia da flexibilidade das empresas que, ao ser conjugado com outros factores, nos colocam perante instabilidade e mutações: económicas, tecnológicas, sociais, etc.

3.5.3.1 - O impacto das novas tecnologias de informação e comunicação na reorganização do trabalho

As novas Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) obrigaram à introdução de novas dinâmicas, que se tornaram inevitáveis na reestruturação do mercado de trabalho. Assim, as consequências ao nível do trabalho fazem-se sentir, segundo várias perspectivas, dependendo dos autores. Enquanto que para alguns, autores, a lógica deste processo passa pela crescente tendência de perda de postos de trabalho, que vão sendo substituídos e eliminados por máquinas, reflectindo-se nos diversos sectores da actividade económica, principalmente no dos serviços e da indústria; para outros autores, a responsabilidade da crescente taxa de desemprego, deve atribuir-se não só às (TIC), mas como tendo causas mais amplas, devendo-se também à recessão económica

global, apontando como futuras perspectivas de emprego as relacionadas com as novas tecnologias.

Apenas numa década os modelos de gestão e organização do trabalho nas empresas sofreram alterações significativas: "enquanto que a informatização dos anos de 1980 se traduzia pela automatização dos processos de produção, nos anos de 1990 reportam-se à informatização" (Rebelo, 2002:7).

Os modelos de organização e de gestão de pessoal alteraram-se neste processo. As novas tecnologias flexibilizaram as novas organizações, criadas também por estas, acarretando a precariedade do emprego. Contrariamente, as novas competências favoreceram os assalariados dada a importância da comunicação, bem como a qualidade das suas relações interpessoais. Assim, as designadas "competências transferíveis", assentes na ideia da polivalência, permitem uma maior interligação e colaboração entre as diversas tarefas e dos meios de ascensão profissional.

As consequências da introdução das novas tecnologias na esfera do trabalho são diversas, umas das quais, e que tem também grandes repercussões nesta matéria, é a chamada "mundialização da economia", que provoca fusões e deslocações das grandes empresas (multinacionais e transnacionais), das suas actividades na economia global, tornando difícil determinar a sua nacionalidade. Por exemplo, no âmbito dos países da União Europeia, urge a implementação de uma política económica concertada e global na defesa dos interesses e dos direitos sociais dos cidadãos, pertencentes a esta comunidade (atendendo a que dada a sua ausência, cada país vai reagindo a cada situação específica com vista à sua superação).

Os efeitos da inovação tecnológica têm repercussões para as empresas e para os trabalhadores; as primeiras beneficiam gradualmente com a introdução dos avanços das novas tecnologias, com a redução dos custos de produção, ganhando maior competitividade, por outro lado as implicações destas levam a uma

diminuição no volume e na estrutura do emprego. É indubitável a relevância do papel das novas tecnologias na evolução do trabalho e do emprego, embora diminua o tempo de trabalho por via da automatização, também se verifica uma deslocação do emprego no sentido de aproximá-lo dos clientes/consumidores.

Criam-se pequenas unidades de trabalho à distância interligadas a organizações, verificando-se uma dupla "deslocação", que se traduz na proximidade dos clientes e da mão-de-obra. Esta transformação é mais notória nos sectores da indústria e dos serviços, pois dá-se a transferência da força de trabalho humana para uma "automatizada", em crescimento e rentável. Esta situação acarreta efeitos negativos, nomeadamente a diminuição do número de empregos e o aumento da taxa de desemprego.

Há teóricos nesta área, que consideram que os factores tempo e espaço são os principais responsáveis pelas mudanças que vão ocorrendo nas organizações do trabalho, e que estão intimamente relacionados com as potencialidades de desenvolvimento dos diferentes países, no que se refere aos comportamentos das populações perante o trabalho.

Por exemplo, nos países da UE, por iniciativa de um dos seus órgãos a Comissão Europeia começou a analisar a questão da necessidade da reorganização do trabalho. Sabemos que o problema do desemprego é comum aos vários países, com maior gravidade nalguns, por isso a redução do trabalho como medida para o combater passa por questões de ordem económica e social: a primeira pela evolução dos salários e da produtividade e a segunda pela evolução das instituições, das mentalidades e da organização do trabalho.

Neste âmbito a gestão do tempo de trabalho ou a "temporalidade do trabalho", como é designado por alguns autores, poderá ajudar na reestruturação das relações de emprego. O conceito de "economia do tempo" implica que exista também uma coordenação do tempo, bem

como a articulação entre o trabalho e o emprego (remunerado ou não, formal ou informal) onde se estabeleçam regularidades, ciclos e temporalidades.

Na Europa a partir de 1980, as empresas começaram a adoptar formas de flexibilização do tempo e do local de trabalho. Os países do Norte e na Holanda, foram os grandes impulsionadores destas medidas, tendo contribuído fortemente para a diminuição da duração média do trabalho, em corolário verificou-se um aumento no número de empregos, foram reduzindo as taxas de desemprego (hoje neste países, têm as mais baixas da UE) e resolvidos alguns dos problemas sociais (tais como a igualdade entre os sexos ou ainda a política da família e da educação).

Neste contexto, a redução e a partilha do emprego, designado "Job-sharing", trata-se de uma forma de trabalho, em que dois trabalhadores dividem entre si o salário, as funções e as responsabilidades respeitantes a um posto de trabalho a tempo completo, (juridicamente há a obrigação do trabalho solidário), sendo este um estímulo de trabalho a tempo parcial, por exemplo no Reino Unido.

Não obstante as "boas intenções" das políticas da nova organização do trabalho, através da flexibilização laboral, com os objectivos anteriormente enunciados, verifica-se que acarreta desigualdades. Comparando os pontos de vista das empresas e a dos trabalhadores, vemos que para as primeiras esta situação se torna mais favorável, com o aumento da produtividade, da competitividade, havendo maior flexibilidade ao nível das leis laborais e na contratação do pessoal assalariado; da parte dos trabalhadores, esta organização do trabalho, torna mais precária a sua situação laboral, a sua estabilidade no emprego é mais frágil, a possibilidade de autonomia é mais limitada, os direitos profissionais, a progressão na carreira as conquistas profissionais" e de protecção social, ficam ameaçadas.

A flexibilidade dos horários de trabalho, pode constituir uma alternativa aos problemas sentidos quer pelos trabalhadores quer pelas empresas, como é o caso dos conflitos entre casa e trabalho, que passam pela necessidade de assistência aos membros da família, nomeadamente, às crianças e idosos. Esta preocupação é sentida especialmente pelas mulheres, pois os esforços levados a cabo por estas são enormes, tentando fazer uma conciliação entre a vida familiar e o trabalho, para algumas com implicações psicossomáticas quase sobre-humanas, transformando-as em "super mulheres". A introdução de uma maior flexibilidade, nos horários de trabalho, é bastante benéfico para estas, facilitando-lhes a gestão da vida privada e pública, num estado psicológico de menor pressão, o que favorece igualmente a entidade empregadora, já que desta forma lhes possibilita conservar a produtividade.

Na reconfiguração do tempo de trabalho verificam-se diferenças nos diversos países. Por exemplo, nos países da UE, a redução do tempo de trabalho assume divergências nas suas formas de implementação como: a diminuição da idade de reforma e do horário semanal, o alargamento das férias no ano, o aumento das licenças de maternidade e paternidade, entre outros.

3.5.3.2 - Formas flexíveis de emprego: o trabalho a tempo parcial e o teletrabalho

A crise do emprego típico da sociedade industrial, que se caracterizava pela existência de um vínculo de subordinação jurídica que garantia o emprego estável, a rigidez, regularidade e sincronização do tempo de trabalho, a uniformização dos espaços produtivos, a estabilidade e linearidade dos percursos profissionais e o modelo masculino como provedor essencial de sustento económico, tem vindo progressivamente a desaparecer, consequência de todas as mutações ocorridas nos últimos tempos na

economia mundial (no mercado de trabalho, nas empresas...) e que referimos em pontos anteriores.

Surgem, assim, as denominadas formas flexíveis de emprego, tais como o trabalho a tempo parcial; trabalho "independente"; trabalho no domicílio/teletrabalho, o trabalho temporário (contratos a termo) e por via de ETT - Empresas de trabalho temporário e trabalho em horários anti-sociais.

3.5.3.2.1 - O trabalho a tempo parcial

O trabalho a tempo parcial é considerada a melhor forma de partilha de trabalho, por parecer garantir o acesso a um emprego com protecção social. Esta organização do trabalho assenta nas escolhas individuais dos trabalhadores na gestão dos horários a tempo parcial. Não obstante a existência de um tempo de presença obrigatória para todos os assalariados e um local fixo ao longo do dia de trabalho, esta gestão permite-lhes escolher o horário que mais lhes convém.

Tal como noutros países da Europa, em Portugal o problema do aumento do desemprego levou a que se pensasse na questão da partilha do trabalho. Assim, foi sendo criada legislação. Recentemente, foi aprovada a lei nº 103/99, de 26 de Julho, referente ao regime jurídico do trabalho a tempo parcial, e há uma proposta de lei promovida pelo governo em análise pelos partidos e outras entidades, onde contempla as questões da flexibilidade do trabalho.

Existiram factores fundamentais que levaram à criação de empregos a tempo parcial, na perspectiva da partilha do trabalho, tais como: os sistemas de produção, a diminuição dos custos com pessoal e dar a possibilidade aos trabalhadores que pretendam fazer esta opção (no sentido de melhor articular com a sua actividade profissional as responsabilidades familiares).

Ao nível dos países da União Europeia, há da parte dos parceiros sociais a tentativa de promover o trabalho a tempo parcial, mas tendo presente a preocupação de que se houver vontade da parte do trabalhador de regressar ao trabalho a tempo completo, possa fazê-lo sem discriminação.

Ao longo dos anos 90 o trabalho a tempo parcial adquiriu um significado em países como a Irlanda, Espanha e Alemanha, no sentido de resolver as taxas crescentes de desemprego (neste último país para a integração dos trabalhadores da ex. RDA).

O trabalho a tempo parcial é apontado como uma forma de emprego mais frequente por determinados grupos etários: os jovens (24% na UE) e idosos a partir dos 65 anos de idade (47,6% na UE); enquanto que para os primeiros poderá ser uma fórmula de obter a experiência tão requerida pelas empresas após, por exemplo, a conclusão de um diploma no ensino superior, para os últimos poderá mostrar-se a forma de manter a ligação ao mercado de trabalho (no caso da Dinamarca o grupo etário que mostra maior taxa de adesão é precisamente a partir dos 65 anos).

Ao analisarmos os sectores de actividade económica onde se verifica com maior incidência a opção por esta modalidade de trabalho, reparamos que são os serviços que apresentam os números mais elevados, cerca de 22.043 na UE15, no entanto, no nosso país os valores do sector agrícola estão muito próximos dos serviços, 236 e 228, respectivamente. E é sobretudo no Reino Unido, na Bélgica e Dinamarca que o *ratio* entre o trabalho a tempo parcial na agricultura e serviços é mais elevado.

Podemos, assim, concluir que nos países da UE o trabalho a tempo parcial é visto numa perspectiva positiva, quando esta é escolhida voluntariamente pelo trabalhador. No entanto, verifica-se que tendencialmente pode vir a tornar-se numa forma imposta pelas entidades empregadoras, com o objectivo de garantir ganhos e produtividade, constituindo um constrangimento, e que instrumentalizam a seu favor a questão da flexibilidade.

Por exemplo, no nosso país (1977), 23,7% dos trabalhadores a tempo parcial referiam que exerciam esta forma de trabalho em virtude de não terem conseguido trabalho a tempo completo, e 20,8% dos trabalhadores a tempo parcial afirmavam que a principal razão era a ocorrência da situação de doença ou deficiência (Rebelo, 2001: 413-430).

3.5.3.2.2 - O teletrabalho

Podemos definir o teletrabalho, duma forma resumida, como uma modalidade de trabalho que permite aos indivíduos desenvolverem uma actividade profissional num espaço que pode ser no interior da sua própria casa ou em pequenos centros próximos do seu domicílio, com a utilização das novas tecnologias.

No entanto, dada a recente implementação desta modalidade há ainda várias especulações, teorias, que se apresentam em duas perspectivas dicotómicas: uma optimista e outra crítica:

Na primeira o desenvolvimento das novas tecnologias está relacionado com uma maior autonomia dos trabalhadores, responsabilidade e qualificação contínua. Nesta linha de pensamento existem teóricos que prevêem uma ruptura nas relações de emprego e da natureza do trabalho, que têm a ver com um advir de uma nova sociedade. São diversas as designações para esta, tais como: a sociedade de informação pós-industrial, pós fordista, pós salarial e terceira vaga.

Para Daniel Bell (1997), a automatização e as novas tecnologias permitem que o homem possa usufruir de mais tempo livre, o que permite a passagem para a sociedade dos tempos livres ou do lazer.

Para o autor, Alvim Toffler (1984) com o termo "electronic cottage" (vivenda electrónica), como a possibilidade de a partir de casa as pessoas poderem desempenhar as suas actividades profissionais, e ainda libertar-se do controlo e da alienação

inerentes aos sistemas organizacionais. É um dos elementos fundamentais da terceira vaga: a "vivenda electrónica" que se torna o centro da "nova civilização", permite eliminar diversos problemas (os psicológicos, sociais e económicos da vaga anterior), e ainda em vez do modelo clássico do trabalhador, estimular o empreendedorismo (trabalhadores independentes e detentores dos meios de produção ou também associações de teletrabalhadores que estarão na origem de novas formas de organização e de relacionamento). Esta modalidade contribui para fortalecer os laços familiares e comunitários, regressando assim ao reatar das relações directas e emocionais com implicações psicológicas mais positivas. Portanto, de acordo com esta perspectiva, os indivíduos teletrabalhadores, e em particular os que trabalham no domicílio, têm vantagens como: a beneficiação de uma melhor qualidade de vida, com menor carga de stress, bem como o gozar de tempo livre para si, família e a vida comunitária.

A servir de contraponto à perspectiva optimista surge a perspectiva crítica, no que se refere às implicações da tecnologia de informação e comunicação (TIC), e em particular o teletrabalho.

Para estes teóricos as TIC contribuem para o isolamento no trabalho, ao stress, à despersonalização, à introdução de novos níveis de controlo em formas de alienação, bem como à individualização do trabalho e fragmentação do poder associativo dos trabalhadores. Quanto ao teletrabalho favorece a exploração dos teletrabalhadores, através da redução dos rendimentos, das escassas oportunidades de progressão e de valorização/formação profissional, do isolamento social, da inexistência de benefícios sociais e do controlo apertado. Segundo esta perspectiva importa referir o aspecto negativo: o agravamento das desigualdades económicas e sociais ao nível das classes (tendência de polarização) e dos sexos.

Segundo um relatório da Comissão Europeia, esta forma de emprego encontra-se em fase crescente pois tem ocorrido

diferentemente nos vários países da Europa. Tal como o trabalho a tempo parcial, é nos países nórdicos que esta modalidade de trabalho encontra mais adeptos (enquanto que os países do sul da Europa e também na Irlanda o seu peso não é tão significativo). No caso do nosso país, para além do estilo que se desenvolve nas PME, salienta-se a fraca inovação tecnológica e organizacional, o desconhecimento por grande número de trabalhadores das novas tecnologias de informação, ainda a baixa percentagem do uso da Internet e os custos elevados associados às telecomunicações.

No cômputo geral do quadro da Europa, quanto ao sexo, verifica-se que a maioria dos teletrabalhadores são homens, apenas em Portugal, Irlanda e Itália, as mulheres se encontram mais representadas.

4 - As mulheres no mercado de trabalho

A inserção das mulheres no mundo do trabalho não é um fenómeno recente, excluindo-se apenas algumas mulheres pertencentes a determinado grupo social. Assim ao analisarmos a questão do trabalho no feminino e numa perspectiva histórica constatamos por exemplo que o trabalho feminino no seio da exploração agrícola era fundamental. No século XIX com o aumento da burguesia todas as mulheres trabalhavam independentemente da sua idade (da menina à avó, cada uma segundo as suas capacidades e forças) Há no entanto, uma característica essencial que distingue o trabalho feminino do séc. XIX do trabalho feminino contemporâneo: existe uma relativa harmonização entre as funções maternas e as tarefas produtivas, na sociedade agrária de séc. XIX não contradição na conciliação das tarefas maternas com o trabalho.

A expansão do trabalho feminino no quadro de um mercado de emprego levou os investigadores a debruçarem-se sobre as

consequências conjugais decorrentes desta realidade. Ao mesmo tempo que se verificava o aumento da actividade profissional feminina, persistia a tradicional divisão dos papéis familiares. As mulheres ao mesmo tempo que trabalhavam fora de casa continuavam a assumir sozinhas a carga principal dos cuidados domésticos e da educação dos filhos.

Neste quadro o papel do trabalho não pode ser entendido, nem compreendido separado da família. É esta relação trabalho família que constitui o núcleo do estatuto da trabalhadora, pois o acesso ao mercado de trabalho era regido em função do casamento e do número de filhos. A expressividade e o leque das profissões que a industrialização despoletou, e a passagem de uma sociedade do tipo rural, a uma sociedade do tipo industrial e urbano, não conseguiram deslocar a mulher da esfera privada mas também porque o ideal de salário único masculino e da dependência feminina estava enraizado na burguesia dominante; mas que começava encontrar eco na classe operária. A história típica do trabalho, que pretende demonstrar a mudança causal do lar para o local de trabalho, baseia-se no modelo passado. A transferência da produção da quinta (trabalho agrícola) para a fábrica, da indústria doméstica para a manufactura... No entanto, até ao séc. XX coexiste a imagem preponderante de uma força de trabalho cooperativa da base familiar, implicando o trabalho de todos os membros do agregado familiar (pai, mãe, filhos, mesmo crianças).

As mulheres e as crianças tinham funções importantes na rede de trabalho, por exemplo, na agricultura e comércio. As suas funções eram: as da assistência, de linhagem religiosa, estatutária e afectiva. Esta imagem serve para comparar o mundo pré-industrial, onde o trabalho das mulheres é informal, a maior parte das vezes não remunerado, em que a prioridade era a família, e o mundo industrializado da fábrica, uma actividade que exigia horários rígidos com direito a uma remuneração e em que implicava um afastamento da família, por um alargado período do dia.

As actividades desenvolvidas fora do seu lar eram para muitas mulheres, desenvolvidas no exercício da sua profissão como: criadas domésticas, trabalhadoras agrícolas polivalentes, aprendizas e ajudantes. Haviam também mulheres casadas, nas fábricas têxteis, uma vez que a procura da mão-de-obra feminina era grande enquanto os empregos para os homens escasseavam nas cidades onde se encontravam as fábricas têxteis.

Surgia assim uma força de trabalho segregada, a das mulheres, em função da organização espacial do trabalho, a hierarquia das remunerações, bem como da concentração das mulheres em determinados tipos de emprego e sectores do mercado de trabalho. Esta teoria foi tomada como prova da existência duma divisão sexual "natural" do trabalho. Mas segundo, Joan Scott, pretende demonstrar o contrário, já que este tipo de divisão não existe, ela é fruto das práticas que as tomaram naturais.

A partir do início do século XX, assiste-se a um decréscimo do emprego das mulheres, significa esta situação que deixam de ocupar postos de trabalho nas fábricas, universo gradualmente e crescentemente masculino, à medida que a indústria se mecaniza.

No que se refere ao trabalho remunerado das mulheres neste século assistiu-se a grandes avanços e recuos. No período das duas guerras 1917-1919 e 1943-1945, as mulheres assumiram a força de trabalho, nas diversas áreas, anteriormente na posse dos homens. Quando as guerras terminaram os homens voltavam a assumir os seus empregos, sendo as mulheres obrigadas abandonar as funções assumidas nestes períodos.

O crescimento da actividade feminina a que hoje se faz referência respeita a uma mutação no mundo laboral.

A partir da década de 60 e em maior número na de 70 as mulheres entraram no mundo do trabalho duma forma massiva; o nível crescente da sua educação e a criação de numerosos empregos no sector terciário são as razões para esta situação. As taxas de emprego feminino não param de aumentar, (apesar de serem

inferiores à dos homens), estas variam de acordo com o seu nível de instrução, sendo tanto mais elevadas quanto mais elevado é esse nível. As crises económicas têm travado o seu crescimento, sendo as mulheres as primeiras a serem afectadas pelo desemprego, pelo trabalho a tempo parcial e pelas actividades precárias; são ainda os sinais das desigualdades entre géneros que teimam em perpetuar-se.

4.1 - A divisão sexual dos papéis

À medida que se verifica a progressiva entrada das mulheres no mundo do trabalho não provocou nos homens uma reacção, com a mesma intensidade, relativamente à participação do marido nas tarefas domésticas, não obstante ter-se registado uma maior colaboração.

Perante o descrito, talvez se possa afirmar que as mulheres conquistaram a dupla jornada, pois para além de um horário de trabalho, que nos países mediterrânicos, a maior parte se realiza a tempo inteiro, tal qual os homens, continuam a assumir as responsabilidades da esfera do privado (a gestão do doméstico e o acompanhamento da educação dos filhos). A participação dos homens cresceu, no entanto, no seio da unidade conjugal. As formas clássicas de interacção parecem permanecer, as mulheres entraram no domínio masculino mas os homens continuam a ter resistências em entrar no domínio tradicional feminino, por exemplo, nas tarefas domésticas, existem algumas que, para os homens, são consideradas fora da negociação.

Comportamentos diferentes distinguem os homens das mulheres, que têm como motivos a natureza do posto de trabalho ocupado e das responsabilidades assumidas, mas muito também pelo facto de existir uma cultura feminina no trabalho. As preocupações domésticas são transversais a todas as mulheres, qualquer que seja o seu nível de responsabilidade. Assim, se o doméstico invade o

trabalho, em contrapartida os contextos de trabalho feminino invadem também o doméstico.

4.2 - Os reflexos das novas modalidades de emprego das mulheres

Constata-se que as taxas mais elevadas das pessoas a exercerem a modalidade de trabalho a tempo parcial é o sexo feminino. Importa saber, no entanto, se o exercício das funções laborais nesta modalidade corresponde ou não a uma opção voluntária das mulheres activas.

Em geral, nos países da UE a percentagem de trabalhadores a tempo parcial aumenta para ambos os sexos. Em corolário desta situação verifica-se a tendência do aumento da precariedade para as mulheres, por exemplo, na Holanda cerca de 80% das mulheres que exercem um trabalho a termo, ou temporário, trabalham a tempo parcial, e noutros países, nomeadamente na Irlanda, Reino Unido e Suécia, têm taxas na ordem dos 60%. No total da U.E, 38% das mulheres e 16% dos homens exercem cumulativamente trabalho temporário e a tempo parcial.

A predominância feminina nesta forma de emprego na UE em 1988 era de 33% das mulheres e apenas 6,1%, eram homens.

Verificamos assim que há desigualdades enormes na forma de trabalho entre os sexos e como refere Maruani (2000) "Há o tempo dos homens e das mulheres. A partilha do trabalho aqui escapa à lógica da solidariedade. É uma partilha sexuada do emprego: homens e mulheres efectuam o mesmo tempo de trabalho, mas o seu contrato de trabalho, as suas condições de emprego e o seu estatuto distinguem-se".

Pode até parecer contraditório, essencialmente para as mulheres com redução da duração do trabalho, o tempo disponibilizado pode não garantir um aumento do tempo livre, dado

que poderá haver a tendência de canalizar esse tempo, teoricamente disponível para a execução de tarefas ligadas à gestão da vida familiar; por outro lado, não é certo que este se traduza numa repartição equitativa no peso das tarefas domésticas, assim como as políticas de emprego que procuram atrasar a idade de entrada no mercado de trabalho e antecipar a idade da reforma, podem originar uma repartição desigual do esforço de trabalho entre os indivíduos.

Ao analisarmos a idade das mulheres trabalhadoras a tempo parcial, e de acordo com o Eurostat, na maior parte dos países da UE as mulheres que apresentam taxas mais altas são aquelas que possuem uma idade superior aos 50 anos.

Para além do fosso geográfico, o trabalho a tempo parcial é das mulheres do Norte da Europa. Por exemplo, na Holanda esta modalidade é adoptada pela generalidade das mulheres independentemente da sua idade, é nos países como a Grécia, a Espanha, Itália e Portugal que encontramos mais baixas percentagens das mulheres a tempo parcial.

No que se refere à envolvente salarial, diversos estudos mostraram que as mulheres, quando são confrontadas com a escolha entre os horários de trabalho e salários, se diferenciam bastante dos homens da mesma idade; é mais aceite, e verifica-se também, que as mulheres optam mais que os homens, por uma redução do tempo de trabalho sem compensação, em particular quando os seus horários se situam na metade superior de trabalho feminino. Esta situação é comum nas mulheres que vivem em casa e com filhos de baixa idade.

A repartição do trabalho entre mulheres e homens é dissimétrica: como refere o estudo do INSEE, "65,% dos casos, a duração do trabalho da mulher é inferior à do homem", sendo que ao nível dos casais a distribuição do tempo consagrado pelo homem e pela mulher à sua actividade profissional é manifestamente acentuada quando a profissão do homem é a de quadro: a mulher trabalha menos do que o seu cônjuge em 80,3% dos casos".

No plano da relação dos dois sexos, quanto à modalidade do teletrabalho verificamos que este contribui para a igualdade de oportunidades na medida em que, as mulheres, nomeadamente aquelas que possuem responsabilidades familiares, podem desenvolver um trabalho remunerado sem se ausentarem do domicílio. Segundo a feminista Barbara Gutek (1983), o teletrabalho liberta as mulheres do controlo da autoridade masculina, atendendo ao facto dos homens estarem maioritariamente nos lugares de chefia, nos contextos de trabalho convencionais. E quanto aos homens vinculados ao teletrabalho, uma vez que a fronteira entre a esfera profissional e a vida familiar se encontra esbatida, estimulará a sua participação nas tarefas domésticas e cuidados com familiares. Nesta perspectiva há uma convergência no que se refere aos papéis sociais desempenhados por ambos os sexos.

Esta modalidade insere-se nas políticas de flexibilidade do emprego, indispensável para a competitividade económica e consequente criação de emprego, para maior equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, e para a igualdade e a melhoria de qualidade de vida.

4.3 - As Mulheres portuguesas no mercado de trabalho

Em 1997, a taxa de actividade feminina em Portugal era de (49,4%), (considerando a população de idade igual ou superior a 15 anos) este valor percentual era superior à média dos países da UE15 (45,6%), sendo apenas ultrapassada pelas taxas de actividade da Dinamarca (59%), da Suécia (56,5%), Reino Unido (53,2%), Finlândia (54,9%) e Holanda (50,6%). De salientar, contudo, que o crescimento da taxa de actividade das portuguesas tem sido inferior á dos países onde a referida taxa era mais baixa.

Se comparamos as taxas de actividade dos homens e das mulheres, por grupos etários e para períodos quinquenais, 1992\1997 revela que:

- as taxas de actividade feminina mais elevadas correspondem, em 1997, ao grupo etário dos 30 aos 34 anos. Em 1992, o pico verifica-se no grupo etário dos 25 aos 29 anos.

- os homens continuaram a registar as taxas mais elevadas entre os 40 a 44 anos;

- as taxas de actividade das mulheres estão mais próximas das dos homens para os grupos etários mais jovens (até aos 29 anos) e mais idosos (com mais de 65 anos);

- entre 1992 e 1997, a aproximação das taxas de actividade das mulheres às dos homens teve especialmente lugar para os grupos intermédios, isto é, entre os 30 e os 59 anos;

- ao contrário do que acontece com outros países, a curva das taxas de actividade feminina, por grupos quinquenais de idade, não apresenta uma descida dos grupos etários normalmente associados à existência de filhos de tenra idade, para voltarem a subir nas idades em que as crianças frequentam a escola. Daí que se possa concluir que, ainda que se verifique um abandono e posterior regresso ao mercado de trabalho por parte das mulheres com responsabilidades familiares, o fenómeno não se configura em Portugal suficientemente generalizado para influenciar marcadamente o andamento das taxas de actividade por grupos etários.

Os padrões de emprego e actividade das mulheres são afectados, mais cedo do que os dos homens, pela idade, os filhos, o estado civil e as habilitações literárias, entre outros aspectos. As mulheres casadas têm taxas de actividade inferiores às das mulheres solteiras, com excepção do grupo etário dos 15 aos 24 anos (Eurostat). Muito embora, estas diferenças se tenham reduzido entre 1992 e 1997, o estado civil continua a ser a variável influente na participação no mercado de trabalho por parte das mulheres.

Na análise do mercado de trabalho verifica-se ainda a existência de alguns mecanismos de segregação denominados

horizontais (concentração de empregos femininos num pequeno número de sectores de actividade e de profissões) e verticais (concentração de empregos femininos em categorias situadas na baixa hierarquia profissional).

4.4 - Participação das mulheres na actividade económica

As mulheres em Portugal encontram-se concentradas a exemplo do que acontece noutros países no sector dos serviços, nas indústrias tradicionais, fortemente intensivas em trabalho e praticando baixos salários, designadamente, no vestuário, têxteis e alimentação e bebidas. Mas, entre 1992 e 1997, a tendência foi para o reforço da concentração no sector primário e, em menor escala no terciário. Em contrapartida, a percentagem ocupada no secundário reduziu-se. Para os homens, a evolução foi no sentido da subida do peso do primário, a descida do terciário e a quase estagnação do secundário.

Não obstante de em Portugal não se recorrer, em proporção idêntica aos outros países, ao trabalho a tempo parcial, as mulheres estão mais representadas neste tipo de trabalho do que os homens (16,9% e 6,1%, respectivamente em 1998). A tendência tem sido para o acréscimo de trabalho a tempo parcial, em especial no caso das mulheres (10,6% e 4,2% para as mulheres e os homens respectivamente em 1992).

Apesar das alterações registadas no emprego, a segregação no mercado de trabalho pode ser observada através da análise da forma como os homens e as mulheres têm estado tradicionalmente separados, em subsectores distintos de actividade e profissões. Entre as principais actividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres contam-se os serviços, especialmente os serviços pessoais, os trabalhos de escritório, o comércio e as profissões liberais.

O sector público tem constituído uma importante fonte de novas oportunidades de emprego para as mulheres, embora também aqui os padrões de emprego revelem alguma segregação. Por exemplo, o emprego no ensino é maioritariamente feminino, o mesmo acontece na saúde.

A menor participação das mulheres no mercado de trabalho e a sobre representação no desemprego registam-se em paralelo com um nível médio de educação feminina, superior à dos homens. Contudo, a estrutura de qualificações da população empregada feminina é mais desfavorável do que a masculina, não obstante o facto assinalado das mulheres possuírem habilitações superiores às dos homens.

A subida da participação feminina no mercado de trabalho esteve associada tanto ao aumento do emprego como do desemprego, encontrando-se as mulheres sempre sobrerrepresentadas no desemprego.

Apesar das mulheres se encontrarem integradas, cada vez em maior proporção no mercado de trabalho, persistem diferenciações salariais significativas entre homens e mulheres, atendendo fundamentalmente aos sectores e categorias em que as mulheres se inserem, mas também exclusivamente devidas ao facto da existência de discriminação de género. As mulheres empregadas concentram-se mais do que os homens em sectores de actividade tradicionais, com baixos salários e em baixos níveis de qualificação, apesar de deterem níveis de habilitação escolar superiores.

5 - Família e Trabalho

A família é definida de maneira indissociável nas suas relações no trabalho, porque é um lugar de partilha obrigatória. O seu funcionamento induz necessariamente à repartição no conjunto, para assegurar a sobrevivência da unidade. Assim, a família é o

lugar da partilha do trabalho (profissional e doméstico) entre homens e mulheres.

As modalidades de partilha podem ser variadas. As formas diferenciadas donde se organiza a divisão do trabalho constituem outras formas familiares específicas. Assim, entende-se que uma forma familiar represente, ou seja uma representação concreta entre os conjuntos, a partilha profissional e a partilha do doméstico. Estas formas variam segundo o número de activos e as modalidades de repartição.

Pode haver famílias com um só elemento do casal activo - ou só o homem com actividade profissional e a mulher assegura o trabalho doméstico, ou então as mulheres são celibatárias - que não partilham o trabalho profissional nem o doméstico.

Existem famílias em que os dois elementos do casal são activos, e por este facto há uma determinada partilha das tarefas domésticas. A família desta maneira torna-se uma unidade de referência que rege o profissional e o doméstico. É onde a unidade permite assegurar a regulação entre os dois aspectos do trabalho, que são o profissional e o doméstico. Podemos, assim, dizer que a família e a unidade permite a regulação do trabalho, que exprime bem a relação indissolúvel trabalho-família.

As duas esferas (produção e reprodução) podem ter temporalidades e partes distintas. A história do trabalho não segue forçosamente o mesmo ritmo da família - a periodização expõe os processos de articulação e as suas transformações.

Há formas familiares diferentes que são configurações específicas correspondentes a tipos de família que se distinguem segundo o seu modo de estruturação interna, em matéria de trabalho.

As transformações de relação entre as estruturas familiares e as estruturas no emprego, fazem emergir a historicidade entre o trabalho e família.

A investigadora Barrère Maurisson analisou o caso francês, como exemplo de periodização, da relação entre trabalho e família:

-Entre 1830-1890, a família era uma unidade de produção do tipo patriarcal com a forma dominante de então. Depois da industrialização ficou ligada à urbanização, as indústrias implantam-se nos grandes centros urbanos. A mulher começa a sair da família na condição de assalariada, desaparecendo a forma de unidade familiar e emerge a família operária. A partir de determinada altura surge a família como unidade de salário, a família denominada conjugal;

-No período de 1945-1975 com a reestruturação industrial e um certo crescimento do sector terciário e paralelamente com o crescimento em massa das mulheres assalariadas, estas são empregadas como reserva de mão-de-obra e trabalham em sectores não qualificados;

A estrutura familiar neste período é a designada família conjugal. O homem é o portador das receitas da família enquanto que as mulheres se reservam ao trabalho doméstico, só secundariamente exercem uma actividade assalariada de apoio ou como complemento ao do marido. Se houvesse o caso do homem exercer um trabalho que lhe desse a possibilidade de seguir uma carreira, a mulher ocupava-se em trabalhos temporários;

As rupturas na actividade profissional, para as mulheres, estão ligadas a razões de ordem geralmente familiar (mudanças de casa, casamento, nascimentos) e quando retomam, geralmente, devem-se a imperativos financeiros;

Assim, nas famílias o trabalho assalariado corresponde a uma necessidade financeira, este trabalho deverá ser compatível com o exercício das tarefas de casa;

Depois de 1975, e da concordância durante trinta anos entre o trabalho assalariado e a família conjugal, aparecem alguns factores de transição que veiculam assim novos modos de regulação;

Com a crise do sistema produtivo, operam-se profundas transformações nas relações entre os trabalhadores e as instituições. Assiste-se a uma estabilização do emprego, que resulta duma redução significativa dos postos de trabalho no sector industrial, decorrente do facto do disparo progressivo das grandes unidades de produção e da postura das pequenas unidades, mais flexíveis.

Quanto ao trabalho feminino verifica-se uma diminuição progressiva no seu crescimento. A duração da vida activa reduz-se devido ao facto do alongamento do tempo de formação, do recuo da idade de inserção num emprego com estabilidade, da acentuação suave das fronteiras entre o emprego-inactividade e o desemprego e, ainda, à descida da idade da reforma. Esta transformação global que a relação com o emprego operou foi acentuando a mobilidade dos trabalhadores: para quem tem trabalho este torna-se mais precário e a relação com o emprego individualiza-se (através da fragmentação do colectivo do trabalho, a generalização dos contratos personalizados e a individualização do salário). Donde a ideia de partilha do trabalho, quer dizer trabalhar menos para que todos trabalhem.

5.1 - As interligações família, trabalho, e carreiras profissionais

Neste capítulo pretende-se dar uma visão, mesmo que de forma muito resumida, sobre estes aspectos nos três sectores de actividade, empresas (indústria), serviço público e agricultura.

As empresas, na gestão do emprego, têm em linha de conta as características familiares dos funcionários que pretendem vir a recrutar. Por vezes essas características familiares podem condicionar nas modalidades de recrutamento e as possibilidades de carreira.

Tendencialmente, as empresas quando procuram trabalhadores para lugares de direcção, dão preferência a homens casados com mulheres que não trabalhem, para que o funcionário fique mais disponível para a flexibilização, o alargamento do horário de trabalho bem como para efectuar deslocações. O homem é bem pago e assim a mulher pode ficar em casa, cuidando das tarefas familiares, para o marido ficar liberto para a empresa. Aquilo a que se chama família de carreira única (Barrère Maurisson, 1998).

Quando a empresa procura um funcionário para executar um trabalho intermédio, no âmbito dos serviços, a prioridade aqui vai para mulheres casadas em situação de reinserção (por volta dos 35 anos), com uma baixa qualificação ou obsoleta e que procurem um emprego compatível com os seus encargos familiares. O seu marido deve igualmente exercer uma actividade profissional, para assim os dois assegurarem o nível de receitas suficientes para toda a família.

Assim, poder-se-á dizer que a cada posto corresponde um indivíduo com determinadas características familiares, ou então, não há uma adequação entre a categoria profissional e o estatuto matrimonial único (já que tendencialmente os quadros das empresas são homens casados ou mulheres celibatárias). Com estas atitudes as empresas estão também a modelar as famílias dos trabalhadores, as políticas de gestão de mão-de-obra não constituem uma política de família de qualidade, encontrando-se estas a gerir para além dos trabalhadores as suas famílias - princípio de base paternalista. Assim, a gestão da vida social e familiar dos trabalhadores - ao lado da gestão das suas carreiras - permite fixar a mão-de-obra, mas igualmente de não ceder à reivindicação de subida dos salários (Barrère Maurisson, 1998).

No serviço público, em 1965, dá-se a entrada massiva das mulheres, em particular no sector terciário. Em 1980 desenvolve-se a modalidade de trabalho a tempo parcial. Os empregos têm um tempo mais reduzido e particularmente destinados às mulheres, mas

permitem usufruir, igualmente, dos benefícios ao nível da protecção social.

Neste sector, onde se encontram profissionais de várias qualificações existem vários tipos de famílias, designadamente, as famílias dos quadros superiores e intermédios, distinguindo-se por existir um só activo na família (geralmente o marido, onde a carreira de um se faz em detrimento da do outro) ou dois activos. Nos diversos tipos (qualificados e não qualificados) a partilha do trabalho doméstico diferencia-se (Barrère Maurisson, 1998); Se nalguns casos existe uma partilha entre o casal, noutros casos recorrem à contratação dos serviços de terceiros e ainda poderá ser apenas efectuadas pela mulher.

No sector agrícola há uma imbricação das tarefas inerentes à unidade de lugar. A exploração agrícola representa um lugar único onde concentra: a propriedade, a produção, o exercício profissional e a residência do grupo doméstico. Nesta unidade é difícil distinguir o trabalho profissional do doméstico. A actividade agrícola é descrita de forma global, daí a dificuldade de fazer emergir no quadro do trabalho familiar, uma noção real de "emprego" agrícola, comparável às outras formas de emprego.

5.2 - Perspectivas para a igualdade de oportunidades e conciliação entre a vida familiar e a vida profissional

A concretização do princípio da igualdade de oportunidades tem tido desenvolvimentos importantes a nível interno e internacional.

As políticas de igualdade de oportunidades têm vindo, nos últimos anos a ser consideradas prioritárias pelo Governo, pretendendo-se uma importante difusão dessas políticas, com a integração dos princípios de igualdade, em todos os domínios e uma acrescida sensibilização dos decisores e dos agentes económicos e sociais a esta problemática.

Estas políticas têm sido preconizadas pelas Nações Unidas, especialmente através da Conferência de Pequim e também a nível comunitário. A UE15 promoveu a Estratégia Europeia para o Emprego e para a Inclusão, quer através nas directrizes para o Emprego em 1998, quer em 1999, com o pilar exclusivamente dedicado a "Reforçar as políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres".

Outro domínio importante refere-se à conciliação entre a vida profissional e familiar, procurando aumentar a cobertura do país com infra-estruturas de apoio às crianças e idosos, e atribuir prioridade às actividades que dão resposta à crescente procura social de serviços de proximidade, facilitando assim o cumprimento dos encargos familiares a mulheres trabalhadoras.

Para nos centrarmos em situações concretas sobre os apoios existentes no nosso país no que se refere, por exemplo à guarda das crianças, ao analisarmos um estudo levado a cabo pelos investigadores, Anália Torres e Francisco Vieira da Silva, verifica-se que o nosso país, apesar de ser no conjunto da UE15 um dos que possui o maior número de mães trabalhadoras e onde estas trabalham mais horas, os apoios existentes, as infra-estruturas criadas pelo Estado são insuficientes, se os compararmos com os outros países da União; por exemplo os países Nórdicos, onde uma elevada percentagem das mulheres casadas e mães exercem uma actividade laboral a tempo parcial, levando-os a questionarem-se: com quem ficam as crianças quando os pais trabalham fora de casa?

As respostas encontradas remetem-nos para a existência de redes familiares, e mais concretamente, as avós. Mas a realidade pelo menos na área da grande Lisboa onde se localiza a pesquisa não é assim. As famílias são, efectivamente, obrigadas a recorrer aos recursos externos (por exemplo: às creches, às amas, aos jardins-de-infância, às escolas, aos centros de actividades dos tempos livres), que são amplamente predominantes como a solução

tida pelos pais como apoios sócio-educativos e de guarda das crianças.

Podemos afirmar que a realidade portuguesa, no que se refere à elevada taxa de actividade das mães com filhos pequenos, não se deve à existência de redes familiares alargadas, bem como a rede de equipamentos comparticipados pelo Estado (os existentes encontram-se distribuídos de forma desequilibrada). Assim, as soluções encontradas devem-se à custa de um esforço financeiro das famílias, sendo para muitas destas um peso enorme no orçamento familiar, bem como o cansaço físico e psicológico. Atendendo a todos estes esforços algumas famílias não conseguem suportar, pelo que preferem que um elemento do casal fique em casa, ou seja, a mulher dado o peso tradicional e ser esta que, na maior parte dos casos, tem um trabalho temporário ou a tempo parcial e ainda com um salário inferior ao do marido.

A profissionalização das mulheres levou a que gradualmente fossem criadas respostas de apoio às crianças e jovens. È, nos anos 90, que emerge uma maior preocupação para que surjam novas perspectivas de articulação entre a solidariedade social, a criação de emprego e a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Os serviços criados na área da infância e juventude são designadamente, as creches, os jardins de infância e os centros de actividades dos tempos livres (CATL), com financiamento do Estado para a sua criação e funcionamento.

Ao compararmos a evolução das instituições criadas neste âmbito, o número de utentes abrangidos, bem como o número de trabalhadores a exercer funções nestes serviços, verificamos que, no período, por exemplo de, 1980 a 1996, os estabelecimentos passaram de 1364 para 3399 (1996); os utentes abrangidos de 56704 para 209753, respectivamente; por último no que se refere aos trabalhadores o número triplicou, ou seja, em 1980 eram cerca de 10489 e em 1990 contavam-se 30695 (Guerreiro, 2000).

Quando as soluções encontradas pelas famílias para as crianças que são as mencionadas em cima, podemos dizer que o problema não está de todo resolvido já que temos que ter em conta os horários praticados pelas instituições. Por exemplo, para a criança até aos 5 anos de idade são as creches, as amas, os jardins-de-infância, já as crianças dos 6 e os 10 anos estão na escola só uma parte do dia, a outra parte é ocupada noutra instituição (ex. CATL), mas estes equipamentos são insuficientes para todas as necessidades e a sua frequência, por vezes, é dispendiosa, sendo algumas famílias obrigadas a deixar as crianças sozinhas.

Relativamente à escolha da rede familiar, particularmente o caso das avós, são efectivamente, inferiores ao esperado. Esta situação deve-se ao facto de cerca de 35% dos grupos domésticos, que residem na grande Lisboa, serem oriundos de outras zonas do país, não tendo ascendentes directos a viver próximo. Outra razão tem a ver com o facto de muitas mulheres com netos pequenos, ainda se encontrarem a exercer uma actividade profissional.

O recurso a empregadas domésticas constitui também uma modalidade de guarda de crianças, mas este é menos frequente; estando esta opção directamente associada a sectores de rendimentos elevados.

As diferentes escolhas pelas famílias estão relacionadas com os factores: como a oferta e o custo dos equipamentos destinados às crianças, os rendimentos das famílias e a capacidade para mobilizar as redes de interajuda, a posição perante o trabalho pago e não pago dos membros do grupo doméstico, a partilha das responsabilidades familiares dentro do casal, as ideologias, opiniões e valores relativamente à maternidade e aos cuidados das crianças.

Assim, a partir destes factores definiram-se três grandes grupos de estratégias diferenciadas quanto à divisão do trabalho e aos cuidados socioeducativos com as crianças, as quais foram designadas de soluções: de subsistência, de partilha e selectivas.

Nas estratégias de subsistência, as soluções para a guarda e os cuidados socioeducativos prestados às crianças são condicionados pela disponibilidade económica das famílias e pelas oportunidades que surgem. A dificuldade em conseguir encontrar serviços com custos compatíveis com o rendimento do agregado familiar, conjugada com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, leva a que se opte pelo recurso às soluções parentais (ficar com a mãe), facto que é mais frequente principalmente na primeira infância e na idade escolar. É, nestas famílias que a percentagem de mulheres como domésticas é maior. Há aqui um sector reduzido que, tendo acesso a serviços gratuitos ou comparticipados pelo Estado, pode desenvolver outro tipo de estratégias, permitindo, assim, às mulheres a oportunidade de ingressarem no mercado de trabalho.

A estratégia de partilha, caracteriza-se pela escolha de serviços exteriores à família como forma mais pretendida para a guarda e educação das crianças. Esta estratégia possibilita a dupla profissionalização dos pais, permitindo uma maior estabilidade económica e trajectos de eventual mobilidade social ascendente. Neste grupo doméstico aparecem situações de um subgrupo de famílias com menores recursos económicos e competências escolares. Para estas as soluções institucionais representam um custo muito elevado no orçamento familiar. Outros grupos, devido a menores constrangimentos económicos e a um modelo de divisão do trabalho assimétrico mais atenuado e igualitário, terão menos dificuldades em fazer face a este tipo de despesas. Na escassez de serviços públicos ou comparticipados podem aceder a serviços particulares com fins lucrativos, bastante dispendiosos.

Nas estratégias selectivas, as famílias são dotadas de recursos económicos pelo que lhes permite fazer uma opção mais real relativamente à guarda e educação dos seus filhos, de acordo com aquilo que se pensa que são os modelos idealizados (no entanto, estes diferem de acordo com o grupo, se são profissionais

intelectuais e científicos ou se são quadros superiores dirigentes). O primeiro grupo, com um elevado capital cultural, assume modelos mais igualitários de divisão de trabalho, recorrendo a estratégias de carreiras duplas, privilegiando as soluções institucionais privadas para a educação dos seus filhos; o segundo grupo detém uma lógica mais tradicional de divisão do trabalho, pelo que a educação dos seus filhos passa pela sua protecção no meio familiar, principalmente nos primeiros anos de vida.

Face ao exposto, parece poder afirmar-se que, nesta matéria, existem vários problemas a resolver por parte dos governos, quer na criação de serviços para o acolhimento e educação das crianças, bem como de garantir a igualdade de oportunidades perante o mercado de trabalho: permitir o desenvolvimento psicossocial equilibrado das crianças, uma repartição mais equilibrada das responsabilidades na educação dos filhos entre homens e mulheres e assegurar que as famílias mais desfavorecidas possam aceder mais facilmente às políticas existentes.

Há efectivamente uma divisão desigual do trabalho não pago, tornando-se numa sobrecarga para o sexo feminino.

As mulheres para além do exercício do trabalho profissional continuam a assegurar o essencial do trabalho doméstico e o cuidado com as crianças. Cabe ainda às mulheres a "liderança" das tarefas domésticas (preparar refeições, tratar da loiça, cuidar da roupa, arranjo da casa, programar e realizar compras, brincar com as crianças, alimentá-las, acompanhá-las à escola, assistência na saúde, cuidados com os idosos ou doentes dentro de casa).

Num estudo desenvolvido por Guerreiro e Perista à ocupação do tempo(1999) evidencia que, existe um maior investimento dos homens na actividade profissional e o trabalho doméstico e na prestação de cuidados à família por parte das mulheres.

A colaboração dos homens nas actividades da vida familiar ainda é muito inferior à desejável. No estudo atrás referido

podemos verificar que, a participação destes é expressiva e que excede até de forma significativa a das mulheres nas questões administrativas (tratar de contas, seguros, taxas, impostos) ou de reparações, manutenção do carro, jardinagem e nas tarefas relativas ao acompanhamento e cuidado com as crianças, sendo a sua afectação do tempo superior à das mulheres. Mas, são as mulheres que despendem maior número de horas diariamente nas tarefas domésticas em geral. Assim, considerando em conjunto o trabalho remunerado em contexto profissional e o trabalho não pago no âmbito do agregado familiar, as mulheres gastam na sua jornada diária cerca de 12h 49m enquanto que o valor correspondente dos homens não ultrapassa as 10h 56m.

O sobretrabalho feminino tem mais visibilidade nas famílias de baixos recursos e com menor capital cultural (ex. agricultores e operários), atendendo que nas famílias com rendimentos médios (ex. quadros intermédios e superiores) e com habilitações académicas a nível médio e superior recorrem com alguma frequência à contratação de pessoal para a realização das tarefas domésticas (designadamente às "mulheres a dias"), apesar de serem as mulheres que continuam a ter a responsabilidade da organização deste trabalho.

Nas gerações actuais, comparativamente com as anteriores, verifica-se a tendência para uma maior participação, uma partilha mais igualitária, mas a verdade é a de que o discurso suplanta a prática. Esta situação revela, assim, a persistência de formas diferenciadas de discriminação das mulheres.

II Parte

1 - Objectivos da pesquisa empírica

Pretende-se com este trabalho estudar e compreender em que medida as políticas de formação e emprego, particularmente nos últimos anos (na vigência dos I; II; e III Q.C.A) e as políticas sociais nomeadamente as que se referem à criação de infra-estruturas de apoio social (a crianças, jovens e idosos) facilitam a inserção das mulheres no mercado de trabalho e contribuem ou não para a sua empregabilidade.

2 - Objecto do estudo

O nosso estudo incidiu sobre um grupo de 12 mulheres do concelho de Santa Marta de Penaguião (Distrito de Vila Real) com

baixas habilitações escolares e qualificações profissionais específicas praticamente inexistentes.

Procuramos saber se as políticas, acima referidas, constituíram para estas mulheres uma oportunidade de obtenção de maiores habilitações escolares e qualificações profissionais pela frequência de acções formativas, averiguando da sua condição social, económica e vivências do quotidiano; e, ainda, determinar quantas mulheres, após a frequência de formação profissional, conseguiram a sua inserção profissional, em contraponto com as mulheres que, após realizada a formação, mantiveram a sua situação de desemprego, isto é, obtiveram ou não sucesso, (do ponto de vista da inserção profissional).

Em suma, pretendemos analisar a relação entre as políticas da família e da conciliação trabalho-família e a inserção profissional feminina.

3 - Hipóteses

Das hipóteses decorrentes dos pressupostos teóricos enunciados nos capítulos anteriores, podem aqui ser formuladas, e servir de fio condutor ao desenvolvimento da pesquisa empírica:

- De que forma e a que níveis os programas/medidas e acções formativas promotoras e facilitadoras da aquisição de mais habilitações escolares e profissionais contribuem para a inserção socioprofissional dos grupos mais desfavorecidos, com especial enfoque nas mulheres;

- As alterações introduzidas nas políticas da família em Portugal, bem como nas acções desenvolvidas no âmbito da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, têm-se revelado decisivas para o aumento da partilha das tarefas domésticas entre os homens e mulheres;

- A criação/implementação de infra-estruturas de apoio para crianças, jovens e idosos na proximidade (concelho e freguesias) está directamente relacionado com o aumento das taxas de empregabilidade das mulheres.

4 - Metodologia de recolha e análise da informação

Na definição de Tuckman (2000), metodologia constitui o caminho a percorrer, tendo em vista um determinado fim.

Metodologia é então a realização de um conjunto de acções e procedimentos de forma desenvolvidos sequencialmente de modo a definir com a máxima precisão possível os objectivos da investigação a desenvolver.

O presente trabalho assentou, assim, na metodologia qualitativa, tendo sido eleita como principal técnica de recolha de informação a entrevista, designadamente o modelo de entrevista semi-estruturada, segundo o qual, a partir dum conjunto de questões formuladas iremos obter os elementos em que assenta a análise que se pretende levar a cabo. Fazemos também uso de outras fontes de informação, como sejam, a análise documental e bibliografia sobre os temas família: trabalho; emprego; programas e políticas de emprego e formação nomeadamente o Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS); relatórios sobre o estudo para a fundamentação da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial da Humanidade, apresentada à UNESCO, que se encontram no Gabinete técnico de Intervenção do Alto Douro Vinhateiro (GTADV) situado em Lamego; um estudo sobre o Tecido Empresarial do Distrito de Vila Real -, cedido pelo NERVIR (Núcleo Empresarial de Vila Real); a recolha directa de informação através de entrevistas semi-dirigidas a mulheres; observação/conhecimento empírico e, ainda, através de contactos mais ou menos informais com agentes locais.

4.1 - A escolha das entrevistadas

Considerando que no distrito de Vila Real não existem muitos estudos que versem sobre as questões do desenvolvimento social em geral, particularmente no que se refere às mulheres, pensamos que um estudo desta natureza será um contributo para um melhor conhecimento desta realidade.

Nesse sentido e após termos desenvolvido uma série de contactos informais, com agentes locais e técnicos das instituições e tendo em atenção a procura das melhores condições para a realização do nosso estudo, verificámos que Santa Marta de Penaguião era efectivamente um dos locais privilegiados para a sua realização, dado o facto de, nesta localidade, existir uma entidade designadamente a "A2000" - Associação para o Desenvolvimento-, que trabalha maioritariamente com grupos socialmente desfavorecidos, donde se destacam as mulheres, com baixas habilitações escolares e profissionais, com situações sócio-familiares vulneráveis, decorrentes da precariedade ao nível do emprego, promovendo a sua formação em diferentes áreas com vista à sua integração profissional.

Considerando que na A2000 não existia um número suficiente de mulheres com as características definidas para o nosso estudo, contactámos ainda outras instituições da área, vindo posteriormente a centrarmo-nos na Associação de Apoio às Crianças, Jovens e Idosos de Barqueiros sediada no concelho de Mesão Frio.

Após a definição dos objectivos do nosso trabalho e formalizados os pedidos de colaboração, os técnicos destas entidades efectuaram as diligências necessárias no sentido de convocar estas mulheres para a realização das entrevistas.

As entrevistas (cujo guião se encontra em anexo) foram realizadas nas instalações das referidas entidades em local apropriado e em boas condições logísticas, garantindo igualmente a privacidade necessária. Em média a duração das entrevistas foi de

45 minutos dependendo da capacidade de entendimento compreensão e comunicação das entrevistadas. Neste aspecto encontramos algumas mulheres com relativa facilidade de comunicação enquanto outras exigiram da nossa parte a utilização de um vocabulário mais simples e técnicas de entrevista adaptadas a cada caso, de modo a conseguir a melhor informação possível.

5 - Campo empírico de observação

O nosso estudo incidiu, assim, no distrito de Vila Real, sobre 12 mulheres, com filhos, abrangidas ou não pelo RMG e/ou outras medidas e programas de formação e emprego, umas na situação de empregadas e outras na situação de desempregadas, cuja caracterização é feita no ponto 6 deste trabalho a partir de uma parte das respostas dadas na entrevista.

Pareceu-nos por isso importante proceder à contextualização deste espaço regional, para que melhor se enquadre a informação colhida junto das entrevistadas acerca do modo como se situam face ao emprego e à vida familiar, socorrendo-nos do estudo para a fundamentação da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial apresentada à UNESCO, do qual extraímos a síntese que consta no ponto seguinte.

5.1 - O contexto regional da pesquisa

O concelho de Santa Marta de Penaguião situa-se numa zona geográfica considerada o coração do Vinho do Porto

Aqui, a vinha assume-se como cultura de encosta, implantada em condições particularmente difíceis, pelo relevo muito dobrado, pelo acentuado declive e por solos extremamente pobres, pedregosos e de diminuta espessura.

Nesta região, caracteristicamente de monocultura, aonde a produção vinícola assume primordial importância económica e

social, trabalham movimentam-se, e vivem, cerca de 30.000 vitivinicultores e suas famílias. Aqui, é produzido o famoso e mundialmente conhecido "Vinho do Porto". Neste tipo de vinho, sem dúvida o mais característico e identificativo desta região, são vinificados cerca de 40 a 50 % da produção vitícola total, sendo a restante produção utilizada no fabrico de vinhos de mesa igualmente de superior qualidade.

Técnicas de cultura ancestrais possibilitaram a adaptação do terreno à cultura. A intervenção, o esforço, "a garra" e a acção do homem do Douro, desde tempos imemoriais, foi essencial na construção dos socalcos, o que permitiu o estabelecimento e expansão da cultura da vinha que caracteriza praticamente toda a região, conferindo-lhe paisagens únicas de inconfundível e singular beleza e onde a cultura da vinha determina o modo de viver e as condições socioeconómicas de toda uma região.

5.1.1 - A Região Demarcada do Douro

A região do Douro, do ponto de vista da organização vitivinícola está geograficamente delimitada em função das condições edáficas (relativo aos solos) e climáticas, e denomina-se Região Demarcada do Douro (RDD). É a primeira região demarcada do mundo (Alvará Régio de 10 de Setembro de 1756 sob proposta do Marquês de Pombal).

A RDD, situa-se a Nordeste de Portugal a norte do Porto, e estende-se ao longo da bacia hidrográfica do rio Douro e seus afluentes (Corgo, Torto, Pinhão, Tua) desde Barqueiros (concelho de Mesão Frio) a Ocidente, e Barca D'Alva (Concelho de Freixo de Espada À Cinta) a Oriente, numa extensão de cerca de 100 Kms e numa largura de contornos irregulares abrangendo parte dos Distritos de Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu num total de 21

concelhos, sendo protegida dos ventos atlânticos pelas serras do Marão, Alvão e Montemuro.

Hoje, a área total da RDD ronda os 250.000 ha, estando cerca de 40.500 ha plantados com a cultura da vinha, a área restante é ocupada por pinhais, matas, olivais amendoeiras e penhascos.

Tradicionalmente, a RDD é dividida em três sub-regiões: Baixo Corgo; Cima Corgo e Douro Superior, apresentando cada uma destas sub-regiões características climáticas que as diferenciam.

É na sub-região do Baixo Corgo onde se integra o concelho de Santa Marta de Penaguião que a vinha assume maior importância.

5.1.1.1 - O Alto Douro Vinhateiro

A paisagem vitícola do Douro é uma arquitectura complexa, onde se misturam diferentes técnicas de organização dos terrenos. Ao lado de vinhas dispostas segundo patamares e de vinhas "ao alto", que datam das últimas décadas do século XX, ainda subsistem várias centenas de quilómetros de antigos socalcos de geometria variável, consoante a inclinação da encosta, mas também correspondentes a técnicas e terraceamento de diferentes épocas.

Na época romana esta região mostra já testemunhos do cultivo da vinha e do fabrico do vinho, nomeadamente lagares cavados na rocha e estruturas de armazém e *villae*. A expansão e importância da vinha na época medieval é comprovada, quer através dos forais, que através da acção religiosa, detentoras de grandes quintas, onde se produziam os vinhos cheirantes de Lamego.

O crescimento vitivinícola da região é ditado pelo impulso do comércio internacional do vinho, em particular com a Inglaterra, cujas importações estão documentadas desde 1651. Inicia-se então uma fase de expansão que gera investimento na terra, multiplicando-se as vinhas, casas e armazéns de carácter vinícola, alargando-se povoados, transformando pedra em terra cultivável,

suportada por muros xistosos, construídos com o esforço de pedreiros galegos e minhotos.

A paisagem toma a forma dos socalcos, ritmados por culturas de bordadura e pelos caminhos murados que unem os povoados ao rio, via de escoamento obrigatória até ao advento da linha do caminho-de-ferro.

Aqui pulsava a vida comercial do Douro, com rabelos carregados de pipas ou de aprestos vindos do litoral, enfrentando a fúria e os perigos do rio.

O surto de doenças da vinha encareceu e alterou profundamente o ciclo dos trabalhos, levando muitos lavradores à ruína e a uma conseqüente transferência de propriedade, conseguindo apenas escapar os proprietários e os exportadores, principalmente ingleses, que dispunham de capacidade financeira para comprar e reerguer grandes quintas.

Estes flagelos trouxeram, ao mesmo tempo, profundas alterações à paisagem: áreas que permaneceram incultas, os chamados *mortórios* e alteração da forma de construir os socalcos com surribas, mais fundos, largos e sólidos.

No que se refere aos cuidados vitivinícolas, são introduzidas novas técnicas de vinificação e os tratamentos sazonais da vinha são cuidadosamente estudados, assim como as castas a plantar.

O Douro entra no século XX mergulhado numa crise profunda, que se arrasta até meados da década de 60.

Após a prolongada crise comercial que afectou o sector, as últimas décadas do século XX foram favoráveis. As mudanças no campo da vitivinicultura não cessam com a utilização de novas técnicas de plantio que permitem a mecanização e, conseqüentemente, a redução dos custos de produção e, ainda, o constante apuramento das técnicas de vinificação. Este processo era quase inevitável dada a falta de mão-de-obra agrícola na região e fora dela, em especial, depois do surto emigratório da

década de 60. Por outro lado, o nível dos salários significaria um aumento considerável do produto final.

Assim, a paisagem do Douro continua em mutação substituindo-se os antigos muros de pedra por taludes ou pela armação da vinha "ao alto", segundo as linhas de maior declive.

O declínio da população rural e o desenvolvimento dos serviços públicos locais e do comércio nas sedes de concelho, a par da melhoria das acessibilidades no vale do Douro, fortemente estimulado pela implementação e reforço administrativo das Autarquias Locais, a partir de 1976, alteraram a distribuição da população e melhoraram significativamente as condições de vida na zona.

Recentemente (2001), dadas as suas características património evolutivo vivo, parte do território que integra a RDD foi considerado, como já referimos anteriormente, pela UNESCO Património Mundial da Humanidade, com o objectivo de preservar o património da região demarcada do Douro, orientada de forma expressa para a protecção e valorização da paisagem cultural evolutiva criando-se, para o efeito, o Gabinete Técnico de intervenção do Alto Douro Vinhateiro (GTADV).

Os concelhos que estão integrados no ADV são: Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso de Régua, Mesão Frio (distrito de Vila Real), Lamego, Armamar, Tabuaço (distrito de Viseu) e Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães (Bragança).

5.2 - O Distrito de Vila Real

O Distrito de Vila Real constitui a parte ocidental daquilo a que se chama a província de Trás-os-Montes e que hoje, extinta a unidade administrativa conhecida por província, continua a designar o conjunto dos distritos de Bragança e Vila Real. É composto por catorze concelhos e possui a área de 4329 km², e corresponde a 20,3% da região Norte.

Os acidentes geográficos mais importantes e que mais marcam a paisagem (e também as fronteiras) do distrito, são os rios e as montanhas, mas não de maneira uniforme. Na verdade e embora os cursos de água e as serras sejam omnipresentes a paisagem apresenta uma grande diversidade, talvez maior do que qualquer outro distrito do território continental português.

Começando pelo sul, o conjunto formado pelo Rio Douro e elevações que nele vão morrer, combinado com características de solo e clima peculiares, dão origem a uma paisagem belíssima, harmónica e geometricamente marcada pelos geios que acompanham as linhas do relevo; é o chamado Douro vinhateiro, onde predomina a cultura da vinha e onde se produzem dos melhores vinhos de Portugal, dos quais se destaca um tipo de vinho sobejamente conhecido: o vinho fino, generoso ou do porto.

Relativamente à população activa e taxa de actividade, as três cidades do Distrito (Vila Real, Chaves e Peso da Régua) e ainda Vila Pouca de Aguiar funcionam do ponto de vista das movimentações diárias existentes, como pólos de atracção de residentes dos concelhos limítrofes.

A maioria dos concelhos do Distrito de Vila Real apresenta taxas de pouca atractividade e de capacidade de retenção de activos reduzidos. No entanto, alguns concelhos constituem-se como uma relativa excepção, dos quais se destacam: Mesão Frio, Mondim de Basto, Peso da Régua, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião.

De entre os concelhos atrás referidos constata-se que exceptuando os casos de Mondim de Basto (fronteira com o Distrito de Braga) e Peso da Régua, os elevados valores de saídas diárias se destinam a outros concelhos do Distrito de Vila Real.

No caso dos concelhos pertencentes ao vale do Douro Norte é de destacar o número de trabalhadores que se deslocam de Santa Marta de Penaguião para o Peso da Régua e Vila Real.

As baixas habilitações escolares e profissionais continuam a ser problemas no Distrito, se bem que a tendência seja para uma forte melhoria.

O distrito encontra-se, relativamente, bem posicionado no respeitante a Itinerários principais e complementares, designadamente, o IP4 (que veio facilitar a circulação de pessoas e bens de e para o litoral e para o restante Trás o Montes, alterando radicalmente o tradicional encravamento do Distrito); o IP3 e recentemente a A24 (veio reforçar a dinâmica da população, a ligação Norte/Sul, reforçando exactamente o eixo de Chaves- Vila Real- Régua- Lamego- Viseu- e depois ao litoral, trazendo grande impulso nas trocas comerciais com a Europa, facilitando a ligação com a Espanha através da auto-estrada da região da Galiza).

5.3 - O concelho de Santa Marta de Penaguião

O concelho de Santa Marta de Penaguião, é composto por dez freguesias e situa-se entre os concelhos de Peso da Régua e de Vila Real, apresenta características paisagísticas próprias de um e outro. Na sua parte sul, tem uma paisagem duriense de vinhas em geios; na sua parte norte, mostra a rudeza serrana da serra do Marão. A sua pequena área geográfica não impede que seja um dos concelhos de maior riqueza agrícola, baseada na monocultura do vinho, que produz em abundância e qualidade. A vinha e o vinho são de facto as principais mais-valias do concelho, dando beleza à paisagem e determinando a actividade humana ao longo de todo o ano, suporte de toda a sua actividade económica, quer directamente na produção vitivinícola quer nos serviços que dependem do vinho.

Contudo, uma parte da população deste concelho e devido à sua relativa proximidade com a cidade de Vila Real - capital de Distrito - desloca-se todos os dias para Vila Real onde exercem as suas actividades profissionais, pois aqui há, apesar de tudo, mais

oportunidades de emprego, quer na construção civil, no comércio, na indústria transformadora, bem como nos serviços.

5.3.1 - Elementos estatísticos referentes ao concelho de Santa Marta de Penaguião

Para que consigamos perceber melhor e de algum modo conhecer a realidade sócio-económica e demográfica deste concelho, passamos a apresentar alguns elementos estatísticos referentes a Santa Marta de Penaguião.

5.3.1.1 - Total de habitantes residentes, nº de famílias e nº de alojamentos do concelho, distribuição por freguesia.

No quadro 1 apresentamos os elementos estatísticos referentes ao total de habitantes residentes no concelho, número de famílias e número de alojamentos do concelho numa distribuição por freguesia.

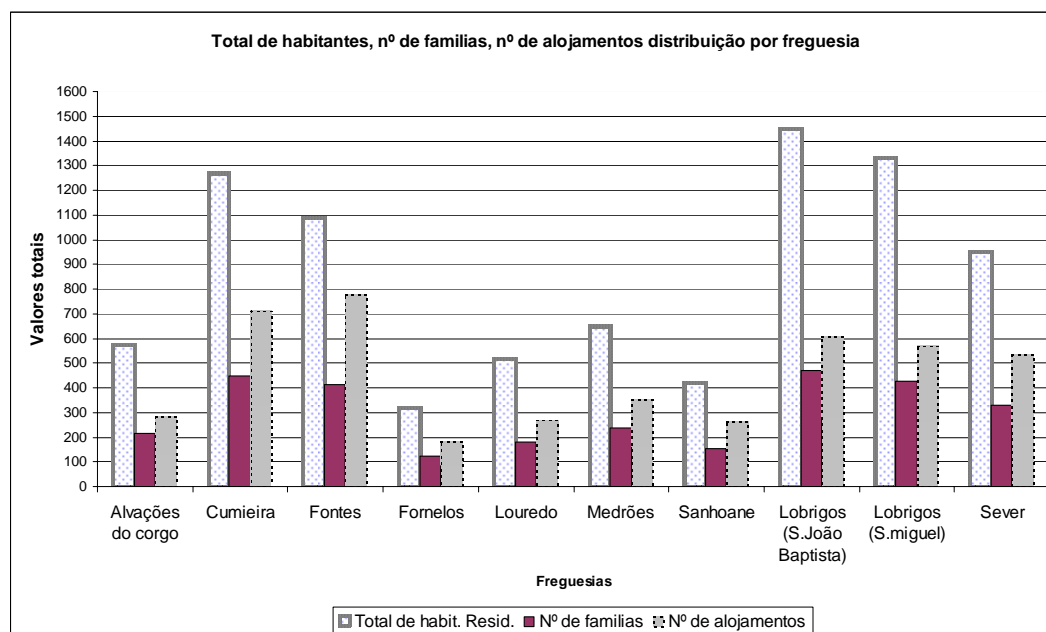
Estes dados encontram-se apresentados primeiro em gráfico (gráfico 1) para uma melhor visualização, e no quadro 2 em termos de percentagem.

Quadro 1 - Total de habitantes residentes, nº de famílias e nº de alojamentos do concelho, distribuição por freguesia

Freguesias	Total Habitantes Residentes	Nº de Famílias	Nº de Alojamentos
Alvações do Corgo	575	214	286
Cumieira	1272	448	712
Fontes	1089	413	776
Fornelos	319	121	185
Louredo	517	182	266
Medrões	649	236	351
Sanhoane	420	155	265
Lobrigos (S. João Baptista)	1451	469	608
Lobrigos (S.Miguel)	1331	425	572
Sever	952	328	536
TOTAL	8 575	2 991	4 557

Fonte: Censos 2001

Gráfico 1 - Total de habitantes residentes, nº de famílias, nº de alojamentos distribuição por freguesia



Quadro 2 - Total de habitantes residentes, nº de famílias, e nº de alojamentos, distribuição por freguesia (valores em percentagem)

Freguesias	Total Habitantes Residentes (%)	Nº de Famílias (%)	Nº de Alojamentos (%)
Alvações do Corgo	7%	7%	6%
Cumieira	15%	15%	16%
Fontes	13%	14%	16%
Fornelos	4%	4%	4%
Louredo	6%	6%	6%
Medrões	8%	8%	8%
Sanhoane	5%	5%	6%
Lobrigos (S. João Baptista)	16%	16%	13%
Lobrigos (S.Miguel)	15%	14%	13%
Sever	11%	11%	12%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censos 2001

Considerando o número de habitantes deste concelho, na totalidade de 8575, segundo os números apresentados pelo INE nos Censos de 2001 e ainda na análise dos quadros 1 e 2, constatamos que, o concelho de Santa Marta de Penaguião é composto por 10 freguesias, sendo o número de habitantes por freguesia bastante heterogéneo. Veja-se por exemplo, como modelo deste tipo de distribuição o que se passa na freguesia de Fornelos, que tem apenas 319 habitante, comparando com a freguesia de Lobrigos, em que residem 1451 habitantes, sendo a freguesia mais populosa do concelho.

No que se refere ao número de famílias, bem como ao número de alojamentos por freguesia, embora se verifique uma distribuição igualmente díspar, a diferença, contudo, entre os valores mínimos e máximos apresentados não é muito acentuada.

5.3.1.2 - População residente no concelho segundo o estado civil e sexo

O quadro seguinte refere-se à distribuição da população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o estado civil e sexo, apresentamos, assim, numa forma estruturada os valores referentes a cada um destes itens, quer em termos de valores totais, quer em percentagem, da mesma forma apresentamos em gráfico estes elementos para uma melhor visualização.

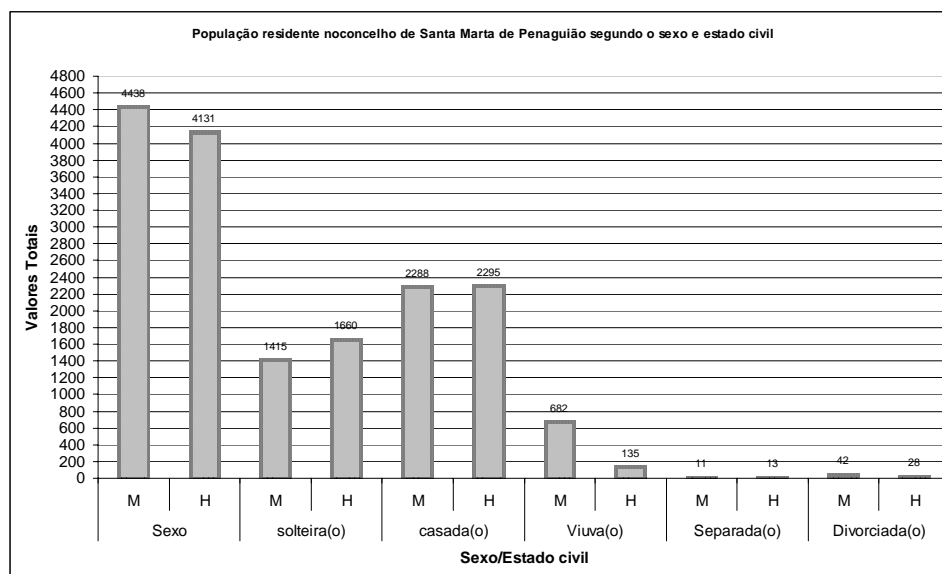
Quadro 3 - População residente no concelho segundo o estado civil e sexo

Zona Geograf.	Sexo		Solteiro		Casada(a)		Viúva(o)		Separada(o)		Divorciada(o)	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Santa M.	4438	4131	1415	1660	2288	2295	682	135	11	13	42	28

Penag.										
Total	8569	3075	4583	817	24	70				

Fonte: Censos 2001

Gráfico 2 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o estado civil e sexo



Quadro 4 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o estado civil e sexo (valores em percentagem)

Zona Geograf.	Sexo (%)		Solteiro (%)		Casada(a) (%)		Viúva(o) (%)		Separada(o) (%)		Divorc ^a (o) (%)	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Santa M. Penag.	52	48	16,51	19,37	26,70	26,78	7,96	1,58	0,13	0,15	0,49	0,33
Total	100		35,88		53,48		9,54		0,28		0,82	

Fonte: Censos 2001

Da leitura e interpretação dos quadros 3 e 4 e após a realização de algumas operações de tratamento dos dados, podemos verificar que há efectivamente um maior número de mulheres relativamente ao número de homens; assim e em termos percentuais o número de mulheres corresponde a 52% da população, enquanto que o número de homens é de 48%, respectivamente.

Ao analisarmos o estado civil solteira(o) e estabelecendo a comparação entre os sexos, verificamos que a percentagem de mulheres solteiras é de 55% relativamente ao número de homens que é de 45 %. Constata-se assim, a existência de um diferencial a que corresponde um valor de 10% de mulheres solteiras.

Comparando os valores apresentados relativamente ao número total de pessoas casadas face ao número total de pessoas solteiras verifica-se uma diferença de mais 20% de pessoas casadas.

Considerando o estado civil de viúva(o) e comparando os elementos do sexo masculino com o sexo feminino constatamos a existência de um diferencial de 66%, ou seja, há 66% mais de mulheres viúvas relativamente a homens viúvos.

Passando à análise do estado civil divorciada(o) verifica-se que em termos percentuais há uma diferença superior a 20%, de mulheres divorciadas relativamente aos homens. Podemos, assim, dizer que há uma maior predisposição dos homens para a recomposição familiar. Aponta-se como um dos motivos que pode levar a esta situação, o facto de geralmente, quando existem descendentes, estes serem confiados judicialmente à mãe, ficando assim a viver na casa desta e por vezes também dependentes apenas dos seus rendimentos. Este factor pode contribuir para dificultar a disponibilidade destas mulheres voltarem novamente à conjugalidade, justificando esta diferença entre mulheres e homens divorciados.

5.3.1.3 - Elementos referentes à população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o nível de ensino atingido e frequência de ensino segundo o sexo

Nos próximos dois quadros apresentamos a distribuição da população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido, segundo o sexo, apresentando em gráfico os mesmos elementos.

Quadro 5 a) - Distribuição da população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido, segundo o sexo.

Zona geográfica	Nível de ensino atingido									
	Total		Nenhum		Básico					
					1º ciclo		2º ciclo		3º Ciclo	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Santa Marta de Penaguião	4438	4131	1032	634	2049	1935	414	564	320	460
Total	8569		1666		3984		978		780	

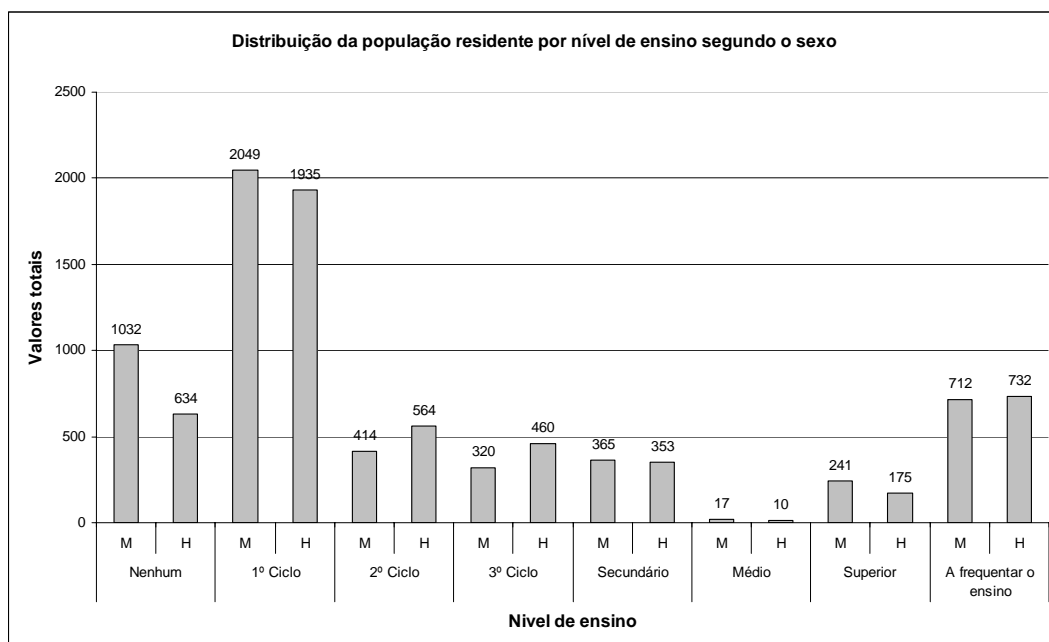
Fonte: Censos 2001

Quadro 5 b) Distribuição da população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido, segundo o sexo (continuação)

Zona Geográfica	Nível de ensino atingido						A frequentar o ensino	
	Secundário		Médio		Superior			
	M	H	M	H	M	H	M	H
Santa Marta de Penaguião	365	353	17	10	241	175	712	732
	718		27		416		1444	

Fonte: Censos 2001

Gráfico 3 - Distribuição da população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido, segundo o sexo.



Quadro 6 - Distribuição da população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido, segundo o sexo (valores em percentagem)

Zona geográfica	Nível de ensino atingido									
	Total (%)		Nenhum (%)		Básico					
					1º ciclo (%)		2º ciclo (%)		3º Ciclo (%)	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Santa Marta de Penaguião	52	48	10,31	6,33	20,46	19,32	4,13	5,63	3,20	4,59
Total	100		16,64		39,78		9,76		7,79	

Fonte: Censos 2001

Quadro 7 - Distribuição da população residente no concelho de Santa Marta de Penaguião por nível de ensino atingido, segundo o sexo (valores em percentagem)

Zona Geográfica	Nível de ensino atingido						A frequentar o ensino	
	Secundário		Médio		Superior		M	H
	M	H	M	H	M	H		
Santa Marta de Penaguião	3,65	3,53	0,17	0,10	2,41	1,75	7,11	7,31
Total	7,18		0,27		4,16		14,42	

Fonte: Censos 2001

Relativamente ao nível de ensino atingido segundo o sexo, constatamos que o concelho de Santa Marta de Penaguião é ainda marcado por uma elevada percentagem dos níveis de ileteracia e de baixas habilitações escolares.

A corroborar esta constatação vemos que 16,4% dos habitantes deste concelho não possuem qualquer nível de ensino, sendo que deste número, 10,31% são mulheres e 6,33% são homens; o que traduz a ideia vigente, durante muitas décadas, em que só aos homens eram reconhecida a necessidade de estudar, contrariamente ao que se passava com as mulheres, a quem eram ainda atribuídas as tarefas domésticas, e a quem competia cuidar da casa e dos filhos e ajudar o marido nas tarefas para as quais não era reconhecida a necessidade de prosseguir estudos.

Torna-se importante destacar, no entanto, a percentagem de pessoas que possuem como habilitações escolares o 1º ciclo. Assim, 39,78% possuem este grau de ensino, valor que é repartido em partes sensivelmente iguais entre homens (20,46%) e mulheres (19,32%) sendo como vimos estes valores, muito semelhantes.

Temos depois para o 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário valores médios entre os 7% e 9%, sendo estes valores aproximados entre homens e mulheres.

Relativamente ao ensino médio, a frequência neste nível de ensino não chega a 1%, enquanto que centrando-nos ao nível do ensino superior há 4,16% que possuem este nível de ensino, sendo que deste número 2,41% é detido pelas mulheres e 1,75 pelos homens.

De considerar ainda que 14,42% da população do concelho de Santa Marta de Penaguião frequenta o ensino superior havendo também um número aproximado entre mulheres e homens.

Se, num exercício de análise complementar somarmos a percentagem das pessoas que não têm qualquer nível de ensino com a percentagem de pessoas com as habilitações ao nível do 1º ciclo, obtemos assim um valor de 56,42%. Assim, mais de metade da população deste concelho possui um reduzido nível de habilitações escolares em termos reais e funcionais.

5.3.1.4 - Elementos referentes às famílias clássicas residentes no concelho segundo a sua dimensão

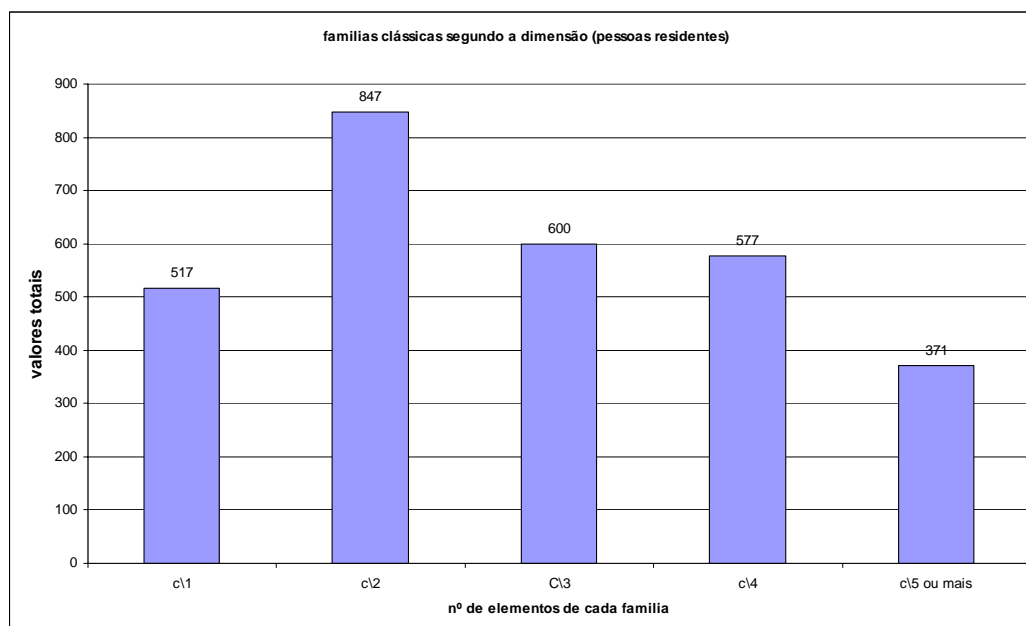
Nos próximos quadros apresentamos elementos estatísticos referentes às famílias clássicas residentes no concelho segundo a sua dimensão.

Quadro 8 - Famílias clássicas residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo a sua dimensão

Zona Geográfica	Famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes)					
	Total	C\1	C\2	C\3	C\4	C\5 ou mais
Santa Marta de Penaguião	2972	517	847	600	577	371

Fonte: Censos 2001

Gráfico 4 - Famílias clássicas residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo a sua dimensão



Quadro 9 - Famílias clássicas residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo a sua dimensão valores em percentagem

Zona Geográfica	Famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes)					
	Total (%)	C\1 (%)	C\2 (%)	C\3 (%)	C\4 (%)	C\5 ou mais (%)
Santa Marta de Penaguião	100	18	28	21	20	13

Fonte: Censos 2001

No que se refere á dimensão das famílias e composição do agregado familiar temos: com apenas um elemento 18% das famílias, com dois elementos 28%, os agregados familiares compostos por três elementos apresentam um valor de 21%, com quatro elementos temos 20% e finalmente com cinco elementos, por agregado familiar, existem 13%, respectivamente.

5.3.1.5 - Elementos referentes à população residente no concelho segundo o grupo etário e sexo

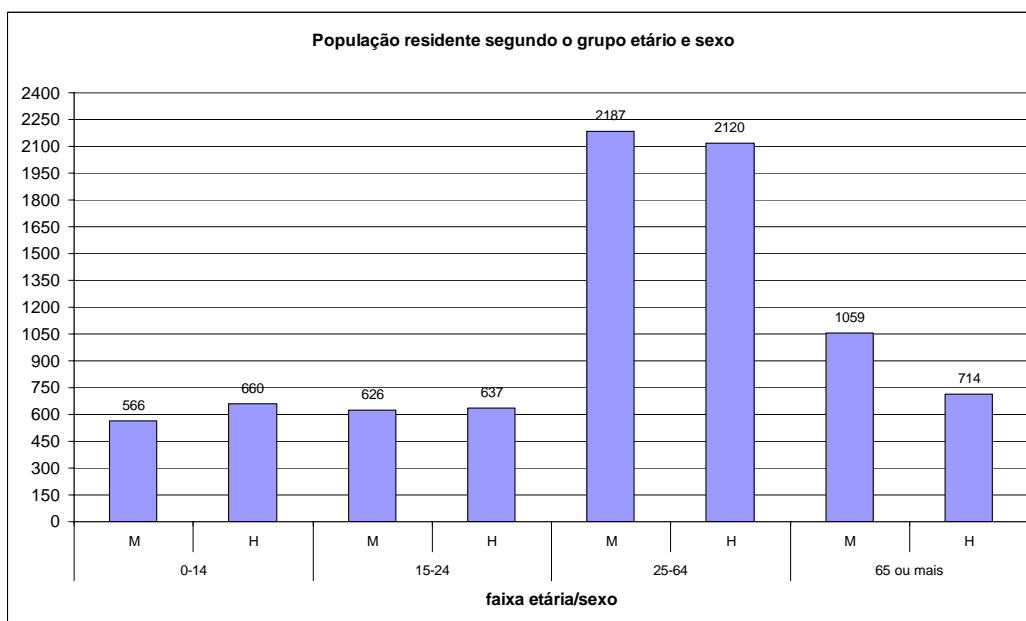
No próximo quadro encontram-se os elementos referentes à população residente no concelho segundo o grupo etário e sexo

Quadro 10 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o grupo etário e sexo

Zona Geográfica de Santa Marta de Penaguião														
Total			Grupos etários e sexo											
			0-14			15-24			25-64			65 ou mais		
HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
8569	4131	4438	1226	660	566	1263	637	626	4307	2120	2187	1773	714	1059

Fonte: Censos 2001

Gráfico 5 - População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o grupo etário e sexo



Quadro 11- População residente no concelho de Santa Marta de Penaguião segundo o grupo etário e sexo (valores em percentagem)

Zona Geográfica de Santa Marta de Penaguião														
Total			Grupos etários e sexo											
			0-14			15-24			25-64			65 ou mais		
HM (%)	H (%)	M (%)	HM (%)	H (%)	M (%)	HM (%)	H (%)	M (%)	HM (%)	H (%)	M (%)	HM (%)	H (%)	M (%)
100	48	52	15	8	7	14	7	7	51	25	26	20	8	12

Fonte: Censos 2001

Relativamente à caracterização da população residente no concelho, segundo o grupo etário e sexo, constatamos que, a faixa de população com mais elevada percentagem é a dos 25 aos 64 anos, com um valor de 51%, sendo este composto por 26% de mulheres e 25% de homens. Temos depois na faixa etária dos 65 anos ou mais com um valor de 20%, composto por 12% de mulheres e 8% de homens. Esta situação confirma a ideia de que as mulheres tendem a viver

mais tempo em relação aos homens, o que nesta zona poderá dever-se ao facto de, um maior número de homens, consumir bebidas alcoólicas em excesso; e onde culturalmente os mitos não são indiferentes a este facto (numa terra agreste que exige ao homem uma força brutal e constante para a transformar, tem-se ainda presente que o vinho é um dos principais aliados à concretização do trabalho e onde os falsos conceitos do álcool persistem: "o vinho dá força, alimenta, etc..."), os problemas osteomusculares, o tabagismo, entre outros factores.

Por último, na faixa etária dos 0-14 anos temos um valor de 15% e na faixa dos 15-24 anos existe um valor 14% respectivamente, sendo estes números compostos por uma percentagem muito próxima de elementos do sexo feminino e sexo masculino.

5.3.1.6 - Elementos referentes à variação da população presente, residente, nº famílias, nº de alojamentos e nº edifícios na década de 1991-2001

O próximo quadro reúne e sistematiza um conjunto de elementos referentes à variação da população presente, residente, nº famílias, nº de alojamentos e nº edifícios na década de 1991-2001.

Quadro 12 - variação da população presente, residente, nº famílias, nº de alojamentos e nº edifícios na década de 1991-2001

Zona Geográfica de Santa Marta de Penaguião													
1991							2001 (dados preliminares)						
População				Famílias	Alojamentos	Edifícios	População				Famílias	Alojamentos	Edifícios
Presente		Residente					Presente		Residente				
M	H	M	H				M	H	M	H			
4774	4430	4947	4756	3066	4167	3859	4331	3981	4434	4141	2991	4557	4205
9204		9703					8312		8575				
Variação na Década							-892	-449	-1128	-615	-1176	+390	+346

Fonte: Censos 2001

Podemos verificar pela análise do quadro acima apresentado que na década em análise houve um decréscimo da população presente e residente bem como no número de famílias. Assim, e passando a analisar em pormenor o que se passa relativamente à população presentes e no que se refere ao número de mulheres, verifica-se um decréscimo de (-892). Quanto ao número de homens houve igualmente uma diminuição de (-449), o que perfaz um total de 1341 pessoas.

Por sua vez, a população residente e à semelhança do que se verificou na população presente, ocorreu também uma significativa diminuição, particularmente se consideramos o número de mulheres, cuja diminuição foi de (-1128), enquanto que o número dos homens diminui cerca de metade, relativamente ao número de mulheres, respectivamente (-615). Também o número de famílias decresceu comparativamente ao ano de 1991 em (-1176) famílias.

De notar que, apesar da diminuição quer da população presente quer residente, e mesmo no número de famílias, o número de alojamentos e os edifícios cresceram. Estes, números, permitem-nos de algum modo observar aquilo que se passa ao nível do país a nível demográfico, tendendo consideravelmente para o decréscimo.

Por outro lado, a questão da habitação é na vida das pessoas uma necessidade básica a satisfazer, com dupla visão, ou seja, um investimento na família actual bem como a sua transmissão para os descendentes, as gerações futuras.

5.4 - As infra-estruturas de apoio social em Santa Marta de Penaguião

O quadro seguinte apresenta as instituições, valências e número de utentes abrangidos.

Quadro 13 - Recursos Institucionais de Apoio às Crianças, Jovens e Idosos e respectivas valências no Concelho

Valências IPSS	Creche	Jard. de Infância	CATL C/Almoço	CATL S/Almoço	Apoio Domic.	Apoio Domic. Integ	Centro De Dia	Lar de Idosos
	Nº de utentes	Nº de utentes	Nº de utentes	Nº de utentes	Nº de utentes	Nº de utentes	Nº de utentes	Nº de utentes
C.S.P. Sta Eulália Cumieira	14	25	30	10	15	5	24	0
Fundação Asilo Luís Vicente S.João Lobrigos	0	0	0	0	42	10	10	21
Centro social Paroquial de S. Miguel de Lobrigos	22	48	0	60	12	8	0	0
Fund. António Carneiro Mesquita Fontes	25	26	0	25	20	5	25	0
Patronato Nª Sra. Rosário de Fátima Sanhoane	0	23	15	0	0	0	0	0
Total	61	122	45	95	89	28	59	21

Fonte: UPSC- Unidade de Protecção Social e Cidadania - Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real, 2001 e contactos com a administração de cada uma das instituições

Com vista a estabelecer uma comparação entre o número total de crianças abrangidas pelas valências na área da infância e juventude e o número total de crianças do concelho (0-10 anos), apresentamos seguidamente de uma forma sistematizada a

distribuição da população/crianças por faixa etária segundo o sexo.

Quadro 14 - Distribuição da população/crianças por faixa etária segundo o sexo

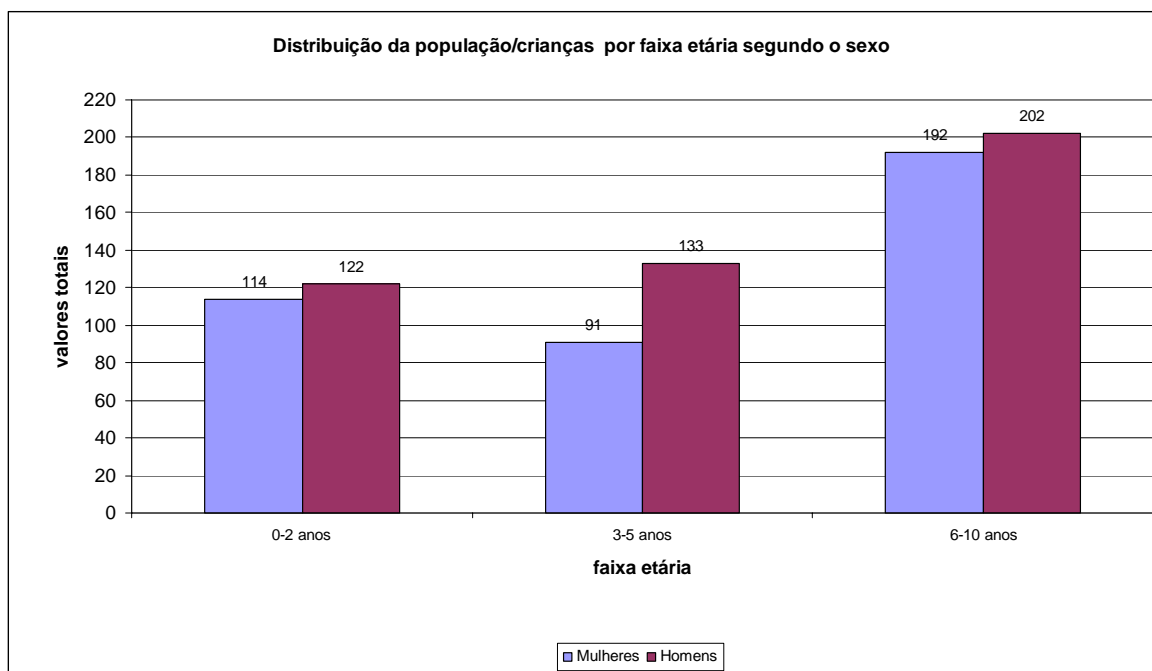
Sexo	Faixa etária		
	0-2	3-5	6-10
M	114	91	192
H	122	133	202
Total	236	224	394

Fonte: INE Censos 2001

Pela observação do quadro verificamos que, as três faixas etárias apresentam valores totais aproximados. Mas é a faixa etária dos 6-10 anos que possui o maior número com 394 crianças, seguindo-se a faixa etária dos 0-2 anos, com 236 crianças, e por último a faixa etária dos 3-5 anos, com 224 crianças, respectivamente.

Ao compararmos os quadros 13 e 14 constata-se que, das 236 crianças dos 0-2 anos, que corresponde às idades previstas para a frequência da valência de Creche apenas 61, ou seja, 26% das crianças do concelho estão abrangidas. No que se refere à faixa etária dos 3-5 anos, idades de frequência de Jardim de Infância, são abrangidas, nas referidas IPSS(s), nesta valência 122 crianças, o que corresponde a 54,5% das crianças. No entanto, sabemos haver uma maior cobertura para esta faixa etária, já que existem Jardim de Infância da rede pública. Finalmente, a faixa etária dos 6-10 anos, a valência de CATL (com ou sem almoço), ocupa crianças nos tempos livres, antes ou após o horário escolar, no total de 140 alunos, o que corresponde a cerca de 36% da crianças desta idade, no concelho de Santa Marta de Penaguião.

Gráfico 6 - Distribuição da população/crianças por faixa etária segundo o sexo



Quadro 15 - Distribuição da população/crianças por faixa etária segundo o sexo (valores em percentagem)

Sexo	Faixa etária		
	0-2	3-5	6-10
M	13,35 (%)	10,66 (%)	22,48 (%)
H	14,29 (%)	15,57 (%)	23,65 (%)
Total (%)	27,64 (%)	26,23 (%)	46,3 (%)

Fonte: Censos 2001

Tendo por base os números fornecidos pelo INE, censos 2001, para o concelho de Santa Marta de Penaguião, verificamos que, na faixa etária dos 0 aos 2 anos existem 236 crianças, a que corresponde um valor percentual de 27,64%; na faixa etária dos 3 aos 5 anos temos 224 crianças, numa percentagem de 26,23%; e por

último na faixa etária dos 6 aos 10 anos existem 394 criança, numa percentagem de 46,3%, respectivamente.

Procurando estabelecer uma relação de comparação entre os números totais de crianças para o concelho e o número de crianças abrangidas pelas instituições, obtemos uma taxa de cobertura global de 82%, no total das três valências.

Analisando, a taxa de cobertura por valência temos: para a creche 26%; jardim de infância 55% e CATL 36%. Assim, constatamos que a taxa de cobertura mais baixa respeita à valência de creche, o que certamente traduz uma situação em que as crianças permanecem em casa, geralmente com a mãe e/ou avós, até à entrada em jardim de infância ou escola.

No que respeita à valência de jardim de infância verifica-se que é aquela que apresenta os valores mais elevados, o que pode dever-se ao facto de ser um serviço gratuito (apenas com os custos de alimentação e transporte), e neste tipo de instituições haver uma maior preocupação em articular as duas vertentes, ou seja, fazer a ligação entre a vertente de apoio directo à criança (pedagógico) bem como de apoio à família (social). Esta valência é a mais valorizada pelos pais (principalmente pela mãe já que é esta quem decide praticamente sozinha), pelas aprendizagens que aí são adquiridas, e consideram-na importante para a transição do 1º ciclo do ensino básico, e assim potenciadora do sucesso educativo.

Temos ainda a valência de Centro de Actividades de Tempos Livres (CATL), valência que algumas famílias referem como indispensável na guarda das crianças. Aqui mais numa vertente de apoio à família, após as actividades escolares, com o apoio e complemento nos TPC(s) e na ocupação de tempos livres (com actividades diversificadas, onde por vezes, nalgumas instituições, se inserem as novas tecnologias de informação e comunicação).

6 - Análise da entrevistas

Apresentamos seguidamente de forma organizada a informação que recolhemos junto das entrevistadas, tendo por base o guião de entrevista a que anteriormente aludimos.

A informação recolhida foi objecto de uma análise e tratamento quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, pela utilização da metodologia de análise de conteúdo.

É importante referir que, quase todas as entrevistadas revelaram, com já dissemos anteriormente, uma certa dificuldade na compreensão das questões, o que nos obrigou a um acrescido esforço no sentido de adaptar o nosso discurso colocando-o ao nível das entrevistadas. A capacidade de verbalização é extremamente pobre e num ou noutro ponto torna-se quase incompreensível, chegando mesmo ao limite de não conseguirmos obter resposta às questões formuladas, o que de uma forma ou de outra, acaba por determinar a qualidade da entrevista. Estas dificuldades têm seguramente relação directa com o nível habilitacional e o grau de ileteracia formal e funcional das entrevistadas, as suas vivências e o contexto social/relacional onde se inserem.

A forma como decorreu cada uma das entrevistas acabou por determinar não só o tempo de duração da entrevista, que oscilou entre os 30 a 50 minutos, mas também a qualidade da mesma e o volume de informação recolhida.

6.1 - Caracterização social das entrevistadas

As mulheres entrevistadas inserem-se num universo composto por um conjunto de elementos de caracterização pessoal, familiar e social, remetendo a sua apresentação, para os pontos seguintes do nosso trabalho, onde podemos obter uma mais completa e detalhada informação sobre um conjunto de itens relativos a todas e a cada uma das nossas entrevistadas. Feita a apresentação individualizada de cada uma das mulheres que entrevistámos, centramo-nos agora numa visão de conjunto dos seus dados de caracterização social.

6.2 - Dimensões de análise

Tendo por base o guião de entrevista, que se encontra em anexo, que utilizamos para a recolha da informação que consideramos pertinente na elaboração do nosso estudo, procuramos um conjunto de informações que nos permitem traçar um quadro vivencial destas mulheres, associando elementos de natureza pessoal/biográfica; situação face ao emprego; constituição e formas de organização do agregado familiar; estruturas de apoio social e retaguarda familiar; situação económico-financeiro das famílias; mudanças no quotidiano associadas ao emprego/desemprego e reflexos no estado psico-emocional e social das entrevistadas.

6.2.1- Distribuição das entrevistadas segundo o grupo etário

No que respeita à idade, trata-se de um conjunto de mulheres de idades bastante diversificadas, pois as idades variam entre os 21 e os 45 anos. Se atendermos ao facto de estas mulheres serem mães de crianças pequenas, isto significa terem algumas delas prolongado até relativamente tarde o nascimento dos filhos.

No quadro seguinte apresentamos a distribuição das entrevistadas segundo o respectivo grupo etário.

Quadro 16 - Distribuição das entrevistadas segundo o grupo etário

Grupos etários	Nº
21 - 25 Anos	2
26 - 30 Anos	2
31 - 35 Anos	2
36 - 40 Anos	3
41 - 45 Anos	3
Total	12

Fonte: Censos 2001

Pela análise do quadro verificamos ainda que o número das entrevistadas se reparte de uma forma mais ou menos homogénea

pelos diversos grupos etários. No entanto, verifica-se que as faixas etárias dos 36-40 e 41-45 anos detém metade das entrevistadas, ou seja, as nascidas até aos anos 70.

6.2.2 - Distribuição das entrevistadas segundo a constituição do respectivo agregado familiar

Passamos a apresentar no próximo quadro, a situação conjugal das entrevistadas e a constituição do respectivo agregado familiar.

O nome das entrevistadas são meramente fictícios, no sentido de proteger a respectiva identidade de cada uma das mulheres que graciosamente acederam responder às questões formuladas no nosso guião de entrevista (que se encontra na secção Anexos deste trabalho).

Quadro 17 - Entrevistadas segundo a situação conjugal e a composição do seu agregado familiar

Entrevistada	Situação conjugal	Cônjuge (marido)	Filhos		Pais		Total de pessoas do agregado
			N.º de filhos	Idades	M	F	
Maria	Casada	1	2	8 Anos			4
				8 Anos			
Joana	Casada	1	2	4 Anos			4
				9 Anos			
Inês	Casada	1	1	3,5 Anos			3
Fátima	Casada	1	3	9 Anos			5
				6 Anos			
				4 Anos			
Benilde	Casada	1	4	1 Ano			6
				4 Anos			
				10 Anos			
				16 Anos			
Francisca	Casada	1	2	7 Anos			4
				14 Anos			
Carolina	Casada	1	1	1 Ano			3
Delfina	Casada	1	2	4 Anos			4
				16 Anos			
Isabel	União de facto	1	1	2 Anos			3
Rosa	Solteira		1	6 Anos		1	3
Antónia	Casada	1	3	9 Anos			5
				10 Anos			
				16 Anos			
Mariana	Casada	1	2	8 Anos			4
				17 Anos			

Como atrás já havíamos verificado, as entrevistadas são todas casadas, à excepção da Rosa e da Isabel que são solteiras, a última a viver em união de facto.

No conjunto verifica-se que cada agregado doméstico possui em média 1 a 2 filhos, embora a Fátima e a Antónia tenham 3 filhos, e a Benilde tenha 4, respectivamente.

Quanto ao tipo de agregados domésticos, encontramos predominantemente famílias do tipo nuclear, compostas por pais e filhos menores, sendo que uma das entrevistadas vive numa família do tipo alargada (pais, filhos solteiros e casados e neto).

Se compararmos o número de pessoas constituintes do agregado familiar das entrevistadas relativamente à dimensão média da família que segundo o INE é de 2,8 pessoas por família,¹² verificamos que nas famílias objecto do nosso estudo, esta média é

¹² Elementos divulgados aquando da comemoração do Dia Internacional da família (15 de Maio de 2004)

sensivelmente superior, apresentando um valor de 4 pessoas por agregado familiar.

Analisando o número de filhos por agregado e no que se refere especificamente ao nosso estudo, verificamos que esse número é 2,08 filhos por casal, valor que é também superior à média registada no nosso país, (1,5 filhos)¹³.

No que se refere à idade dos filhos, e pela observação do quadro 17, constatamos que 4 crianças têm idade de frequência de creche, igual número estão em idade de jardim de infância, sendo que o maior número de crianças têm idade de frequência do 1º Ciclo do ensino básico. Constatamos ainda que existem outras crianças em idade escolar, mas que se encontram já a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico, pelo que, atendendo ao facto de possuírem já uma idade que lhes permite uma certa autonomia, e porque geralmente têm horários completos, não se constituem à partida como um problema ou entrave para a inserção no mercado de trabalho das mulheres entrevistadas.

6.2.3 - Residência

No quadro 18 apresentamos a distribuição das entrevistadas segundo a área de residência.

Quadro 18 - Distribuição da população segundo a área de residência

Área de Residência	Nº
Concelho de St ^a Marta de Penaguião	10
Concelho de Peso da Régua	1
Concelho de Mesão Frio	1
Total	12

Assim temos que, no concelho de Santa Marta de Penaguião residem 10 das entrevistadas, provenientes das diversas freguesias

¹³ "Famílias no contexto europeu: alguns dados recentes do ESS " European Social Survey, estudo coordenado por Anália Torres, citado por Noticias Magazine de 4 de Julho de 2004 Suplemento do Jornal de Noticias nº 33/117 de 4 de Julho

do concelho, as restantes entrevistadas residem nos concelhos limítrofes, designadamente, 1 no Concelho de Peso da Régua e outra no Concelho de Mesão Frio.

6.2.4 - Habilitações Literárias

Pela leitura do quadro nº 19, verifica-se que se tratam de mulheres todas elas de escolaridade reduzida, apenas num caso superior à escolaridade obrigatória: é, na verdade, com o 9º ano que encontramos maior número de entrevistadas, distribuindo-se as restantes escolaridades entre o 4º e o 7º ano (incompleto), e registando-se também uma outra entrevistada com o 10º ano de escolaridade.

Quadro 19 - Distribuição da população segundo as habilitações literárias

Habilitações Literárias	Nº
4ºAno	2
6ºAno - EFA	2
7ºAno (incompleto)	1
9ºAno - EFA	6
10ºAno	1
Total	12

Dada a natureza, os objectivos, e os princípios genéricos do presente trabalho, assume especial importância o facto de, quer as entrevistadas que possuem como habilitações literárias o 6º ano de escolaridade, quer as que possuem o 9º ano de escolaridade, terem obtido essas mesmas habilitações literárias através da frequência de dois cursos EFA (Educação e Formação de Adultos), que conferiram equivalência escolar ao 6º e 9º anos, respectivamente,

enquanto certificaram igualmente uma determinada qualificação profissional.

Remetemos para uma outra secção deste trabalho, designadamente a secção de Anexos, a descrição da Associação A2000.

6.2.5 - Qualificações Profissionais

No que se refere às qualificações profissionais decorrentes das acções de formação frequentadas pelas mulheres que se constituem como o grupo alvo do nosso estudo, verificamos através do quadro 20, a seguinte distribuição: 5 mulheres apresentam a qualificação de Auxiliar de Acção Educativa, sendo o valor mais elevado; o curso de Organização e Gestão Doméstica foi frequentado por 3 das entrevistadas e ainda outras 3 referiram ter formação na área de Auxiliares de Apoio Familiar e à Comunidade; e finalmente, uma outra mulher detém a qualificação de Culinária e Costura.

Quadro 20 - Distribuição das entrevistadas segundo os cursos profissionais frequentados

Qualificações Profissionais	Nº
Auxiliar de Acção Educativa	5
Organização e Gestão Doméstica	3
Apoio Familiar e à Comunidade	3
Culinária e Costura	1
Total	12

É importante referir que 8 das 12 mulheres entrevistadas conseguiram obter as qualificações profissionais apresentadas pelo facto de terem frequentado os cursos EFA, conferindo-lhe assim um determinado perfil de competências que, pelo menos no plano

teórico, certamente lhes ampliou o leque de possibilidades de inserção profissional.

Numa primeira audição das entrevistas sentimos uma certa dificuldade em determinar exactamente qual o programa ou programas através dos quais ocorreu a integração das formandas em formação.

Contudo, numa apreciação mais aturada de todos os elementos obtidos, pudemos determinar que os programas pelos quais ocorreu a integração em formação foram, designadamente: através da medida do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), e, em particular, pela medida específica, denominada "Horizontes 2000"¹⁴ (direccionado para a promoção da inserção sócio-profissional de beneficiários do RMG), pela qual foram integradas, em formação, 5 das entrevistadas; e as restantes foram encaminhadas por outros programas do IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional; e, ainda, por iniciativa de algumas formandas, tendo-se inscrito directamente na entidade promotora da formação (Associação 2000).

6.2.6 - Situação das entrevistadas face ao emprego

Pela análise do quadro 21, referente à situação face ao emprego, verificamos que 7 das mulheres entrevistadas se encontram na situação de desemprego. Em contraponto, verificamos igualmente que, das mulheres entrevistadas, apenas 5 se encontravam na situação de empregadas.

¹⁴ Programa lançado em Julho de 1999 operacionalizado em articulação com o IEFP e ISSS no sentido de dar aplicabilidade à directriz 9 da UE15.

Quadro 21 - Número total das entrevistadas e situação face ao emprego

Situação face ao emprego	Nº
Empregada	5
Desempregada	7
Total	12

Pela leitura conjugada dos quadros 21 e 22 as habilitações escolares ou qualificações profissionais detidas parecem não ter relação directa e grandemente significativa com a situação de emprego ou desemprego que as entrevistadas estão a viver presentemente.

6.2.7 - Distribuição das entrevistadas segundo a idade, habilitações literárias, qualificações profissionais e situação face ao emprego

Com efeito, pelo quadro 22 onde se apresenta de uma forma sistematizada a distribuição das entrevistadas segundo a idade, as habilitações literárias, qualificações profissionais e situação face ao emprego verificamos que não existe um padrão claro que nos permita formular qualquer hipótese relativamente às condições que propiciem inserção profissional.

Quadro 22 - Distribuição das entrevistadas segundo a idade, as habilitações literárias, qualificações profissionais e situação face ao emprego

Entrevistadas	Idade	Habilitações literárias	Qualificação profissional	Situação face ao emprego
Maria	31	4º Ano	Auxiliar de acção educativa	Desempregada
Joana	43	10º Ano	Organização e gestão domestica	Desempregada
Inês	22	9º Ano	Auxiliar de acção educativa	Empregada
Fátima	32	9º ano	Apoio familiar e à comunidade	Desempregada
Benilde	39	6º Ano	Auxiliar de acção educativa	Desempregada
Francisca	39	9º Ano	Auxiliar de acção educativa	Desempregada
Carolina	28	6º Ano	Culinária e costura	Empregada
Delfina	41	9º Ano	Apoio familiar e à comunidade	Empregada
Isabel	21	9º Ano	Organização e Gestão doméstica	Desempregada
Rosa	27	7º Ano	Organização e Gestão doméstica	Desempregada
Antónia	38	9º Ano	Auxiliar de acção educativa	Empregada
Mariana	41	4º Ano	Apoio familiar e à comunidade	Empregada

Consideramos importante referir que as habilitações escolares detidas pelas entrevistadas, particularmente aos níveis dos 6º e do 9º anos, foram conseguidas apenas pela frequência dos respectivas acções formativas, de acordo com o que se apresenta no quadro anterior. Pois, como temos vindo a referir esta formação faculta um determinado conjunto de competências profissionais e equivalência escolar aos níveis do 6º e 9ºanos, respectivamente. Pretende-se assim, dar seguimento às orientações estratégicas do Plano Nacional de Emprego (PNE) em que se procura reduzir o déficite de escolarização e qualificação profissional dos portugueses, conjugando esforços e possibilidades de reforço da educação e da formação ao longo da vida, visando a inserção sócio-

profissional dos grupos com maior vulnerabilidade, particularmente no que refere ao emprego.

6.2.8 - Motivos do desemprego

No quadro 23, que alude às razões apresentadas pelas entrevistadas para o facto de estarem na situação de desemprego, e citando por exemplo aquilo que é referido por uma das entrevistadas "Enquanto decorria o estágio- formação em contexto de trabalho- e os pagamentos eram efectuados pela Associação tudo corria bem, disseram-me que poderia até ficar a trabalhar lá, mas enquanto eram os outros a pagar tudo bem, mas depois..."; outra das entrevistadas refere "Era beneficiária do rendimento mínimo e depois mandaram-me para o curso, fui para o curso e fiz o 6º ano, entretanto engravidei, e apesar de me falarem que podia fazer o 9º ano, acabei por não continuar os estudos pois nasceu o meu terceiro filho, quase ao mesmo tempo faleceu a minha mãe o que me deixou bastante abalada, depois como tinha os filhos para criar fui ficando em casa".

De uma forma genérica, verificamos que 5 dessas mulheres apresentam como razões para o desemprego o facto de não conseguirem emprego apesar das diligências que têm desenvolvido. Por outro lado 2 das entrevistadas referem o facto de ser difícil conciliar o horário de um eventual trabalho, com os horários que são praticados pela escola, jardim-de-infância, creche ou ATL.

Contudo, e pela análise das entrevistas verificamos que quase todas as mulheres entrevistadas que se encontram na situação de desemprego vão desempenhando de uma forma mais ou menos pontual e sem qualquer vínculo contratual, uma ou outra tarefa, prestando serviços domésticos, às horas, em limpezas e/ou em outros trabalhos domésticos, e também na agricultura. Nesta última actividade normalmente acontecem duas situações, há a prestação de serviços de uma forma pontual que pode passar por "dar a manhã"

e/ou de "dar a tarde" ou pontualmente "dar o dia", situações que decorrem no entanto raramente sem qualquer carácter de permanência, ou como dissemos, sem qualquer vínculo contratual formal. Mas o trabalho agrícola não é considerado pelas entrevistadas como emprego e fonte de rendimento, dado o carácter irregular e pontual das actividades desenvolvidas neste sector, bem como pelo facto de os proprietários que as contratam, por vezes, não efectuarem os descontos (desse trabalho), ou seja, o pagamento das contribuições para a segurança social, não lhes advindo (às mulheres trabalhadoras agrícolas), por este facto, qualquer forma de protecção social.

Quadro 23 - Distribuição das entrevistadas segundo as razões apresentadas para a situação de desemprego

Entrevistadas	Motivos pelos quais se encontra no desemprego
Maria	- Dificuldade em conseguir conciliar os horários de um eventual trabalho, com os horários da escola dos dois filhos que se encontram a frequentar o ensino básico
Joana	- Regressou de França recentemente fez o curso de formação não consegue encontrar emprego. Tem procurado nas IPSS, supermercados, etc. Pedem para aguardar.
Fátima	- Não consegue encontrar emprego, apesar de ter já solicitado em IPSS.
Benilde	- Não consegue encontrar emprego, apesar de ter já solicitado em IPSS.
Isabel	- Não consegue encontrar emprego, apesar de ter já solicitado em IPSS.
Francisca	- Não consegue conciliar os horários de um eventual emprego com os horários das instituições - Está grávida de 7 meses, não tendo com quem deixar o/a bebé após o parto
Rosa	- Após a conclusão do estágio desenvolvido no âmbito do curso EFA, não conseguiu encontrar emprego

Num plano meramente teórico podemos dizer que hipoteticamente as entrevistadas poderiam trabalhar cerca de dois meses por ano nas actividades agrícolas (tendo como ponto central a cultura da vinha), havendo ainda a possibilidade de desenvolver algumas actividades relacionadas com a cultura da Oliveira, designadamente a "apanha da azeitona".

No entanto, e no que se refere ao trabalho "na vinha" há um conjunto de aspectos que se torna importante referir, tais como, sejam a aplicação de novos métodos e técnicas de utilização mais ou menos recentes, que vieram alterar decisivamente as tarefas que tradicionalmente eram desenvolvidas na vinha e que eram destinadas particularmente às mulheres. Falamos por exemplo do "acarretar o sulfato", "a enxofra", "a apanha das vides", "a desfolha", "o enrolamento dos pampânos", de entre outras actividades que entretanto foram entrando em desuso por razões económicas e escassez de mão de obra, a preços compatíveis (do ponto de vista dos proprietários).

Outra razão, ainda, prende-se com a emergência de empresas/organizações especialmente vocacionadas para a realização dos trabalhos agrícolas, comumente designadas "empreiteiros agrícolas", que contratualizam com os proprietários agrícolas, mediante o pagamento de uma certa quantia, todos os trabalhos a desenvolver ao longo do ciclo vegetativo da videira. Os empreiteiros agrícolas recrutam um determinado número de trabalhadores considerados necessários, e exigem o por sua vez o cumprimento de determinadas regras particularmente de horários, produtividade e permanência do "corpo de trabalhadores" ao longo de todo o ano, não permitindo grande de flexibilidade.

Considera-se ainda como importante referir que alguns proprietários deixaram, por razões de viabilidade económica, custo/benefício, de efectuar algumas das tarefas agrícolas que eram desenvolvidas, deitando os terrenos ao abandono.

Assim o facto de não haver uma pré-disposição destas mulheres para o trabalho "na vinha" deve-se por um lado às razões que atrás expusemos, e por outro aos aspectos de ordem cultural e sociológica associados a uma imagem pouco valorizada do trabalho agrícola.

Ilustramos esta situação, por exemplo, com aquilo que foi referido pela Joana "Eu procurei estudar mais para ter um futuro

melhor, não queria ser obrigada a trabalhar no duro como aconteceu com os meus avós e os meus pais, porque não tinham estudos”.

6.2.9 - Percursos profissionais anteriores

Como actividades profissionais desempenhadas, e ao procedermos à análise do quadro 24 verificamos que, praticamente todas as entrevistadas desenvolveram um leque de funções muito diversificado. Contudo, podemos igualmente verificar que as tarefas relacionadas com a agricultura foram e vão continuando ainda a ser desempenhadas pela quase totalidade destas mulheres entrevistadas; estas actividades vão sendo desempenhadas embora de uma forma pontual e com características informais pela quase totalidade das entrevistadas.

Temos ainda um conjunto de outras funções, donde podemos destacar os serviços de apoio e acompanhamento às crianças, serviços domésticos, serviços de restauração e outros. Pela importância de que se reveste é igualmente importante referir que, 5 das entrevistadas, numa ou noutra altura da sua vida, por um tempo mais ou menos longo estiveram emigradas, designadamente em França, Bélgica e Suíça, onde desempenharam as mesmas funções iguais ou similares, só que muito melhor remuneradas.

Quadro 24 - Actividades profissionais desempenhadas anteriormente

Entrevistadas	Que actividades profissionais exerceu	
Empregadas	Maria	- Actividades agrícolas diversificadas. - Trabalhou na vinha particularmente em trabalhos sazonais - Tomou conta de uma criança. - Trabalhou num hotel como emigrante na Suíça. - Voltou ao trabalho agrícola
	Joana	- Trabalhou num infantário (escola privada) em França, como auxiliar de acção educativa.
	Fátima	- Tomou conta de uma criança - Ajudante de pastelaria - Trabalhou na agricultura em França
	Benilde	- Tomou conta de uma pessoa idosa em casa - Actividades agrícolas diversificadas. Trabalhou na vinha particularmente em trabalhos sazonais
	Francisca	- Adega cooperativa de St ^a Marta como engarrafadora (7,5 anos) - Esteve como emigrante durante 17 anos na Bélgica, trabalhou com crianças; trabalhou em limpezas e outras actividades indiferenciadas
	Isabel	- Trabalhou num restaurante durante cerca de 3\4 meses e na vinha durante cerca de 6 meses
Desempregadas	Rosa	- Actividades agrícolas, trabalho sazonal, empregada de café, cozinha e balcão. Empregada doméstica (nunca efectuou descontos)
	Carolina	Aprendiz de costura; Trabalhos domésticos; cuidou de dois deficientes motores e num stand de automóveis
	Delfina	- Trabalhou na vinha; lavava roupa para fora; trabalhou na adega de St ^a Marta; tomou conta de um café
	Inês	- Quando emigrante na Bélgica foi ama, trabalhou no ramo da restauração
	Antónia	- Nunca trabalhou fora de casa.
Mariana	- Trabalhou em limpezas às horas; - Trabalhou na agricultura aos dias	

Esta última situação, ou seja, os motivos que levaram à emigração, prenderam-se com o facto de já na altura não conseguirem (o casal) arranjar um outro emprego que não fosse o trabalho na agricultura/viticultura; actividades estas que exerciam por uma remuneração que se tornava insuficiente para ter um nível de vida com um melhor bem-estar que perspectivavam para si e para o resto da família, como por exemplo, a construção de habitação própria (aspecto que é muito valorizado nesta comunidade), bem como para a aquisição de uma viatura e ainda outros bens mesmo que menos essenciais. Em suma, para a obtenção dum melhor nível de vida, na generalidade.

6.2.9.1-Actividades profissionais mais referenciadas pelas entrevistadas

Na sequência do quadro anterior passamos a apresentar as actividades desenvolvidas pelas entrevistadas ao longo do seu percurso profissional.

Assim, o trabalho na agricultura, particularmente na vinha, é a actividade mais referenciada pelas entrevistadas. No entanto, este tipo de trabalho tem como já temos vindo a dizer, um carácter de forte sazonalidade, limitando-se, em muitos casos, a apenas alguns dias de trabalho ao longo de todo o ano (correspondendo ao desenvolvimento do ciclo vegetativo da videira). Por esta razão, algumas destas mulheres, e mesmo a população activa do Douro que trabalha directamente na produção, de uma forma geral (salvo uma pequena parte de trabalhadores que tem uma relação contratual verbal e mais ou menos permanente com os empresários e proprietários agrícolas) não consideram o trabalho na vinha como um "um emprego". Segue-se o trabalho na hotelaria e restauração (cafés e pequenos restaurantes) e também o trabalho de prestação de serviços de proximidade de apoio à família e à comunidade

(trabalho em limpezas, trabalho doméstico, acompanhamento de crianças e idosos, apoio na higiene e tratamento de roupa, aprendiz de costura e acompanhamento de deficientes motores). Existem ainda outras actividades tais como: padaria/pastelaria, engarrafamento de vinhos e ramo comercial.

Referimos ainda que, 4 das entrevistadas foram emigrantes na Bélgica, França e Suíça, desenvolvendo nesses países actividades profissionais nas áreas da Agricultura, Hotelaria e restauração e na Prestação de Serviços de Apoio à Família e à Comunidade; por último 1 das entrevistadas nunca exerceu actividade remunerada.

Quadro 25 - Actividades profissionais mais referenciadas pelas entrevistadas

Actividades Profissionais		N.º
Trabalho em	- Agricultura (actividade sazonal)	6
	- Acompanhamento de crianças (não formal)	2
	- Hotelaria e restauração	3
	- Trabalho de auxiliar Acção Educativa	1
	- Padaria/pastelaria	1
	- Acompanhamento de idosos (não formal)	1
	- Engarrafamento de vinhos	1
	- Aprendiz de costura	1
	- Acompanhamento de deficientes motores	1
	- Trabalho doméstico (empregada doméstica)	2
	- Trabalho em limpezas	3
	- Lavava roupa para fora	1
	- Trabalho num stand de automóveis	1
	- Enquanto Emigrante:	4
	- Actividades Agrícolas	2
- Hotelaria e Restauração	2	
- Auxiliar de Acção Educativa	1	
- Ama	1	
- Limpezas	1	
- Nunca trabalhou fora de casa	1	

No que se refere aos aspectos da emigração, este fenómeno deveu-se às circunstâncias sócio-económicas das famílias donde eram oriundas e que vivenciavam situações de carência, e ao facto de não conseguirem encontrar emprego com condições remuneratórias capazes de proporcionar o necessário equilíbrio do orçamento familiar e com a concretização de um sonho (que é comum nesta região)- a construção/reconstrução de habitação própria, o seu equipamento mobiliário e a aquisição de automóvel, entre outros bens que possam traduzir um melhor nível de vida.

Podemos exemplificar a instabilidade e irregularidade do percurso profissional exercido por estas mulheres, com o que é dito pela Maria "Logo após casar ainda trabalhei na agricultura, mais tarde e durante 14 anos tomei conta de uma senhora idosa acamada na minha própria casa, que me pagava, não muito, mas sempre me ajudava a criar os filhos. Após o falecimento da senhora, fiquei desempregada, como tinha os filhos para criar, e o meu marido, ficou desempregado, quase três anos e meio, e ele não se ajeita com tudo, eu tive que me deitar à vida, e fui dando umas tardes na vinha para sobreviver". Já a Fátima diz-nos que, "Antes de casar trabalhava na vinha, depois quando casei, e passado algum tempo acabamos por ter de emigrar, fomos para França para ver se conseguíamos melhorar a vida e construir uma casa, lá tomei conta de uma criança, fui ajudante de pastelaria e trabalhei na agricultura".

6.2.10 - Profissão

Ao nível da profissão das mulheres que se encontram empregadas, verificamos pela análise do quadro 26 que há uma diversidade de ocupações profissionais, de baixa qualificação como sejam "auxiliar de supermercado", auxiliar de carpintaria", "auxiliar de acção educativa", "recepcionista" e "ajudante familiar".

Quadro 26 - Distribuição das entrevistadas segundo a profissão actual

Entrevistadas	Profissão	Categoria profissional
Inês	Auxiliar de supermercado	Auxiliar de supermercado
Carolina	Apoio às actividades de carpintaria: limpeza e outras	Auxiliar de Carpintaria
Delfina	Auxiliar de acção educativa	Auxiliar de acção educativa
Antónia	Recepcionista	Recepcionista
Mariana	Ajudante familiar e de apoio à comunidade	Ajudante Familiar

De notar que, algumas destas mulheres, pelo que pudemos aferir das entrevistas (como no caso da Maria) embora trabalhem pontualmente na vinha, não consideram que o seu trabalho seja efectivamente um emprego, não só porque o trabalho na vinha não assegura as regalias sociais que são associadas a outro tipo de empregos mas também por ter assumido como um trabalho de pouca exigência técnica. Além disso, as actividades tradicionais agrícolas têm, para a comunidade em geral, uma carga social desprestigiante.

A título de exemplo, refira-se que as mulheres jovens desta região se a sua actividade é desenvolvida na vinha, quando noivas, a partir do mês de Maio, deixam de trabalhar, já que este trabalho é realizado no exterior, num clima muito quente (vale do Douro), em que o sol é bastante incidente, provocando o escurecimento da pele. Ora elas agem assim por não quererem ser identificadas como trabalhadoras agrícolas, precisamente pela carga socialmente desvalorizadora deste tipo de trabalhos.

6.2.11 - Tipo de Contrato

Quando passamos a analisar o tipo e a duração do contrato de trabalho, ou não há qualquer tipo de contrato de trabalho, ou quando existe, é de curta ou muito curta duração, o que traduz de algum modo não só a dificuldade em encontrar emprego, mas também, quando conseguem encontrar uma forma de inserção profissional, não há um carácter de permanência e regularidade, mas sim uma grande instabilidade e precariedade.

Quadro N° 27 - Distribuição das entrevistadas segundo o tipo de contrato e a sua duração

Entrevistadas	Tipo de contrato	Duração do contrato
Inês	s/ contrato de trabalho	- Acordo entre as partes
Carolina	- A termo certo	- 12 Meses
Delfina	- A termo certo	- 3 Meses
Antónia	- Prestação de serviços	- Não sabe
Mariana	- Contrato a termo	- 12 Meses (eventualmente renovável)

No seguimento do que temos vindo analisar, constata-se que o percurso profissional desenvolvido pela quase totalidade das mulheres entrevistadas varia entre períodos de ocupação de curta, ou por vezes de muito curta duração, e ainda outras vezes de duração mais longa, oscilando com períodos de desemprego. E passa também, pelo desempenho das mais diversificadas funções, tarefas e actividades, na maior parte dos casos sem qualquer vínculo contratual, ou quando tal acontece as relações laborais são muito ténues.

Relativamente ao trabalho agrícola que é pontualmente desenvolvido por algumas das entrevistadas, torna-se particularmente difícil a identificação dos contratantes e as

respectivas condições contratuais, pois como dissemos a estrutura fundiária do Douro é muito dividida e ao lado de grandes quintas (cujo trabalho é previamente acordado com os empreiteiros agrícolas com um corpo de trabalhadores mais ou menos fixo), encontramos pequenos ou muito pequenos proprietários que só numa situação de extrema necessidade recorrem a mão de obra externa, e em acordo verbal combinam as condições de realização do trabalho, "ao dia" ou à(s) "manhã(s)" ou "tardes".

6.2.12 - Programas de inserção profissional

No que se refere aos programas de inserção, importa dizer que os mesmos parecem ter sido fundamentais não tanto para que as mulheres entrevistadas fossem integradas profissionalmente, mas sobretudo, para que as mesmas pudessem obter habilitações escolares e qualificações profissionais. Com efeito as entrevistadas refutam estas acções como de extrema importância por terem obtido mais qualificações, conhecimentos, competências e sobretudo para aumentarem a sua auto-estima, aspectos que de alguma forma poderão vir a facilitar num futuro mais ou menos próximo a sua inserção profissional.

Contudo, considerando o momento em que foram realizadas as entrevistas, não nos pareceu de extrema relevância o facto das entrevistadas terem frequentado os cursos de formação profissional com equivalência escolar, pois não nos parece haver uma relação directa entre as mais elevadas habilitações escolares e um acesso mais facilitado ao mercado de trabalho.

6.2.13 - Caracterização da situação familiar, formas e modalidades de acolhimento e acompanhamento das crianças

Os resultados obtidos no presente quadro permitem-nos fazer um conjunto de reflexões sobre a situação familiar destas mulheres e a sua maior ou menor disponibilidade, e de algum modo, a sua motivação para o emprego. Assim e em face desta realidade, afigurasse-nos como aspecto importante a considerar, salvo raras excepções, uma mais ou menos nítida atitude de indiferença, apatia e conformismo, não obstante o discurso destas mulheres estar carregado de expressões que traduzem a vontade, o desejo e a expectativa de introduzir nas suas vidas uma nova dinâmica, visando obter, uma maior realização pessoal e profissional, bem como conseguir uma forma de elevar os rendimentos do agregado familiar.

Quadro 28 - Formas e modalidades de acolhimento e acompanhamento das crianças

entrevistada	Filhos		Formas e modalidades de acolhimento e acompanhamento das crianças
	N.º de filhos	idades	
Maria	2	8 anos (*)	De manhã, estão na escola, cujo horário é das 08:00 às 13:00 horas (horário da manhã) e de tarde ficam em casa com a mãe.
		8 anos (*)	
Joana	2	4 anos	Esteve no jardim de infância aquando da frequência, da mãe, do curso/acção de formação organização e gestão doméstica, actualmente está em casa com a mãe
		9 anos	Está na escola no 4º ano do ensino básico das 08:00 às 13:00 horas (horário duplo da manhã) de tarde fica em casa com a mãe
Inês	1	3,5 anos	Está a frequentar o Jardim de Infância em Santa Marta de Penaguião. Horário das 08:30 - 18:00 horas (a mãe leva-o de manhã e vai buscá-lo à tarde)
Fátima	3	9 anos	Está no 4º ano do ensino básico cujos horários são os seguintes: 09:00 -12:00 / 14: 00 -16: 00
		6 anos	Está no 1º ano do Ensino Básico da escola da Cumieira 09:00 -12:00 / 14: 00 -16: 00
		4 anos	Está no jardim de Infância da Rede Pública horário das 09:00 -12:00 / 14: 00 -16: 00
		Observações: Os três filhos estão na mesma escola, estando 2, no ensino básico e 1 em jardim de infância. O Almoço é assegurado pela instituição sediada na freguesia da Cumieira, instituição aonde as crianças regressam após o horário lectivo e onde permanecem até às 18:00 horas	
Benilde	4	1 ano	Está em casa com a mãe
		4 anos	Está em casa com a mãe
		10 anos	Está no 5.º ano da EB2,3 de Santa Marta de Penaguião
		16 anos	Não considerado para efeitos do nosso estudo pois desenvolve pontualmente algumas tarefas de índole profissional
Francisca	2	7 anos	Frequentou o jardim de infância numa IPSS Está no 2º ano do Ensino Básico de Santa Marta. Após o horário lectivo (regime normal) regressa a casa onde fica com a mãe
		14 anos	Está a frequentar o 8.º ano na Escola secundária Dr. João Araújo Correia- Peso da Régua
Carolina	1	1ano	Frequenta a valência de creche numa IPSS em Santa Marta de Penaguião com o horário das 09:00 às 17:30 (é a mãe que, de manhã a coloca na instituição, indo busca-la ao fim da tarde após o trabalho.
Delfina	2	4 anos	Está a frequentar a valência de jardim de infância de uma IPSS na Freguesia de S. Miguel de Lobrigos com o horário das 09:00 /18:00 horas
		16 anos	Concluiu o 9º ano de escolaridade actualmente está inscrito no Centro Formação de Vila Real
Isabel	1	2 anos	Está a frequentar a valência de creche de uma IPSS na Freguesia de S. Miguel de Lobrigos com o horário das 08:30 /16:30 horas
Rosa	1	6 anos	Frequenta o 1.º ano do ensino básico em santa Marta de Penaguião, no regime 08:00 às 13:00 horas (horário da manhã) e de tarde ficam em casa com a mãe
Antónia	3	9 meses	Está com a avó
		10 anos	Está no 5.º ano da escola EB2,3 de Santa Marta de Penaguião
		16 anos	Está a frequentar um curso de Formação Profissional no Centro de formação de Vila Real
Mariana	2	8 anos	Está a frequentar o 3º ano do ensino básico com o horário das 08:15 / 13:30. A parte da tarde frequenta o ATL de uma IPSS
		17 anos	Está no 10.º ano da Escola EB 2,3 e Secundária de Mesão Frio

(*) Estas duas crianças apresentam a particularidade de serem gémeas

Do nosso ponto de vista, este paradoxo pode dever-se a um conjunto de factores que influem decisivamente neste tipo de comportamento, dos quais referimos, por exemplo, o nível de escolaridade. Pois como podemos observar a maioria das entrevistadas possuem o 6.º e 9.º anos de escolaridade, e mesmo assim obtidos pela frequência dos cursos de Educação e Formação de Adultos, tendo as restantes apenas a frequência do 7º ano, o 4.º ano e somente 1 possui o 10º ano de escolaridade. Parece-nos existir um outro factor que contribui de forma decisiva para esta situação, que é aquilo a que pudemos designar por "questão cultural e de educação familiar", caracterizada pela indiferença, pelo conformismo, pela acomodação a um determinado estilo de vida e pela fraca iniciativa, (características estas intrínsecas aos contextos familiares donde provêm as mulheres entrevistadas, e que se julga poder, de algum modo, alargar a toda a comunidade).

6.2.14 - Compatibilidade/incompatibilidade de horários das instituições com os horários de emprego

O quadro seguinte apresenta a distribuição das opiniões das entrevistadas relativamente à compatibilidade/incompatibilidade dos horários fixados pelas instituições, com os horários da actividade laboral vigentes.

Quadro 29 - Opinião das entrevistadas sobre a compatibilidade/incompatibilidade de horários das instituições com os horários de emprego

Opinião das entrevistadas sobre a compatibilidade de horários das instituições com os horários de emprego	Nº
Incompatível	5
Compatível	3
Compatível (com necessidade de rever os horários das instituições de apoio social)	4

Assim boa parte das mulheres entrevistadas referiram-nos que os horários são incompatíveis, pois segundo nos diz uma das entrevistadas "Começo a trabalhar às 8:30, à hora em que abre a instituição e portanto torna-se difícil ir levar as crianças a essa hora". Por sua vez outras mulheres referiram que os horários são compatíveis mas há necessidade de fazer ajustamentos para uma maior flexibilidade. Por último, temos a opinião de um reduzido número de mulheres que consideram os horários compatíveis, de que é exemplo a resposta que é dada por uma das entrevistadas que refere "Os meus filhos estão no Centro social Paroquial de Sanhoane, que fica a 1 a 2 km mas tinham transporte, vinham buscá-los de manhã e traziam-nos às 6 horas, isso dava-nos outra facilidade que não era preciso irmos lá pô-los". Estes resultados apontam a necessidade de efectivamente proceder a alterações de horários das instituições. Afigura-se-nos assim que o factor da compatibilidade de horários pode ser pelo menos em parte, também o um impedimento à inserção profissional destas mulheres, já que, como mostram os valores do quadro 30, a maioria das mulheres não dispõem de retaguarda e/ou apoio familiar que lhes permita trabalhar com horários rígidos. Podemos, assim, concluir que a ausência de redes familiares dificulta a inserção social e profissional das mulheres.

Encontramos aqui elementos que confirmam o que outros estudos evidenciam, quanto aos problemas formas negativas de discriminação e de exclusão social de famílias que se situam "nas margens da escolaridade, da formação e do emprego".

6.2.15 - Disponibilidade de apoio familiar

No quadro 30 apresentamos o número das entrevistadas que dispõem ou não de apoio familiar de retaguarda, e de que forma esse apoio se concretiza no quotidiano destas mulheres e condiciona, ou não, a sua disponibilidade para o emprego.

Quadro 30 - Disponibilidade de apoio familiar de retaguarda

Disponibilidade de apoio familiar de retaguarda	n.º
S/apoio familiar	8
C/apoio familiar (pontual de familiares directos)	4

Vimos assim que a maioria das mulheres entrevistadas não têm apoio familiar de retaguarda onde possam deixar os seus filhos, ou de modo a, eventualmente, poderem ter um emprego. Uma situação pode ser exemplificada por aquilo que nos foi dito por uma das entrevistadas que diz "Eu não sou daqui, os meus pais estão em Castro D'Aire e não podem dar-me apoio".

Por outro lado, um terço das mulheres entrevistadas dizem ter apoio dos familiares mais directos, normalmente a mãe, como refere outra das entrevistadas que diz "Como a minha mãe vive comigo, toma conta do meu filho, e eu prefiro do que metê-lo numa instituição, assim sei que está bem". Noutros casos há ainda o apoio da sogra, conforme o que diz outra das entrevistadas "Estou em casa, mas quando me aparecem algumas tardes para dar, a minha sogra toma conta do meu filho, porque ela já não pode trabalhar".

De qualquer modo esse apoio de retaguarda familiar é pontual e não tem carácter de permanência. O que torna a questão de - com quem ficam os filhos, bastante relevante para a sua maior ou menor disponibilidade para o emprego.

6.2.16 - Necessidade de recorrer a instituições de apoio social

Do que decorre da análise do quadro anterior em que demos conta que a maioria das entrevistadas não dispunha de apoio familiar de retaguarda, torna-se pertinente perceber em que medida existe ou não a necessidade de recorrer a estruturas formais de

apoio à infância. Os resultados que obtivemos, a partir das entrevistas efectuadas encontram-se expressos no quadro 31.

Quadro 31 - Necessidade de recorrer a instituições de apoio social

Necessidade de recorrer a instituições	Nº
Com resposta positiva	9
Com resposta negativa	3

Muitas das mulheres entrevistadas referem ter sentido necessidade de recorrer a uma instituição para colocar os seus filhos, exemplo desta situação é-nos referido pela maioria destas mulheres que dizem, que, como não tinham ninguém para tomar conta dos filhos tiveram que recorrer a uma instituição, para poderem trabalhar. Por outro lado apenas 3 referem que não tiveram essa necessidade. Estas respostas traduzem, de algum modo, a necessidade que se faz sentir da existência destas estruturas de apoio, junto das comunidades.

6.2.17 - Motivos pelos quais teve de recorrer a uma instituição de acolhimento e guarda de crianças

No que se refere aos motivos que levaram a procurar uma instituição foram apontados vários, dos quais se destacam directa ou indirectamente o factor emprego. Assim, muitas mulheres entrevistadas que disseram ter necessidade de recorrer ao apoio de uma instituição dizem tê-lo feito para conseguir compatibilizar a vida profissional com a vida familiar. É o que nos diz uma das entrevistadas quando refere que "Eu começo a trabalhar às 9 horas, às vezes entro em casa, quando ando longe, por volta das 7 horas; apesar de ter a minha mãe, ela é doente, e tive que meter o meu filho no jardim de infância, e agora que entrou para escola, está

no ATL e as carrinhas da instituição vêm trazê-los à tarde". Temos ainda uma mulher que refere a questão médica "Eu até estou em casa, mas o médico diz que o meu filho precisa de conviver com outras crianças e assim desenvolve", e outra ainda que refere o facto de ser importante para a criança "Eu trabalho num supermercado, tenho horários, mas sempre quis pôr o meu filho no jardim de infância para conviver com outras crianças; lá têm regras a cumprir, e em casa..."

Quadro 32 - Hierarquização dos motivos pelos quais teve necessidade de recorrer a uma instituição

Motivos para recorrer a instituição	Nº
Compatibilizar a vida profissional com a vida particular	4
por considerar que o jardim de infância é importante para a criança	1
Poder frequentar o curso e poder estar disponível para um eventual emprego	2
Por indicação médica	1
Estar mais disponível para poder encontrar emprego	1

Em face destes resultados podemos inferir que os motivos pelos quais houve a necessidade de procurar uma instituição é mesmo o facto de melhor conciliarem a vida pessoal com o emprego ou então, no caso das mulheres desempregadas, estarem disponíveis para mais facilmente conseguirem encontrar uma ocupação profissional.

6.2.18 - Dificuldade em conseguir colocação para os filhos

Neste ponto procuramos saber se existiram ou não dificuldades em conseguir colocar as crianças nas instituições de apoio localizadas no concelho. O quadro 33 apresenta a frequência de respostas obtidas nos dois casos.

Quadro 33 - Frequência das respostas obtidas das entrevistadas em relação a dificuldade em conseguir colocação nas instituições de apoio

Dificuldade em conseguir colocação	Nº
Não	6
Sim (não havia vaga)	3

Pelo que constatamos, de uma forma geral, não se verifica grande dificuldade em conseguir colocação das crianças nas instituições, até porque existem no concelho várias entidades capazes de responder às solicitações. Contudo, pode eventualmente ocorrer uma ou outra situação pontual de falta de vaga, o que em geral tem a ver com a altura do ano e com a idade das crianças.

No nosso caso temos duas situações em que tal acontece. A primeira situação refere-se a uma criança de 3,5 anos em que não havia vaga no jardim de infância e a outra situação, diz respeito a duas crianças de 8 anos de idade para as quais não havia na freguesia de residência qualquer instituição de apoio.

6.2.19 - Que aspectos gostaria de ver melhorados

Apresentamos no quadro seguinte a hierarquização dos aspectos a melhorar no funcionamento das instituições na perspectiva das entrevistadas.

Quadro 34 - Distribuição das repostas relativamente aos aspectos que gostaria de ver melhorados

Aspectos a melhorar	N.º de repostas
Melhor atendimento	4
Mais espaço (separação das crianças)	2
Horários	1
Não sabe/não responde	6

No que se refere às instituições frequentadas pelas crianças e aos diversos aspectos do seu funcionamento a melhorar, as entrevistadas entendem haver necessidade de proceder a algumas alterações com vista a uma melhoria na qualidade dos serviços prestados. Das entrevistadas, metade não apontam qualquer aspecto a melhorar, contudo, este facto, segundo nos parece pela análise das repostas obtidas, não traduz uma convincente satisfação relativamente aos serviços prestados pelas instituições. Com efeito, verificamos numa ou noutra situação, como que uma certa apatia e indiferença, ou porque no momento da entrevista não lhes ocorreu qualquer aspecto a apontar. Como é exemplo o que no é dito por uma das entrevistadas " ... Parece que anda bem..." Por sua vez, outras entrevistadas referem expressamente que não sabem. "Não sei, mas acho que está bem".

Temos depois uma outra faixa de mulheres que aponta efectivamente um conjunto de situações que gostariam de ver alterados. Algumas delas apontam a necessidade de um maior profissionalismo e melhor acolhimento dos familiares das crianças como é o caso de uma das mulheres que diz "Acho que os pais deviam ser atendidos melhor". Por sua vez, outras mulheres referem a necessidade de haver mais espaço quer no interior, quer no exterior das instalações onde funciona o jardim de infância, como nos é referido por uma das entrevistadas, "Uma das instituições,

não tinha condições, a casa era velha, aquela em que ele está agora é melhor mas tem pouco espaço, dormem na sala onde brincam, e é nessa sala que fazem tudo"; temos uma das mulheres que refere o facto de haver necessidade de horários mais adequados "Acho que a instituição deveria abrir um pouco mais cedo, para pôr as crianças antes de ir trabalhar" e por último há quem refira a necessidade de haver uma separação das crianças por idades "Eu acho que as crianças não deveriam estar todas juntas, as crianças deveriam ter salas separadas por idades".

Destes resultados inferimos que há efectivamente a necessidade de proceder a alterações e ajustamentos no funcionamento das instituições em causa. Partindo desta situação particular do nosso estudo, pensamos que não será de todo desadequado referir que é o que se passa um pouco por todo o país, onde funcionam, como sabemos, alguns milhares destas instituições nem sempre nas melhores condições. Assim pensamos ser importante colocar sob enfoque particularmente dois aspectos.

Por um lado, as condições físicas e de salubridade em que funcionam estas instituições tendo como referência as orientações definidas pela então Direcção Geral da Acção Social (DGAS) que regulamenta as condições de funcionamento destes espaços. Por outro lado, outro aspecto, não menos importante, refere-se à necessidade de utilizar métodos claros, objectivos e rigorosos para a contratação dos profissionais que exercem a suas actividades nestas instituições, designadamente o seu perfil de competências e aptidões técnicas, mas também a sua motivação para o desempenho das funções inerentes ao cargo que ocupam, bem como as suas capacidades de relacionamento e comunicação interpessoal.

Quadro nº 35 - Aspectos relativos ás instituições que as mulheres referem que gostariam de ver melhorados

	Aspectos a melhorar						
	condições físicas	atendimento p\parte dos funcionários	nível de formação das pessoas\tecnicos que trabalham directamente c\as crianças	horários praticados pelas instituições	compatibilidade de horários praticados pelas instituições com a actividade profissional	qualidade da alimentação e quantidade de refeições	Comparticipação financeira
Entrevistadas							
Maria	Edifício bom	bom	bom	-	-	-	Considera a participação a pagar exagerada
Joana	fracas	na escola bom atendimento	não sabe responder	bons	eram compatíveis	Era bom	
Inês	da 1ª instituição que a criança não gostou era antiga e tinha poucas condições. Em Stª Marta a instituição tem melhores condições contudo tem pouco espaço	Acolhimento agradável	é bom. os profissionais têm formação adequada	-	Se a instituição abrisse mais cedo (08:00) era mais fácil e compatível	Boa	adequada
Fátima	Bom	acolhimento agradável	Bom. os profissionais têm formação adequada	na valência de jardim de infância a entrada é tardia. no CATL é adequado	considera haver necessidade de ajustamento de horários	Alimentação boa N° de refeições suficiente	adequada
Benilde (*)							

Continua...

Continuação...

	Aspectos a melhorar						
	condições físicas	atendimento p) parte dos funcionários	nível de formação das pessoas/tecnicos que trabalham directamente c) as crianças	horários praticados pelas instituições	Compatibilidade de horários praticados pelas instituições com a actividade profissional	qualidade da alimentação e quantidade de refeições	Participação financeira
Entrevistadas							
Francisca	boas	Quer no jardim de infância quer no CATL muito bem tratada	é bom. qualificações adequadas	Horários adequados	Perfeitamente compatível	Alimentação boa. N° de refeições suficiente	adequada
Carolina	Necessidade de um espaço mais amplo quer no interior quer no exterior	Bom acolhimento ás crianças. Considera haver necessidade de mais funcionários para um melhor apoio e atenção.	é bom. qualificações adequadas	Necessidade de haver alguns ajustamentos	os horários adequam-se porque há flexibilidade da entidade empregadora. Pode levar a criança para o trabalho após a escola	adequada	
Delfina	boas	Bom acolhimento ás crianças.	Não têm formação adequada particularmente as auxiliares	O horário devia ser alargado particularmente o horário da tarde	Os horários são compatíveis	Alimentação boa. N° de refeições é suficiente	adequado
Isabel	boas	Não é muito bom	fraca	Necessidade de horários mas ajustados	Necessidade de horários mas ajustados	Alimentação boa. N° de refeições é suficiente	Não está bem definida
Rosa	Na escola boas No jardim-de-infância razoáveis	Atendimento razoável Houve um problema	no jardim de infância razoável na escola é bom	Razoavelmente adequados	Consegiu conciliar porque tinha o apoio do patrão.	Alimentação suficiente N° de refeições adequadas	adequada
Antónia (*)							
Mariana	boas	bom	bom	Nível de formação bom e são competente	Vai conseguindo conciliar	Alimentação suficiente N° de refeições adequadas	adequada

Nota: (*) não têm filhos em instituições

6.2.20 - Rendimento mensal do agregado familiar das entrevistadas

No quadro 36 apresentamos a categorização dos rendimentos mensais do agregado familiar e respectiva frequência.

Quadro 36 - Categorização dos rendimentos mensais do agregado familiar das entrevistadas e respectiva frequência

Níveis de Rendimento Mensal (€)	Nº
<= 300	1
301-400	5
401-500	2
501-600	2
1001-1100	1
1101-1200	1
Total	12

No que se refere ao rendimento mensal destas famílias, verifica-se uma muito acentuada disparidade entre o valor mínimo de rendimentos auferidos - um valor abaixo dos 300€ -, existindo 1 família com este nível de rendimentos, e um valor máximo no escalão que se situa entre -1001€ -1200€-, onde também existem apenas 2 famílias. Constatamos também que 5 das famílias, das mulheres entrevistadas, se enquadram num nível médio de rendimentos que se situa na faixa dos -300€-400€- (entre valor situa-se o Salário Mínimo Nacional -SMN-); temos ainda 2 famílias que se situam na faixa dos -400€-500€- e igualmente 2 que situam na faixa dos 500-600€.

Se considerarmos as famílias que auferem um nível de rendimentos menor ou igual a 500 euros, verificamos que nestas condições se situam 8 das nossas entrevistadas.

Em face da análise que temos vindo a efectuar constatamos de um modo geral, estar em presença, de um conjunto de famílias que se integra numa faixa de população com muito fracos recursos económicos, donde podemos inferir que o seu nível de vida é bastante baixo, em alguns casos tocam mesmo o limiar da pobreza.

Esta situação é perfeitamente visível, particularmente quando passamos a analisar a proveniência dos rendimentos (o que abordaremos um pouco mais à frente) em que verificamos que num ou noutro caso os rendimentos são provenientes do então Rendimento Mínimo Garantido (RMG) actualmente designado Rendimento Social de Inserção (RSI).

Este aspecto é particularmente importante na medida em que a escassez de recursos económicos pode determinar a necessidade de obtenção de emprego. Considerando que a maioria das entrevistadas não conseguem encontrar emprego, vivem por isso uma situação de precariedade económica, e na maioria das vezes apresentam vulnerabilidades e fragilidades do ponto de vista sócio-emocional e psicossomático.

Neste contexto, algumas destas mulheres, sentiram-se obrigadas a recorrer à medida RMG como forma de minimizar algumas situações mais agudizadas de carência económica. Esta medida procura colmatar e superar alguns destas situações/problema não só através da atribuição da prestação pecuniária mensal, mas também pela concessão de apoios complementares designadamente nas áreas da: educação; habitação; saúde de entre outras.

As vertentes da formação e da inserção sócio-profissional foram objecto de uma intervenção específica, tendo sido criado para o efeito o "Programa Horizontes 2000"(recurso fundamental de aproximação e reposta dos serviços, a situações concretas de encaminhamento dos beneficiários do RMG, para formação e/ou

emprego) através do qual foram integradas algumas das entrevistadas.

6.2.20.1 - Níveis de rendimento mensal per capita

Para melhor podermos avaliar da qualidade de vida e níveis de bem-estar do agregado familiar das entrevistadas determinamos o seu rendimento per capita.

Assim o quadro 37 apresenta a categorização e frequência nos diferentes níveis de rendimento mensal.

Quadro 37 - Categorização e frequência nos diferentes níveis de rendimento mensal

Nível de Rendimento Mensal per capita (€)	Nº
75-80	3
81-90	1
91-100	2
101-110	1
121-130	1
171-180	2
191-200	1
281-290	1
Total	12

Quando passamos à análise dos rendimentos das famílias em estudo, situando-nos a um nível de análise de rendimentos per capita, e no seguimento do que atrás dissemos, situação expressa pelo quadro 37 apesar de serem, grosso modo, famílias de fracos recursos verificamos que existe uma significativa disparidade nos valores apresentados. Assim verificamos que existem pessoas que têm um rendimento disponível por mês de cerca de 80 €, da mesma forma, que no oposto, existem pessoas com um rendimento disponível

de cerca de 280 €. Repare-se portanto no enorme diferencial (cerca de 200 €) que existe entre estas duas famílias situadas respectivamente em extremos do espectro quando consideramos o nível de rendimentos per capita.

Procedendo a um ligeiro exercício de agregação dos dados verificamos que, metade da população vive com um rendimento mensal per capita igual ou inferior aos 100 €.

6.2.20.2 - Níveis de rendimento per capita diário

Na sequência dos dois últimos quadros e continuando a análise e avaliação dos padrões de nível de vida e de bem estar destas famílias, consideramos oportuno proceder à determinação do rendimento per capita diário de cada um dos elementos dos agregados familiares.

No quadro 38 apresentamos os valores segundo diferentes níveis de rendimento e respectiva frequência.

Quadro 38 - Categorização e frequência nos diferentes níveis de rendimento per capita diário

Níveis de Rendimento diário per capita (€)	Nº
2,50-3,00	4
3,10-4,00	3
4,10-5,00	1
5,10-6,00	2
6,10-7,00	1
9,10-10,00	1
Total	12

Num exercício complementar de análise expresso no quadro 38 procedemos à determinação do rendimento per capita diário das famílias em estudo, de modo a podermos ter uma ideia mais concreta do nível de vida dessas famílias.

Verificamos assim que, 4 famílias têm um rendimento per capita diário na faixa dos -2,50€-3,00€-; temos 3 famílias cujo rendimento per capita que se situa na faixa entre os -3,10€-4,00€; fazendo a agregação destes dois valores verificamos que 7 das famílias em estudo auferem um rendimento mensal diário inferior aos 4€; as restantes 5 famílias encontram-se assim distribuídas: na faixa entre os -4,10€-5,00€- de rendimento per capita diário, encontramos 1 família que auferesse esse rendimento, na dos -5,10€-6,00€- temos 2 famílias, na dos -6,10€-7,00€- há 1 família e por último, finalmente na faixa dos -9,10€-10€- existe 1 família, respectivamente.

Através desta análise podemos verificar que a grande parte das mulheres que fazem parte do nosso estudo pertence efectivamente a um estrato sócio-económico bastante baixo, a que podemos associar de algum modo o facto de parte delas possuírem baixos níveis de qualificação escolar e uma trajectória profissional que passou pelo desenvolvimento de tarefas mais ou menos diversificadas, baseadas contudo, num nível básico de conhecimentos capacidades e aptidões técnicas.

6.2.21 - Proveniência das receitas do agregado familiar

Passamos a apresentar um quadro onde se encontram referidas de uma forma estruturada a proveniência dos rendimentos do agregado familiar.

Quadro 39 - Proveniência das receitas do agregado familiar

Donde provêm as receitas	Nº
Do agregado familiar (marido\mulher)	2
Vencimento do marido	6
Vencimento do marido e alguns subsídios (complementares)	1
Trabalho próprio	1
Trabalho próprio e alguns subsídios (complementares)	1
Prestação do Rmg e outros subsídios de protecção social	1

Analisando a proveniência das receitas do agregado familiar e pela análise do quadro 39, podemos ver que das 12 famílias em análise: 6 têm como fonte de receitas apenas o salário do marido; para 2 famílias, a proveniência das receitas do agregado familiar é devida não só ao salário do marido mas também ao salário das mulheres que independentemente do valor da sua contribuição ajudam a «compor» o orçamento familiar. Contudo particularmente nesta situação, verifica-se que o salário das mulheres é consideravelmente inferior ao dos homens; existem depois algumas situações diferenciadas e que passamos a referenciar: 1 família cujas receitas são provenientes do vencimento do marido e do subsídio familiar a crianças e jovens proveniente do sistema da Segurança Social; 1 outra cujo rendimento é proveniente do RMG\RSI, em complementaridade com outros subsídios atribuídos pela segurança social; temos ainda 1 terceira cujos rendimentos são provenientes do trabalho apenas da mulher, e por último a família de uma outra entrevistada provêm do trabalho da mulher e são complementados com um ou outro subsídio no âmbito do sistema de protecção social.

Em suma, pudemos constatar a existência de salários consideravelmente inferiores, com excepção de um ou outro caso, aos auferidos pelos homens. Verificamos que, na maior parte dos casos, as mulheres trabalham umas vezes às horas, na prestação de serviços domésticos, outras vezes na agricultura numa diversidade de tarefas com carácter mais ou menos pontual, ou em trabalhos com um carácter um pouco mais permanente a que se convencionou chamar de trabalho sazonal. De qualquer modo a relação laboral que é estabelecida é sobretudo caracterizada por um grande informalidade e na maior parte dos casos não existe qualquer contrato de trabalho. Deste quadro ressalta o facto de o trabalho se desenvolver então segundo um esquema de extrema precariedade e insegurança.

6.2.22 - Quais as despesas mensais e valores médios

Ao procedermos à análise do quadro 40 deparamo-nos com uma situação que não nos permite utilizar uma metodologia de análise baseada em critérios muito rigorosos. Se por um lado, verificamos que a totalidade das famílias inclui nas suas despesas mensais por exemplo, os gastos mensais com a água, electricidade ou gás, por outro lado, constata-se também que existe uma considerável diversidade naquilo que as entrevistadas incluem como despesas mensais do orçamento do agregado familiar.

Quadro 40 - Despesas mensais do agregado familiar (valores médios)

Entrevistadas	Quais as despesas mensais	Montantes médios (€)
Maria	- empréstimo da casa - gás - electricidade - água - telefone - telemóvel	302,00
Joana	- empréstimo da casa - gás - electricidade - água - telefone - telemóvel - condomínio	290,00
Inês	- renda da casa - gás - electricidade - água - telefone - telemóvel - condomínio - prestação do jardim de infância - prestação do carro	285,00
Fátima	- prestação p\obras na habitação - gás - electricidade - água - telefone - alimentação - vestuário - outras despesas	530,00
Benilde	- renda da casa - gás - electricidade - água - telefone - outras despesas	117,50

Continua...

Continuação

Entrevistadas	Quais as despesas mensais	Montantes médios (€)
Francisca	- água - gás - electricidade - telefone - transportes - prestação do CATL	100,00
Carolina	- renda da casa - gás - electricidade - água - telefone - prestação do carro - jardim de infância - medicação - outras despesas	422,00
Delfina	- renda da casa - gás - electricidade - água - jardim de infância	175,00
Isabel	- renda da casa - gás - electricidade - água - jardim de infância	129,50
Rosa	-	-
Antónia	- água - gás - electricidade - telefone - transportes	250,00
Mariana	- água - gás - electricidade - telefone - medicação - educação	187,50

Assim, enquanto nalguns casos é contabilizada, por exemplo, a despesa com vestuário ou alimentação, noutros casos, estes custos não se encontram incluídos. O mesmo se passa relativamente aos transportes, aos pagamentos das participações do jardim-de-infância ou ATL, as despesas com medicamentos, educação, condomínio etc. Esta diversidade de factores não nos permite, como dissemos, estabelecer critérios comparativos.

Se, numa outra dimensão de análise, tentarmos comparar os rendimentos mensais auferidos com os gastos que as entrevistadas dizem efectuar verificamos que, existe efectivamente uma grande diversidade de situações, parece-nos mesmo perfeitamente lícito que, salvo raríssimas excepções as despesas mensais excederão em maior ou menor percentagem o valor dos rendimentos auferidos, havendo pelo menos um caso em que logo à primeira vista se verifica a situação que acabamos de explicar.

Por outro lado, ouvindo atentamente as entrevistas efectuadas, ficamos com um sentimento de que as mulheres entrevistadas teriam uma noção mais clara dos valores exactos no que respeita aos rendimentos auferidos no que se refere às despesas mensais efectuadas.

Pensamos, no entanto, que relativamente quer aos rendimentos mensais auferidos, quer às despesas médias mensais, é possível detectar bastantes imprecisões.

6.2.23 - Suficiência\insuficiência dos rendimentos familiares e satisfação das necessidades

O quadro seguinte apresenta um conjunto de informações que resultam do levantamento das necessidades do agregado familiar que são satisfeitas ou não pelos rendimentos auferidos.

Quadro 41 - Suficiência\insuficiência dos rendimentos familiares e satisfação de necessidades

Entrevistadas	Suficiente p\ quê	n\suficiente p\ quê
Maria	- alimentação - algum vestuário	- Para todo o vestuário necessário - brinquedos - jogos...
Joana	- alimentação	- Para o vestuário de todos os elementos do agregado familiar
Inês	- Despesas fixas - alimentação razoável - vestuário	- para comprar roupa mais cara para a criança
Fátima	- despesas básicas	- comprar todas as roupas que os filhos necessitam - musica; natação - actividades lúdicas
Benilde	- as necessidades básicas (casa; escola; saúde; -alimentação; vestuário)	-comprar brinquedos, jogos para crianças
Francisca	as necessidades básicas (despesas da casa; alimentação; vestuário indispensável)	- comprar outras coisas para os filhos - explicações para os filhos
Carolina	suficiente (despesas básicas)	-
Delfina	suficiente (despesas básicas)	Por vezes para uma alimentação mais adequada
Isabel	despesas básicas fixas	Por vezes alimentação e vestuário com mais qualidade
Rosa	medicação, vestuário alimentação	Renda da casa (só renda social)
Antónia	as despesas básicas (alimentação, saúde, habitação)	-
Mariana	as despesas básicas alimentação e algumas roupas	Uma melhor alimentação e aquisição de roupas

No quadro 41 fazemos uma análise quer de um ponto de vista quantitativo quer de um ponto de vista qualitativo em que procuramos saber se os rendimentos mensais auferidos pelo agregado familiar são ou não suficientes. A partir desta questão procuramos saber, efectivamente, que bens ou serviços, o rendimento familiar poderia ou não adquirir.

Pretendendo saber se os rendimentos serão ou não suficientes, verificamos que 6 das entrevistadas referem que os seus

rendimentos mensais não são suficientes. Em contraponto, igual número de entrevistadas referem que as suas receitas familiares são suficientes, mas apenas para as despesas básicas - não definindo contudo claramente o que consideram ser despesas básicas.

Procurando ainda saber com aproximada exactidão que bens ou serviços é possível adquirir, verificamos que, as entrevistadas se referem quase na sua totalidade à: alimentação, vestuário, habitação, entre outras despesas fixas e essenciais.

No sentido de complementar estas informações anteriormente recolhidas, quisemos saber que bens/serviços não era possível adquirir, verificamos assim que as mulheres entrevistadas referem, predominantemente, desejar uma alimentação de melhor qualidade, bem como o vestuário. Referem igualmente a impossibilidade de adquirirem mais bens para os seus filhos, tais como: brinquedos, jogos; referem também a impossibilidade de lhes proporcionarem actividades de apoio ao desenvolvimento escolar (as explicações), ainda a prática de actividades educativas e\ou lúdicas como sejam, a natação, a música entre outras. Temos, ainda, uma das mulheres que refere a questão da habitação, dizendo que apenas pode pagar uma renda social.

Desta análise, podemos inferir que uma grande parte destas mulheres manifesta uma considerável insatisfação com o seu nível de vida, daí o forte desejo em encontrar um emprego, como condição para que de algum modo consigam aumentar o seu orçamento familiar.

6.2.24 - Necessidades que gostaria de satisfazer e não consegue por insuficiência de rendimentos

Quando as entrevistadas são confrontados com a questão, sobre quais as necessidades que gostaria de satisfazer e não consegue por insuficiência de rendimentos, as respostas obtidas são

diversificadas donde ressalta a importância da aquisição de bens, como a habitação e o mobiliário, tendo sido verbalizado por 8 das mulheres entrevistadas. Assim, podemos verificar que 2 das mulheres, referem expressamente o desejo de adquirir mobiliário, 2 manifestam desejo de comprar uma casa, 2 referem o desejo de alugar uma casa com melhores condições e igualmente 2 referem o desejo de arranjar e/ou reconstruir a casa onde habitam. Podemos assim inferir que, destas 6 mulheres que manifestam o desejo de melhorar as suas condições de habitabilidade quererão igualmente proceder à aquisição de mobiliário.

Encontramos depois um conjunto de outras respostas em que, por exemplo, 1 das mulheres refere o desejo de efectuar poupanças para fazer férias, 1 outra ressalta a importância de um pecúlio para fazer face a eventuais poupanças para a saúde e 1 outra ainda manifesta a importância de poder dar oportunidades para um futuro melhor aos seus filhos, proporcionando-lhe já hoje, o acesso a uma melhor educação, onde se inclui, designadamente, por exemplo a aquisição de computador.

Assim, pela análise dos rendimentos auferidos por estas famílias e em função das respostas que obtivemos e que se encontram expressas nos quadros 41 e 42, podemos inferir que, de um modo geral, estas famílias vão conseguindo, não sem dificuldades, satisfazer as necessidades básicas (alimentação, habitação, saúde e educação), sendo que algumas das necessidades e desejos referidos pelas entrevistadas poderão ser considerados bens e serviços não essenciais.

Quadro 42 - Necessidades que gostaria de satisfazer e não consegue por insuficiência de rendimentos

Entrevistadas	Necessidades que gostaria de satisfazer e não consegue por insuficiência de rendimentos
Maria	-
Joana	-Trocar de mobiliário; fazer poupanças para a saúde (essencialmente
Inês	-Alugar uma casa com melhores condições
Fátima	-Poupanças para gozar férias
Benilde	-Mobilar o quarto das crianças
Francisca	-
Carolina	-Comprar uma casa
Delfina	-Proporcionar aos filhos um futuro melhor; comprar mobiliário para a habitação; satisfazer as necessidades dos filhos (comprar mais roupa, computador etc...
Isabel	-Comprar uma casa
Rosa	-Alugar uma casa e conseguir ter rendimentos para a manter
Antónia	-Reconstrução da casa. A casa é antiga c\ necessidades de arranjos e alterações. Não tem rendimentos para tal
Mariana	-Compor e arranjar a casa, comprar uma mobília melhor

No que se refere às necessidades que gostaria de satisfazer e não conseguem por insuficiência de rendimentos, e tentando tipificar, constatamos que em face das repostas que obtivemos, as necessidades que as entrevistadas não conseguem satisfazer são sobretudo a: aquisição de habitação, de mobiliário, a poupança para férias e para a saúde e a aquisição de, por exemplo, o computador.

6.2.25 - Motivações para procurar emprego

Procurando também saber das principais motivações das entrevistadas para a procura de emprego, estas apresentam essencialmente razões económicas.

Efectivamente, as 12 mulheres entrevistadas referem expressamente e com convicção que a razão fundamental pela qual estão a trabalhar (no caso das mulheres empregadas), ou à procura de emprego (no caso das mulheres desempregadas), é fundamentalmente por razões económicas.

Também por outro lado, todas as mulheres entrevistadas referem que é para se sentirem melhor, mais úteis, com melhor disposição, mais saúde, e assim estarem a contribuir para que o agregado familiar possa ter uma vida melhor, o que também têm implicitamente a ideia da realização pessoal.

6.2.26 - Nível de satisfação em relação trabalho e as tarefas desenvolvidas

O quadro 43 sintetiza a informação recolhida nas entrevistas, em que se procura saber do grau de satisfação das mulheres com as actividades laborais que desenvolvem.

Quadro 43 - Nível de satisfação em relação ao trabalho e às tarefas desenvolvidas

Entrevistadas	Gosta do que faz	O que gosta mais	O que gosta menos
Maria	sim	-	-
Joana	sim	Do convívio com as pessoas	Não ter tempo para cuidar do filho
Delfina	sim	-	-
Antónia	sim	Do convívio com as pessoas	-
Mariana	sim	Do convívio com as pessoas	-

Das 5 mulheres que se encontram a trabalhar, todas referem que gostam do que fazem. Curiosamente, quando se pergunta daquilo que mais apreciam na sua actividade profissional, 3 referem que aquilo de que gostam mais é efectivamente o convívio com as pessoas, sendo que 2 mulheres não respondem a esta questão. Quando se pergunta do que gosta menos no seu trabalho, há apenas uma das entrevistadas que responde que é o facto de não ter tempo para cuidar do filho. De qualquer modo e embora todas as entrevistadas refiram que gostam do que fazem, não nos parece de modo geral, que o seu discurso seja muito coerente e convincente, particularmente quando procuramos saber quais as tarefas que mais gostam e que menos gostam de fazer.

6.2.27 - Predisposição para o trabalho

Relativamente à questão se preferia não ter de trabalhar, verificamos que das 12 mulheres entrevistadas, 11 manifestam predisposição para o trabalho. No entanto, e como se verifica pelo quadro 44, 7 das entrevistadas manifestam de forma afirmativa e convincente uma vontade expressa de trabalhar, enquanto que 4 mulheres apesar de responderem afirmativamente a esta questão denota-se contudo, uma certa indiferença quanto à disponibilidade para o trabalho. Temos, ainda, 1 das mulheres que responde que preferia não ter que trabalhar, apresentando como motivos o facto de ter de cuidar da mãe, já idosa, bem como do seu filho em idade escolar.

Quadro N° 44 - Predisposição para o trabalho

Predisposição para o trabalho	N°
Manifestam vontade de trabalhar de forma afirmativa e convincente	7
Manifestam vontade de trabalhar de forma afirmativa mas não muito convincente	4
Preferia não ter de trabalhar	1

6.2.27 - O que seria a situação ideal em termos de trabalho

O quadro 45 reflecte a opinião das entrevistadas sobre qual seria a situação ideal em termos de trabalho.

Quadro 45 - Situação ideal em termos de trabalho

O que seria a situação ideal em termos de trabalho	N
Trabalhar c\crianças ou num jardim-de-infância	8
Trabalhar c\idosos num lar ou centro de acolhimento	2
Trabalhar como motorista	1

Das 12 mulheres entrevistadas, 8 referem que a situação ideal em termos de emprego seria trabalhar com crianças num jardim-de-infância; por sua vez, outras 2, mulheres referem que gostariam de trabalhar com idosos, num lar, centro de dia e/ou centro de convívio, e por último, temos ainda 1 mulher que refere que o seu desejo era ser motorista.

A preferência por o tipo de profissões referidas pelas entrevistadas parece-nos dever-se ao facto de estas terem frequentado as seguintes acções frequentadas: "Auxiliar de Acção Educativa e de Apoio Familiar à Comunidade". Já no caso da entrevistada que refere que a situação ideal em termos profissionais seria ser motorista, deve-se fundamentalmente ao facto de no seu actual emprego, ser essa uma das funções que lhe estão atribuídas.

6.2.28 - Emprego e mudanças na vida associadas ao trabalho

Neste ponto analisamos as respostas referentes à questão, o que mudou na sua vida desde que trabalha. Assim, procurando aprofundar o que mudou para melhor e o que mudou para pior,

verificamos a existência de um leque mais ou menos diverso de respostas, sendo que, das 12 mulheres entrevistadas, 8 referem os aspectos positivos de estar a trabalhar e apenas 1 se refere aos aspectos negativos associados ao trabalho, sendo que 3 das entrevistadas não respondem a esta questão.

Importa explicar, no entanto, o seguinte: das 8 mulheres que responderam a esta questão, apenas 5 se encontravam efectivamente a trabalhar; as restantes consideram que o facto de terem estado inseridas numa instituição, no âmbito do estágio integrado - formação em contexto real de trabalho - uma situação de emprego.

Contudo, apesar de termos apresentado esta questão de uma forma compartimentada, importa que a leitura da informação constante nos quadros seja entendida na sua globalidade, pois os motivos manifestados pelas entrevistadas para justificarem os motivos pelos quais o trabalho alterou quer positiva quer negativamente as suas vidas, acabam por interrelacionar-se.

Importa sobretudo reter os aspectos positivos e as diferentes razões pelas quais estas mulheres consideram importante o facto de estarem a trabalhar e o papel relativamente significativo atribuído ao trabalho.

6.2.28.1 - Aspectos e mudanças positivas associados ao emprego

No quadro 46 apresentamos estruturadamente quais os aspectos positivos relativos ao emprego, referenciados pelas entrevistadas e devido aos quais foram introduzidas mudanças positivas na sua vida

Quadro 46 - Aspectos positivos relativos ao emprego referenciados pelas entrevistadas

Aspectos positivos	N
<i>1º Plano:</i> Realização pessoal (alegria, satisfação, melhor disposição, sensação de ser útil)	2
<i>2º Plano:</i> Melhoria dos rendimentos familiares (contribuição para uma vida melhor)	
Melhoria dos rendimentos familiares para proceder a arranjos na habitação	3
O trabalho como um factor terapêutico (uma maior ocupação ajuda a relativizar os problemas do quotidiano)	1
Importante para aumentar os seus conhecimentos e a sua cultura. (estas mulheres têm mais consciência que o trabalho que desenvolvem é apenas num contexto de formação)	2

6.2.28.2 - Aspectos e mudanças negativas associados ao emprego

No quadro 47, apresentamos alguns dos principais motivos pelos quais 1 das mulheres considera como negativo o facto de estar empregada. O trabalho no exterior provocou alterações significativas na rotina e organização diária da sua vida familiar, tendo havido a necessidade de recorrer a apoio familiar e também de arranjar estratégias de conciliação, por vezes, muitas difíceis de gerir.

Quadro 47 - Aspectos negativos relativos ao emprego referenciados pelas entrevistadas

Aspectos negativos	N
-Menor disponibilidade para o trabalho doméstico -Dificuldade na conciliação, trabalho-vida familiar - -Necessidade de recorrer ao apoio familiar -Relativa culpabilização devido ao facto de considerar estar a sobrecarregar a mãe, idosa, com as tarefas do lar	1

6.2.28.3 - O que mudou na sua vida desde que não trabalha

Na sequência da questão anterior, quando perguntamos às entrevistadas, em que aspectos as suas vidas se alteraram desde que não trabalham, das 12 mulheres entrevistadas 5 referiram que o facto de não estarem a trabalhar teve implicações negativas ou mesmo muito negativas nas suas vidas. Ao analisar caso a caso verificamos as seguinte razões e que se encontram enunciadas no quadro 48.

Quadro 48 - Motivos apresentados pelas entrevistadas associados ao facto de não estarem a trabalhar

Aspectos negativos	N.º
-Solidão -Falta de contacto e de convívio com colegas e amigos -Ausência de proximidade com as crianças*	1
-Maior instabilidade psicológica -Cansaço físico	1
-Depressão	1
Maior dependência: -Económica e financeira -Afectiva	1
-Pânico devido ao facto de não poder garantir a satisfação das necessidades básicas dos filhos	1

* estágio realizado em IPSS nas valências da Área da Infância e Juventude

Do que atrás dissemos e generalizando, ressalta a extrema importância de que o trabalho se reveste para todos e cada um de nós, o que se enquadra na linha do que expusemos na I parte do nosso trabalho.

Quando em situação de desemprego, ou por qualquer motivo as pessoas não se encontram a exercer uma actividade remunerada, como é o caso de 7 das mulheres entrevistadas, há uma forte instabilidade emocional da qual nos pudemos aperceber aquando da realização das entrevistas, e que traduz esta situação.

Referimos, como exemplo, o que foi expresso por duas das entrevistadas: "Eu quando estava a trabalhar a minha vida era muito melhor em todos os aspectos, por um lado vivia muito mais desafogada com o dinheiro, não precisava de estar a pedir dinheiro ao meu homem para tudo, até para o pão, e também sinto-me mais cansada, mais só. Lá convivia com as colegas, distraía-me agora até estou a tomar remédios"; outra refere ainda "Do que mais sinto falta é das crianças, até o barulho que faziam não me incomodava. Também sinto falta do convívio com as colegas, agora que estou mais tempo em casa sinto-me mais só e triste, parece que nunca estou bem, faz-me muita falta o trabalho".

6.2.30 - Expectativas face ao futuro

Relativamente à questão - o que desejaria que acontecesse, pode ser observado no quadro que se segue as expectativas das entrevistadas face ao seu futuro e da sua família.

Quadro 49 - Expectativas face ao futuro

O que desejava que acontecesse	Nº
Ter um emprego	7
Algo que lhe permitisse ter mais dinheiro (encontrar um emprego)	2
Comprar um apartamento e ter uma situação profissional mais estável	1
Conseguir compor a casa e ter um emprego	1
Ter uma situação mais estável no emprego	1

Das 12 entrevistadas, 7 dizem expressamente que o que gostariam realmente que acontecesse nas suas vidas, era conseguirem encontrar um emprego. Verificamos que, 2 referem que gostariam de obter mais dinheiro para "compor" o orçamento do seu agregado familiar donde se infere o desejo, de alguma forma, de conseguir arranjar um emprego com melhores condições remuneratórias. Temos ainda, igualmente, 2 mulheres que referem o desejo de ter uma situação profissional mais estável de modo a ter condições para a aquisição de casa, num dos casos, ou então para conseguir ter melhores condições de habitacionais.

Ao centrarmo-nos nas perspectivas/expectativas das entrevistadas, no caso das mulheres desempregadas, o seu grande sonho é efectivamente o de conseguir emprego. Por outro lado, se nos centrarmos no caso das mulheres que se encontram a trabalhar verificamos que, a estabilidade profissional e a melhoria das condições de remuneração e de trabalho são efectivamente as questões que estas mulheres querem ver substancialmente melhoradas.

Assim, as razões que se prendem com o trabalho/emprego ocupam compreensivelmente um lugar central na vida destas mulheres, tal como acontece com todos e cada um de nós.

6.2.31 - Desemprego e relação com instituições de guarda de crianças

No que se refere à questão colocada: "Caso tenha ficado desempregada manteve ou não o seu filho na instituição e quais as razões que a(s) levou/levaram a tomar essa opção, obtemos apenas a resposta de 2 mulheres entrevistadas":

- Uma delas, retirou os filhos da instituição, invocando como motivo(s) para a sua decisão, a impossibilidade a nível económico para o pagamento mensal da participação, e também pelo facto de manter a criança em casa se sentir menos só, contrariando de alguma forma os efeitos que a solidão lhe provoca, donde se destacam as fragilidades/vulnerabilidades das pessoas, nas quais, a falta de trabalho pode provocar sentimentos e sintomas depressivos.

- Por outro lado, outra entrevistada referiu que preferiu manter a criança na instituição, porque considera ser muito benéfico para o seu filho, "lá aprende e evolui", e também porque assim fica mais liberta e disponível para mais facilmente procurar e manter um eventual emprego.

6.2.32 - A procura de novo emprego

Das 7 mulheres que se encontram na situação de desempregadas todas elas referiram que se encontram na situação de procura de emprego. Contudo, apenas 3 manifestaram que as razões pelas quais se encontram à procura de emprego prende-se, essencialmente, com o contributo para ajudar a elevar os rendimentos familiares, de modo a conseguir satisfazer melhor as necessidades das suas respectivas famílias, bem como, também, para se sentirem mais satisfeitas e realizadas.

6.2.32.1 - Onde procurou

Quando se questionam as entrevistadas sobre quais as diligências efectuadas para encontrar emprego, verificamos que das 7 mulheres que se encontram na situação de desempregadas, e que referem que estão à procura de emprego, 5 destas mulheres dizem que têm procurado em instituições públicas e privadas, principalmente, em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), do concelho, e num ou noutro caso, em concelhos limítrofes. Referem, também, que têm procurado em escolas situadas no concelho, bem como em diversas lojas comerciais, supermercados e hipermercados situados, não só, no concelho de Santa Marta de Penaguião, mas também nos concelhos de Peso da Régua e Vila Real, não obstante a procura incessante, as tentativas têm-se mostrado infrutíferas.

6.2.33 - Principais expectativas, motivações e perspectivas pessoais, profissionais e sociais organizadas por cada uma das entrevistadas.

Ao finalizar a entrevista, lançamos um desafio a cada uma das entrevistadas, para que em tom de conversa informal verbalizassem e nos falassem sobre quais eram as suas expectativas actuais e futuras, quais os seus sonhos, aspirações e que concretizações ansiavam realizar a curto/médio prazo, comentando igualmente o que achavam não só sobre a sua situação actual mas também sobre a realidade e o universo feminino de um modo geral, particularmente no concelho de Santa Marta de Penaguião.

Dessa conversa extraímos as reflexões que nos parecem mais importantes e significativas, as quais procuramos apresentar de forma estruturada nos quadros seguintes.

Quadro N° 50 - Principais expectativas, motivações e perspectivas pessoais, profissionais e sociais segundo cada uma das entrevistadas

Entrevistadas	Observações
Maria	Gostava de dar continuidade à escola no futuro e arranjar um emprego compatível com a vida pessoal. Aguarda que os filhos entrem para o ciclo e assim já tenha mais tempo disponível Beneficiária do RMG posteriormente inserida em Formação Marido tem situação regularizada e estável, trabalha num café em Vila Real
Joana	O marido é motorista com contrato efectivo de trabalho. É o único elemento a contribuir com receitas para o agregado familiar.
Inês	A entrevistada referiu que "não há nada melhor do que ter um emprego e poder conciliar a vida profissional com a vida familiar e ter colaboração do marido nas actividades domésticas". Salienta-se a importância da actividade profissional estável para o equilíbrio dos aspectos afectivos e emocionais.
Fátima	Considera que era importante para as mulheres que não se deixassem acomodar e mudassem a sua atitude de dependência e apatia. Deixou de estudar para poder tomar conta dos irmãos e da casa. Actualmente o marido tem uma situação com uma certa estabilidade no emprego e exerce a actividade de pré-oficial na EDP. Trabalha fora da área da residência. Só está em casa ao fim de semana.
Benilde	Informação
Francisca	Considera muito importante que as mulheres sejam mais independentes e a independência das mulheres está fortemente ligada com a independência económica
Carolina	Considera muito importante que haja mais emprego para as mulheres mais instituições com mais pessoal
Delfina	Considera muito importante dar mais valor às mulheres e haver mais oportunidade de emprego
Isabel	Considera muito importante haver uma maior igualdade entre os homens e mulheres particularmente no que se refere ao emprego. E que haja uma outra visão das mulheres.
Rosa	Necessidade de haver mais emprego para as mulheres. Não gostava de andar na escola porque a gozavam. Viveu maritalmente durante 6 anos. 1 ano esteve separada devido a maus tratos e agora voltou a separar-se. A entrevistada vive agora em casa com os pais e referiu voltar a viver com o pai do seu filho.
Antónia	Gostava que houvesse mais emprego para as mulheres mais industria mais comércio. Gostava que as mulheres tivessem mais independência. Não há colaboração por parte do marido. Se o estado português desse um ordenado para ficarem em casa esta seria a situação ideal pois assim poderiam cuidar dos filhos, dos idosos e da vida doméstica.
Mariana	-

6.2.33.1 - Síntese das principais expectativas, motivações pessoais, profissionais e sociais das entrevistadas

O quadro que se segue apresenta a síntese global do conteúdo expresso pelas entrevistadas, enquadrado segundo os aspectos que consideramos importantes classificar como factos expectativas, desejos e opiniões.

Quadro Nº 51 - Quadro síntese dos principais factos, expectativas, desejos, opiniões e motivações das entrevistadas

Realidades, expectativas e motivações das entrevistadas	Conteúdo
Factos	<ul style="list-style-type: none"> - O casamento como subsistema de organização familiar; - O homem como garante e suporte financeiro do agregado familiar - A maior dificuldade no acesso ao emprego por parte das mulheres; - Maior instabilidade associada ao emprego feminino; - A mulher como responsável pela organização e gestão familiar (cuidar da casa e educação dos filhos) - A importância da necessidade da actividade profissional; - Não há colaboração por parte do marido no que se refere à vida familiar.
Expectativas	<ul style="list-style-type: none"> - O prosseguimento de estudos para obtenção de um nível de escolaridade superior ao que detêm neste momento (escolaridade obrigatória); - Obtenção de emprego e estabilidade profissional; - Recomposição familiar; - Estabilidade económica, harmonização e consolidação dos laços familiares; - Conciliação da vida profissional e vida familiar;
Desejos	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio e colaboração do marido nas actividades domésticas; - Que haja uma maior igualdade de oportunidades no emprego entre homens e mulheres; - Que haja uma outra visão das mulheres.
Opiniões	<ul style="list-style-type: none"> - A importância de um maior dinamismo e mudança de atitudes face ao mundo actual; - Necessidade de uma menor dependência do marido quer em termos económico/financeiros, quer na tomada de decisões familiares; - Necessidade de mais emprego - Necessidade de uma maior dinamização do tecido económico do concelho, com vista à criação de emprego;

Conclusões

Em Portugal as políticas de formação e emprego, particularmente nos últimos anos e na vigência dos 3 Q.C.A - Quadros Comunitários de Apoio, Iº (1991-1993) IIº (1994-1999) e IIIº (2000-2006), sofreram profundas mudanças que vieram alterar significativamente a realidade do nosso país no que respeita aos domínios económico e social; havendo a partir de então uma grande preocupação em integrar de uma forma tão harmoniosa quanto possível estas duas realidades. Temos, no entanto, consciência de que só numa estreita relação entre o económico e o social se pode promover o desenvolvimento das sociedades, contrariando os efeitos perniciosos de uma desregrada economia de mercado.

Com o objectivo de aproximar o país do Modelo Social Europeu, procurando dar respostas às novas exigências da economia e dando especial atenção à emergência de fenómenos económico-sociais tais como: a globalização; a introdução de novos factores de competitividade da sociedade de informação; à necessidade de estimular a adaptabilidade e a flexibilidade das empresas; à modernização e organização do trabalho, de modo a fazer face aos problemas decorrentes do desemprego e da exclusão social; à semelhança do que ocorreu em alguns países da União Europeia foram introduzidas em Portugal no período de 1995-2000 um conjunto de políticas sociais activas que segundo alguns autores, de entre os quais Capucha (2002) designaram como "uma nova geração de políticas sociais".

No nosso trabalho procuramos conhecer em que medida e de que forma as transformações decorrentes da introdução de uma nova geração de políticas sociais tiveram e/ou têm influência, na inserção das mulheres no mundo do trabalho. Referimo-nos nomeadamente às alterações introduzidas no mercado de trabalho e nas políticas da família, assim como as que se referem à criação

de infra-estruturas de apoio social (à infância, juventude e 3ª idade) e ainda as acções desenvolvidas no âmbito da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, no aumento, por um lado, das qualificações académicas e profissionais, técnicas e comportamentais das mulheres, e por outro, na alteração das mentalidades, na forma de pensar e de perceber a nova realidade portuguesa.

Interessou-nos conhecer, igualmente, em que medida o trabalho das mulheres é importante, como meio de realização e de autonomização pessoal e financeira; e qual a sua importância e contribuição para a melhoria das condições de vida da família, constituindo-se nalgumas situações como forma de contrariar fenómenos de pobreza e de exclusão social.

Com vista a uma melhor compreensão das questões acima enunciadas, estruturamos para o nosso trabalho as seguintes hipóteses:

- De que forma e a que níveis os programas/medidas/acções formativas promotoras/facilitadoras da aquisição de mais habilitações escolares e profissionais contribuem para a inserção socioprofissional dos grupos mais desfavorecidos, com especial enfoque nas mulheres;

- As alterações introduzidas nas políticas da família em Portugal, bem como nas acções desenvolvidas no âmbito da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, têm-se revelado decisivas para o aumento da partilha das tarefas domésticas entre os homens e mulheres;

- A criação/implementação de infra-estruturas de apoio para crianças, jovens e idosos na proximidade (concelho e freguesias) está directamente relacionado com o aumento das taxas de empregabilidade das mulheres.

Considerando que o Distrito de Vila Real é a zona geográfica envolvente da nossa residência e local de trabalho, interessou-nos

particularmente verificar na prática de que modo se materializaram ou não, os programas a que acima aludimos.

Acresce ainda como razões que nos levaram a trabalhar neste Distrito, o facto de não existirem estudos que versem sobre esta temática, nem, de um modo geral, sobre as realidades de âmbito social.

Assim e com vista à verificação das hipóteses acima formuladas realizamos um estudo experimental tendo como objecto um universo composto por 12 mulheres (10 residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião, 1 residente no concelho de Peso da Régua e 1 residente no concelho de Mesão Frio) com filhos (cujas idades se situavam entre os 0-10 anos de idade), possuindo baixas habilitações escolares e qualificações profissionais específicas praticamente inexistentes.

Procuramos saber se as políticas acima referidas, constituíram para estas mulheres uma oportunidade de obtenção de maiores habilitações escolares e qualificações profissionais, pela frequência de acções formativas. Procurando, ainda, averiguar da sua condição social, económica e vivências do quotidiano, e determinar quantas mulheres, após a frequência de formação profissional, conseguiram a sua inserção profissional, em contraponto com as mulheres que, após realizada a formação, mantiveram a sua situação de desemprego, isto é, obtiveram ou não sucesso (do ponto de vista da inserção profissional).

O presente trabalho assentou na metodologia qualitativa, tendo sido eleita como principal técnica de recolha de informação a entrevista, segundo o modelo de entrevista semi-estruturada. Partimos, também, de um conjunto de questões formuladas e da análise de conteúdo das respostas obtidas, recorreremos igualmente a outras fontes de informação, tais como a análise documental, a pesquisa bibliográfica, os contactos informais com agentes locais e a observação/conhecimento empírico que decorre da nossa experiência profissional.

O estudo e cruzamento da informação recolhida permitiu-nos chegar a um conjunto de resultados que seguidamente passamos a apresentar, procurando verificar para todas e cada uma das hipóteses se os mesmos nos permitem corroborar ou não as hipóteses formuladas.

Relativamente à primeira hipótese e tendo em conta as condições de realização do nosso estudo, os resultados obtidos permitem concluir que as acções formativas frequentadas por estas mulheres, sobretudo as acções que contemplam a formação em contexto de trabalho (estágio profissional) pela aquisição de conhecimentos, competências e desenvolvimento de aptidões práticas que proporcionam, contribuíram de uma forma decisiva para a sua inserção profissional. Podemos considerar ainda que estas acções se têm vindo a revelar, de um modo geral, como importantes para a aquisição de um maior nível de escolaridade e para o elevar dos conhecimentos e competências pessoais, sociais e profissionais, tornando-se elementos potenciadores para uma mais fácil integração na comunidade e no contexto laboral.

No que se refere à segunda hipótese, os resultados do nosso estudo e do que resulta do conhecimento que nos foi transmitido pela Coordenadora dos projectos de Formação Profissional e Desenvolvimento Social da A2000 - Associação de Apoio ao Desenvolvimento e também do nosso próprio conhecimento, ainda que empírico, apontam para que, considerando o universo das entrevistadas (em reduzido número), o seu perfil, características, vivências e contexto específico sócio geográfico, esta seja uma hipótese não facilmente verificável. Podemos, no entanto, perceber da reduzida ou inexistente observância numa situação mais igualitária entre homens e mulheres e da ausência de projectos nas instituições que colaboraram neste estudo como acções no âmbito da conciliação entre a vida familiar (financiadas por exemplo, no âmbito do Programa Comunitário Equal (...)).

Também, não podemos com propriedade fazer qualquer afirmação que aponte no sentido de que as políticas da família e da conciliação entre a vida familiar e vida profissional contribuam ou não para elevar as taxas de emprego destas mulheres, devido tratar-se de mulheres com baixa escolaridade, qualificações técnicas quase inexistentes e com um nível de conhecimentos muito reduzido.

Por outro lado, habitam numa zona de fortes marcas de ruralidade e interioridade, em que a ideia da supremacia do masculino é socialmente aceite e culturalmente é assumida como tendo o papel central "o chefe de família", esta figura é também percebida e acolhida por estas mulheres, que acabam por se remeter a uma situação mais ou menos consentida de subalternidade.

Foi possível, ainda, aperceber-nos aquando da realização das entrevistas, mesmo não sendo verbalizado de forma explícita que no que concerne, quer às mulheres empregadas, quer desempregadas, não se verifica a partilha das tarefas domésticas decorrentes do desenvolvimento da dinâmica da vida familiar, cabendo implicitamente à mulher a responsabilidade da educação, da organização e gestão da casa, bem como a realização das tarefas domésticas.

No caso das mulheres empregadas percebemos que são também elas que têm o encargo de procurar as alternativas para a colocação dos seus filhos, quer se trate de apoios a nível institucional, quer de inter-ajuda familiar.

Passando á última hipótese, iremos verificar se os resultados do nosso estudo apontam ou não para a existência de uma relação directa entre a existência de equipamentos com serviços de apoio às crianças e jovens e a inserção das mulheres entrevistadas no mercado de trabalho.

Julgamos poder efectivamente dizer que, a existência destes equipamentos tem uma relação directa com o aumento das taxa de empregabilidade, porquanto, todas as mulheres que estão empregadas

e que têm filhos em idade até 10 anos foram obrigadas a recorrer a instituições de apoio e guarda de crianças.

Em síntese, os resultados do nosso trabalho permitem-nos concluir que as políticas sociais activas introduzidas no nosso país, constituíram-se como um instrumento de apoio aos grupos socialmente desfavorecidos e concretamente ao nosso público alvo (as 12 mulheres entrevistadas), contribuindo decisivamente para o aumento das suas habilitações escolares e profissionais, permitindo-lhes encarar a vida com "um novo olhar", sob novas perspectivas, reacendendo também expectativas e, finalmente, imaginar e projectar a realização de sonhos.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (sob a direcção de), *A História da Vida Privada*, vol. 5, Porto, Edições Afrontamento, 1991

BARRÈRE-MAURISSON, M.A. *La division familiale du travail*. Paris: PUF, 1992;

BARRÈRE-MAURISSON, M.A. *La division familiale du travail*. Paris: PUF, 1992;

CARREIRA, Henrique Medina, *As Políticas Sociais em Portugal*, in BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1860-1995*, Lisboa, ICS/ISCTE/ U.L, 2000, pp. 365-473;

CASACA; Sara Falcão, *E... quando o local de trabalho (remunerado) e o espaço doméstico se entrecruzam. Como vivem mulheres e homens a experiência do teletrabalho?* Secção de Sociologia, ISEG-UTL, s.d;

CASTELLS, Manuel, *La era de la información*, vol. 1, Madrid, Alianza Ed. 1997;

DEEP/MTS, "Portugal 1995-2000", in *Perspectivas da Evolução Social*, Oeiras, Edições Celta, 2002;

DEPP/MSST *Planos Nacionais para o Emprego (PNE) 1999/200/2001 e 2002*;

FODDY, Willian, *Como Perguntar- Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, celta, 2002;

PERROT, Michelle, GENEVIÉVE, Fraise e (sob a direcção de), *História das Mulheres no Ocidente, O Século XIX*, volume nº 4, Porto, Edições Afrontamento, s.d;

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Gulbenkian, 2ª edição;

GUERREIRO, Maria das Dores, *Conciliação da Vida Profissional e Vida Familiar*, in Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, CCFSE, 2000;

GUERREIRO, Maria das Dores, *Emprego, Família e Actividades Comunitárias: uma relação mais equilibrada para mulheres e homens*, Lisboa, Síntese, CIES, Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho, 2000. -Consulta no site: www.eurofound.ie/publications/fills/EF00112PT.pdf;

GUERREIRO, Maria das Dores, *Emprego em Serviços Familiares* in Revista Sociedade e Trabalho nº 12/13, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2000;

GUERREIRO e PERISTA, *Família e Trabalho* in Inquérito à Ocupação do Tempo, INE, 1999;

HESPANHA, Pedro, *et al, Entre o Estado e o Mercado (As fragilidades das Instituições de protecção social em Portugal)*, Coimbra, Colecção Labirintos nº 2, Quarteto Editora, 2000;

KOVÁCS, Ilona. *As Metamorfoses do Emprego - Ilusões e problemas da sociedade de informação*, Oeiras, Celta Editora, 2002;

MOZZICAFREDDO, Juan, *O Estado - Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Edições Celta, 2ª edição, 2002;

PORTUGAL, Sílvia, *Retórica e acção governativa na área das políticas da família desde 1974*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais - Sociedade, Cultura e Política no Fim do Século*, nº 56, Fev. 2000, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais;

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação Social em Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Gradiva (Colecção Trajectos nº17), 1998;

REBELO, Glória, *Trabalho e Igualdade (Mulheres, Teletrabalho, e Trabalho a Tempo Parcial)*, Celta Editora, Oeiras, 2002;

SEGALEN, Martine, *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar, 1999;

SILVA, Augusto Santos, Pinto, José Madureira (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, edição nº 270, 1986;

SINGLY, Françoise de (Dir.), *La Famille. L'État de Savoirs*, Paris: Ed. La Decouverte, 1992;

Sullerot, Evelyne *A Família - Da Crise à Necessidade-*, colecção Epistemologia e Sociedade sob a direcção de António Oliveira Cruz, 1999;

TORRES, Anália Cardoso e SILVA, Francisco *Da guarda de crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres*, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 1998, (28), pp. 9-65;

WALL, Karin, *Famílias no Portugal Contemporâneo* (Relatório de Pesquisa), CIES/ISCTE Lisboa, 2000.

Grande Enciclopédia do Conhecimento "Circulo de Leitores" ed. Jornal de Noticias Vol 15 s.d.

Curriculum Vitae

IRENE MARIA FERREIRA DA FONSECA

FORMAÇÃO ACADÉMICA

- ❖ Ingresso no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, no ano de 1985/86.
- ❖ No ano lectivo de 1988/89 concluí a licenciatura em Serviço Social.
- ❖ O estágio final foi realizado na área da Educação. Integrada na equipa pluridisciplinar de Promoção do Sucesso Educativo - PIPSE-, orientado pela coordenadora da equipa distrital do Porto.
- ❖ O relatório final contém duas partes essenciais:
 - A primeira, refere-se a um trabalho de Investigação/Pesquisa, sobre as causas do Insucesso Escolar.
 - A Segunda parte contém um plano de intervenção e algumas acções desenvolvidas, em que o objectivo geral é a ligação Escola - Família - Comunidade, obtendo a classificação final de 17 (dezassete) valores.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Em Novembro de 1989 iniciei a minha actividade profissional no Centro Regional de Segurança Social de Viana do Castelo, integrada no Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE), na equipa pluridisciplinar de Ponte da Barca:
 - Nesta comunidade desenvolvi um trabalho de reconhecimento e pesquisa sobre as características e recursos do concelho. Posteriormente foi elaborado um plano de acção integrado, para execução, nesta área e atendimento directo à população.

- Em Abril de 1991, ingressei na Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral- APPC - Núcleo Regional de Braga:
 - Nesta área, da deficiência, realizei um trabalho com a pessoa portadora de deficiência e suas famílias, instituições públicas e privadas e outros serviços existentes na comunidade, com o objectivo da sua integração e reabilitação.

Este trabalho foi, fundamentalmente em equipa, com técnicos da área da saúde, médicos (fisiatras, pediatras, neurologistas...), terapeutas (da fala, ocupacional e fisioterapia), enfermeiros, psicólogos, professores e educadores, assistentes sociais e outros.

- Em Março de 1993 iniciei a minha actividade profissional na Santa Casa da Misericórdia de Sintra:
 - Nesta instituição, estive integrada em projectos de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social, e desenvolvi um trabalho, fundamentalmente na área do Serviço Social de Comunidade, na freguesia do Algueirão Mem- Martins e posteriormente tive uma intervenção ao nível do concelho; Realizei, um trabalho de âmbito integrado, com Serviços públicos e privados, existentes nesta comunidade (escolas do ensino básico e secundárias, centro de saúde, junta de freguesia, IPSS, entre outros...); Participação em projectos de Formação Profissional, no âmbito dos Programas Operacionais- PO (s)-, aprovados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional- Centro de Emprego da Amadora, nomeadamente:
 - Programa Operacional 3 " Pré-aprendizagem de Jovens Ensino em Alternância";

- 7 Cursos nas áreas da Floricultura, Carpintaria, Panificação, Costura e Cerâmica.

■ Programa Operacional 8 "Formação Profissional de Mulheres Desempregadas de Longa Duração";

- 4 Acções de Formação na área Prestação de Serviços Domésticos

■ Programa Operacional 13 "Formação Profissional de Jovens);

- 2 Acções de Formação na área do apoio à infância "Babby Sitter"

Exerci a função de formadora onde ministrei os seguintes módulos:

- " O Papel Económico, Social e Cultural da Mulher";

- " A Mulher e os Sistemas de Protecção Social".

Efectuei o acompanhamento e avaliação na formação em contexto de trabalho/estágio profissional, desenvolvido pelas formandas em diversas empresas e Instituições Particulares de Solidariedade Social; Iniciei o processo de implementação do Núcleo da Rede Europeia Anti Pobreza, no Concelho de Sintra.

➤ Desde Julho de 1995 iniciei um trabalho, em regime de prestação de serviços, para os projectos de Luta Contra a Pobreza designados "Serra da Padrela" e "Douro D'oiro", tendo como entidade promotora o Centro Regional Segurança Social do Norte Serviço Sub- Regional de Vila Real e como suporte jurídico a Secretariado Distrital da União das instituições Particulares de Solidariedade Social:

- Este trabalho prendeu-se com a elaboração de estudos de Caracterização Económica e Social das freguesias de Barqueiros e Oliveira, do concelho de Mesão Frio e das freguesias de Fontelas, Moura Morta e Loureiro do Concelho do Peso da Régua, Alfarela de Jales e Vreia de Jales do Concelho de Vila Pouca de Aguiar e Vilarandelo do Concelho de Valpaços. Estes serviram de apoio à elaboração de quatro candidaturas ao II Quadro Comunitário de Apoio,

nomeadamente: Medida 5 "Construção, Adaptação de Infra-estruturas" do Sub- Programa Integrar.

Nesta data até Fevereiro de 1996, fiz a apresentação de seis candidaturas ao Sub-Programa Integrar:

Apresentação dos seguintes projectos:

- Uma candidatura à Medida 1 " Apoio ao desenvolvimento Social", em 1995, projecto designado "Promoção do Bem-estar e Desenvolvimento Comunitário", teve como entidade promotora o Centro Social Paroquial Pe. António Augusto Machado, e foi aprovada a partir de Março de 1996.

- Cinco candidaturas à Medida 5 " Construção e Adaptação de Infra-estruturas e equipamentos de Apoio - projectos de Integração Sócio - Económica de grupos socialmente desfavorecidas". Todas estas candidaturas foram aprovadas pela Estrutura de Apoio Técnica do Sub - Programa e Unidade de Gestão.

A entidade promotora destas candidaturas foi o Centro Regional de Segurança Social do Norte- Serviço Sub-Regional de Vila Real, as entidades executoras são, a Associação de Crianças, Jovens e Idosos de Barqueiros, Associação Beneficente de St^a Maria de Sedielos, Casa do Povo de Fontelas, Casa do Povo de Vilarandelo e a Associação do Planalto de Jales.

- De Março a Novembro de 1996, celebrei contrato de trabalho com o Centro Social Paroquial Pe. António Augusto Machado, localizado na freguesia de Vila Marim, concelho de Mesão Frio, distrito de Vila Real, no âmbito do projecto apresentado e aprovado à Medida 1, "Apoio ao Desenvolvimento Social". Exerci o cargo Chefe de Projecto/Coordenadora (coordenação e gestão das acções provadas): As acções desenvolvidas foram: o Estabelecimento de Parcerias/Protocolos/Acordos com Instituições públicas e privadas;

Acções recreativas/culturais e educativas; Acções de sensibilização/informação de educação para a saúde; Acções de formação para mulheres na área da 3ª idade e Jovens na área da Infância e Juventude, entre outras.

- Cumulativamente exerci as funções de Técnica Superior de Serviço Social: realizei acções para arranque de diversas valências, a implementação do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Creche, Centro de Acolhimento Temporário, diversificação das actividades desenvolvidas no Centro de Actividades do Tempos Livres.

➤ Durante o mesmo período e em regime de prestação de serviços, desenvolvi um trabalho na Cooperativa de educação Especial- Centro de Formação Profissional- no âmbito da Medida 3 "Integração Profissional da Pessoa com Deficiência", do Sub - Programa Integrar:

-Este trabalho foi realizado junto de jovens portadores de multideficiências, suas famílias, com Instituições públicas e privadas, empresas e comunidade em geral, com o objectivo final de capacitar os referidos jovens para a integração social e profissional.

➤ Desde 2 Dezembro de 1996 a 04 de Novembro de 1999, exerci funções no Centro Regional de Segurança Social do Norte, Serviço Sub - Regional de Vila Real, com o cargo de Delegada Distrital do Programa Intervenção Operacional Integrar - II Quadro Comunitário de Apoio -. Designadamente com as seguintes funções:

- Divulgação do Sub- Programa e das suas cinco Medidas;

- Apoio das entidades na elaboração das candidaturas;

- Recepção das candidaturas apresentadas;

- Realização da análise formal, técnica social e financeira;

- Acompanhamento dos projectos aprovados e a articulação permanente e contínua com a interlocutora e Chefe do Departamento da Acção Social e Técnicos, Núcleo das Instalações e Equipamentos, da Área Financeira, Planeamento e Outros, Serviço Sub - Regional/ Centro

Regional de Segurança Social do Norte/Estrutura de Apoio Técnico, ainda nesta ligação é de salientar todo o trabalho realizado em colaboração com as Comissões Locais de Acompanhamento (C.L.A) do RMG- Rendimento Mínimo Garantido , no âmbito da Medida 2 "Integração Económica, Social e Profissional dos Desempregados de Longa Duração" e apoio aos planos de inserção dos beneficiários no âmbito do Programa Nacional do Rendimento Mínimo Garantido.

- Paralelamente, exerci desde esta mesma data, funções no projecto anteriormente referido "Serra da Padrela", no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, onde exerci o cargo de Chefe de Projecto com as seguintes funções:
 - Coordenação de uma equipa, constituída por três Técnicos Superiores de Serviço Social, 1 Psicóloga, 1 Socióloga e 1 Técnico Superior de Gestão, 1 Educadora Social e 2 Animadores de UNIVAS- Unidades de Inserção na Vida Activa;
 - Intervenção comunitária em três concelhos abrangidos pelo projecto (Murça, Vila Pouca de Aguiar e Valpaços);
 - Desenvolvimento de um trabalho, estreito e contínuo, com os parceiros efectivos (Câmaras Municipais, Administração Regional de Saúde, Delegações Escolares e Instituto de Emprego e Formação Profissional, designadamente, Centros de Emprego Vila Real e de Chaves e Centro de Formação Profissional);
 - Realização de Acções, fundamentalmente, com incidência nas componentes previstas no projecto, designadamente, nas áreas Sócio - Educativas, Saúde, Formação Profissional, Acção Social Habitação e Infra - Estruturas,;
 - Estabelecimento de Parceria / Articulação com as Comissões Locais de Acompanhamento (C.L.A), do Programa Nacional do Rendimento Mínimo Garantido (RMG).
- Em simultâneo, prestei funções para o Departamento da Acção Social, deste Serviço Sub - Regional, equiparada a Coordenadora de Zona, na área da Acção Social dos três concelhos abrangidos pelo Projecto atrás referido, com as funções de: elaboração de propostas de subsídios existentes no âmbito desta área, na Segurança Social, intervenção nas áreas dos menores em

risco, adopção, deficiência/reabilitação e Sida e HIV, apoio técnico a instituições particulares de solidariedade social -IPSS- e outras.

- Desde 05 de Novembro de 1999, ingressei no quadro da carreira Técnica Superior de Serviço Social, como Técnica Superior de Serviço Social de 2ª classe, no então Serviço Sub-Regional de Bragança, afecta no Serviço Local de Carrazeda de Ansiães. Actualmente, no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Bragança, a exercer as seguintes funções:
- Coordenadora da C.L.A (Comissão Local de Acompanhamento) do Rendimento Mínimo Garantido, no concelho de Carrazeda de Ansiães.
 - Representante da Segurança Social na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens –CPCJ-, no concelho de Carrazeda de Ansiães.
 - Representante da Segurança Social na REDE SOCIAL, no concelho de Carrazeda de Ansiães.
 - Representante da Segurança Social na Conselho Municipal de Educação, no concelho de Carrazeda de Ansiães.
 - Representante da Segurança Social na Equipa de Intervenção Precoce, no concelho de Carrazeda de Ansiães.
 - Elaboração de propostas de subsídios eventuais, Toxicodependência, Sida e HIV, Apoio Domiciliário, Colocação Familiar (idosos, deficientes e crianças), a indivíduos e famílias de fracos recursos;
 - Organização de processos e elaboração de propostas para concessão de Ajudas Técnicas;
 - Elaboração de estudos com vista à constituição de famílias de acolhimento de crianças e jovens, pessoas portadoras de deficiência e idosos;
 - Intervenção nas áreas dos Menores em Risco, Adopção, Deficiência/Reabilitação, Toxicodependência e Sida;
 - Apoio técnico às Instituições Particulares de Solidariedade Social;

- Elaboração de Pareceres Sociais com vista à criação de equipamentos sociais e valências (nas áreas da infância e juventude, idosos, entre outras);
 - Elaboração de Pareceres Sociais relativamente a Projectos de Luta Contra a Pobreza, POEFDS, promovidos por IPSS, deste concelho;
 - Elaboração de relatórios sociais, com vista à atribuição de prestações do R.M.G;
 - Elaboração de Planos de Inserção.
- Desde 24 de Novembro de 2003 encontra-se a exercer funções de Técnica Superior de Serviço Social de 1ª classe na Administração Regional de Saúde do Norte - Sub-Região de Saúde de Vila Real, Centro de Saúde de Vila Real, nº1.

V-PARTICIPAÇÃO EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO/SEMINÁRIOS E COLÓQUIOS

-“ Pedagogia do projecto”, decorreu em Valongo nos dias 5, 23 e 25 de Janeiro e 10 e 20 de Fevereiro de 1989, orientadas pela coordenadora distrital do Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) Porto.

-“ Dificuldades de Aprendizagem”, decorreu nos dias 21 de Fevereiro de 1989, no concelho de Penafiel, organizado pela coordenação distrital do PIPSE do Porto.

-“ Dificuldades de Aprendizagem”, decorreu nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 1989, na Escola Superior de Educação do Porto -ESSE-, orientada pela Doutora Isabel Pereira Pinto (professora da cadeira dificuldades de aprendizagem).

-“Ligação Escola/Família/Comunidade”, apresentação de uma experiência realizada na escola primária das Saibreiras no Concelho de Valongo, no dia 12 de Julho de 1998, dirigida aos animadores pedagógicos, psicólogos e assistentes sociais, das equipas concelhias do distrito do Porto.

- " Novo Regime Jurídico da Cessação do Contrato Individual de Trabalho a Termo Certo", teve lugar nos dias 12 e 13 de Outubro de 1989, no Clube residencial da Boavista - Porto.
- Frequência com aproveitamento a Acção de Formação "Serviço Social Para a Educação", apoiada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a duração global de 110 horas, de 09 de Setembro a 07 de Dezembro de 1989.
- " Vida Quotidiana Contemporânea e Prática Social", realizou-se nos dias 18 e 19 de Julho de 1990, organizado pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto.
- " Jornadas Luso Espanholas sobre a Deficiência", realizadas de 8 a 11 de outubro de 1990, na Universidade do Minho, organizadas pelo Centro Regional de Segurança Social de Braga.
- " Família e Educação", decorreu nos dias 28 de Fevereiro de 1991, promovido pela Associação Famílias em colaboração com a Direcção Geral da Família.
- " Binómio Social e Económico numa perspectiva de Gestão", realizou-se nos dias 27-29/05/91 e 19-21/06/91, sob orientação de especialistas nas áreas da Gestão Organizacional no campo da Reabilitação da Pessoa com Deficiência, organizada pela Liga Portuguesa dos Deficientes Motores.
- " Barreiras Arquitectónicas e Transportes" - Garantir um Direito para Todos", decorreu em 11 de Junho de 1991, no auditório da Escola Superior de Enfermagem de Braga.
- A convite do Centro Regional de Segurança Social de Braga participei como Formadora no curso Ajudantes Familiares, abordando a temática , " A Pessoa Portadora de Paralisia Cerebral", decorreu no dia 25 de Julho de 1991, no Lar de Idosos de Famalicão.

-De 8 a 15 de Setembro de 1991, participei como Responsável de um grupo de Jovens da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral - Núcleo distrital de Braga, no VI Acampamento de Deficientes, que se realizou em Olhão.

-De 16 de Setembro e 8 de Novembro de 1991, voltei a participar como formadora abordando a mesma temática " A pessoa portadora de paralisia cerebral", que decorreu nas Instalações da Cruz Vermelha de Braga, dirigido ao mesmo curso.

- " Jornadas Nacionais da Acção Social", realizaram-se nos dias 6,7 e 8 de Novembro de 1991, no auditório da Universidade do Minho, organizadas pela Direcção Geral da Acção Social- DGAS- e pelo Centro Regional de Segurança Social de Braga.

- " Jornadas Minhotas de Alcoologia ", realizaram-se nos dias 15 e 16 de Novembro de 1991 em Braga, pelo Centro Regional de Alcoologia do Porto.

-Em 27 de Fevereiro de 1992, participei como Formadora, abordando a temática " A pessoa portadora de paralisia cerebral", numa acção de formação dirigida às educadoras de infância do Centro Regional de Segurança Social de Braga.

- " Análise dos Dados no Inquérito por Questionário", realizou-se nos dias 25, 26, 27 e 28 de Fevereiro de 1992, este curso decorreu e foi organizado pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

-Dos dias 6 a 15 de abril de 1992, participei no VI Acolhimento Temporário a Grandes Dependentes", realizado na colónia de Férias da Apúlia.

- "Escola Para Todos", realizou-se nos dias 7, 8 e 9 de Abril de 1992 em Vila Nova de Famalicão, organizados pela equipa do Ensino Especial deste Concelho.

- Em Maio de 1992, participei como formadora na acção de formação sobre "A criança com paralisia cerebral", a convite da equipa do Ensino Especial de Barcelos, decorreu nas instalações desta equipa, em Barcelos.

- "Viver com a Diferença Uma Vida Igual - From Handicap to Life", decorreu nos dias 21, 22 e 23 de Maio de 1992, organizado pelo Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian.

- Organização/Participação no Encontro Nacional de Jovens designado "Jogos Sem Barreiras", realizou-se nos dias 13, 14 e 15 de Novembro de 1992, na Colónia de Férias da Apúlia.

- Participação na "Reabilitação" 1990-92, realizada na cidade de Braga, em 11 de Dezembro de 1992.

- Participação no encontro "Os Sem Abrigo No Distrito de Lisboa", promovido pelo Governo Civil do Distrito de Lisboa nos dias 15 e 16 de Novembro de 1993.

- Frequência do curso "MS DOS Básico", que decorreu de 4 a 12 de Abril de 1994, no âmbito do PROFAP (Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública), nas instalações do sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, em Lisboa.

- Participação nas I Jornadas de Voluntariado de S. João de Deus", realizadas na Casa de Saúde do Telhal, no Algueirão Mem - Martins, Sintra, no dia 8 de Maio de 1994.

- Frequência do curso Windows 3.1, que decorreu de 20 a 28 de Outubro de 1994 no âmbito do PROFAP, nas instalações do sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, em Lisboa.

-Participação no módulo " Planificação Concepção e Gestão de Projectos- Políticas Sociais de Intervenção"-, nos dias 3 e 4 de Novembro de 1994, nas Instalações da Rede Europeia Anti Pobreza, no Porto.

-Participação nas Jornadas " Da pobreza ao Desenvolvimento", nos dias 14,15 e 16 de Novembro de 1995, no auditório da reitoria da Universidade de Coimbra, organizado pela Caritas Diocesanas de Coimbra.

-Participação no Fórum da " Acção Social", nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro de 1995, organizados pela Junta de Freguesia do Bonfim - Porto.

-Participação no seminário " Apoios Naturais na Intervenção Sócio Profissional da Pessoa Com Deficiência", decorreu nos dia 22 de Março de 1996, no Hotel Baía em cascais, Lisboa.

-Frequência com aproveitamento do curso " Formação de Formadores, Coordenação e Gestão da Formação", promovido pela CNS Norte, financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português, entre 14/06/96 e 27/07/96, com a duração de 70 Horas e com o nível 4 nos termos da qualificação da Comunidade Europeia.

-Participação na conferência " Desafios Ética no Atendimento da Pessoa com Deficiência Profunda", que decorreu nos dias 7 e 8 de Novembro de 1996, no auditório do Altis Park Hotel, organizado pela FENACERCI (Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas).

-Frequência com aproveitamento do curso " Formação de Formadores em Jogos Pedagógicos", promovido pela CNS Norte, financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português, entre

19/10/96 e 14/12/96, com a duração de 50 Horas e com o nível 4 nos termos da qualificação da Comunidade Europeia.

-Frequência da Acção de formação - Projecto A.C.A- " Acolher, Conhecer, agir", organizado pelo Serviço Sub - Regional de Segurança Social de Vila Real, decorreu nos dias 11, 12 de Março de 1997, com um total de 12 horas.

-Participação no " Encontro Regional de projectos", organizado pelo Comissariado Regional da Luta Contra a Pobreza, decorreu nos dias 11, 12 e 13 de Junho de 1997, no Seminário do Vilar - Porto.

-Participação como formadora na CNS Norte, onde ministrei o módulo " O Lúdico na Aprendizagem", a formandos de nível 4 nos termos da qualificação da Comunidade Europeia, com a carga horária de 21 horas, em Outubro de 1997.

-Participação no curso sobre "Rendimento Mínimo Garantido", realizado no serviço Sub-Regional de Vila Real, nos dias 8, 9 de Outubro e 7 de Novembro de 1997.

-"Encontro de Promotores", organizado pela Estrutura de Apoio Técnico do Sub - Programa Integrar " Integração Económica e Social dos Grupos Socialmente Desfavorecidos", que se realizou em Fátima no Auditório do Centro Pastoral Paulo VI, nos dias 10,11 e 12 de Dezembro de 1997.

-Participação no colóquio " Viver e Conviver com Dependências", realizado nos dias 26 e 27 de Março de 1998, organizado pelo Núcleo Distrital do projecto Vida de Vila Real.

-Frequência, com êxito, do curso " Organização Pessoal e Gestão do Tempo", realizado em Aveiro, a 15 e 16 de Abril de 1998.

-Frequência, com êxito, do curso " Comunicação e Assertividade", realizado em Évora, a 28 e 29 de Abril de 1998.

-Participação no Seminário " A Pobreza no Distrito de Braga: Ser Cidadão", que decorreu no dia 27 de Maio de 1998, no Auditório da Universidade do Minho.

-Participação no Encontro ACÇÃO SOCIAL EM DEBATE, promovido pela Direcção Geral da Acção Social em parceria com o Centro Regional de Segurança Social do Norte, que se realizou no dia 18 de Junho de 1998, no Porto.

-Participação numa Acção de Formação de Delegados da I. O. Integrar, nos dias 27 28 e 29 de Julho de 1998, em Santarém, promovida pela Estrutura Central, onde foram abordadas noções/conceitos contabilísticos básicos uniformes para todo o país, indispensáveis para a análise das candidaturas do Sub - Programa Integrar.

-Frequência com êxito do curso "Prevenção e Gestão do Stress", realizado em Lisboa, no dia 12 de Outubro de 1998.

-Participação nas Jornadas de Reflexão, subordinadas ao tema " Uma Sociedade Para Todos", realizadas pela Segurança Social, Serviço Sub-Regional de Vila Real, no dia 8 de Abril de 1999.

-Participação no Encontro "Toxicoddependência, Psiquiatria e a Cidade", organizado pelo Centro de Acolhimento a Toxicoddependentes de Vila Real, no dia 15 de Abril de 1999.

-Participação no Seminário "Menores Em Risco": -CAUSAS- QUE RESPOSTAS, organizado pelo Projecto ANIMAR- Programa Ser Criança, que decorreu no dia 16 de Abril de 1999 no Hotel S. Francisco em Chaves.

-Frequência com aproveitamento do curso de Informática -Programa Power Point- Apresentações Multimédia", que decorreu no período de 04.05.99 a 15.07.99, realizado pela VILAFORMA, empresa de formação Acreditada pelo INOFOR.

- Leccionei o módulo "Gestão em Recursos Humanos", do curso Criação de Empresas, nos dias 3, 12 e 13 de Julho de 1999, com a duração de 20 horas. Este curso teve como destinatários jovens do 12º ano á procura do 1º emprego, do concelho do Peso da Régua. Curso promovido pela ANJE- Associação Nacional de Jovens Empresários.

- Participação no III Encontro de Promotores do Sub - Programa Integrar, denominado "INTEGRAR - AVALIAR O PASSADO, PENSAR O FUTURO", que se realizou em Lisboa, nos dias 16 e 17 de Dezembro de 1999.

- Frequência da Acção de Formação designada por " Formação Avançada de informática", realizada pela empresa de formação VILLA FORMA, tendo frequentado os módulos de Introdução, Windows e Corel Draw, no total de 32 horas, 1999.

- Participação no Seminário vídeo - conferência: Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza na União Europeia: a garantia de um Rendimento Mínimo, nos dias 01 e 02 de Fevereiro de 2000, promovido pelo Centro Regional de Segurança Social do Norte.

- Participação na Conferência subordinada ao tema SER JOVEM- DESAFIOS DO SÉC.XXI, realizado no Centro de Apoio Rural de Carrazeda de Ansiães, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, em Junho 2000.

- Frequência da acção de formação "Informática para Utilizadores e Qualidade de Serviço" com a duração total de 60 horas, do período de 18 de Outubro a 31 de Novembro de 2000, realizado no serviço Sub-Regional de Bragança:

A acção foi constituída pelo módulo "Introdução à Micro informática", com a duração de 30 horas e pelo módulo "Qualidade de Serviço" com a duração de 30 horas, organizado pelo IIES- Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade.

- Participação no seminário "Crianças e Jovens em Perigo - A Participação da Comunidade" - realizado nos dias 23 e 24 de Novembro de 2000, promovido pela Associação de Investigação e Debate em Serviço Social, realizada nas instalações da Universidade Fernando Pessoa, Porto.

- Participação no Seminário da "Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: Uma aposta para o Novo Milénio", realizado a 8 de Fevereiro de 2001, no auditório II de Reuniões da FIL- Parque das Nações- Lisboa.

- Participação no XXI Workshop sobre "Saúde, Emprego, Acção Social e Grupos Desfavorecidos", promovido pela PROSALIS- Projecto de Saúde em Lisboa- realizado no dias 07 e 08 de Maio de 2001, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

- Participação numa formação de formadores destinada aos técnicos do Rendimento Mínimo Garantido sobre "problemas ligados ao álcool", realizou-se nos dias 19 e 20 de Setembro de 2001 no Centro Regional de Alcoologia no Porto.

- Participação no Seminário, de Formação Parental, promovido pela Comissão Nacional da Família, realizado no Porto em 12 de Dezembro 2001.

- Elaborei uma candidatura ao Comissariado do Norte da Luta Conta a Pobreza, projecto designado “DESPERTARES”, promovido pela Câmara Municipal da Régua, com aprovação, encontra-se em fase de execução.

- Elaborei uma candidatura no âmbito do III QCA- POEFDS- Programa Operacional Emprego e Desenvolvimento Social- Medida 5.1- Apoio ao Desenvolvimento Social-, projecto designado “S.COSMADO/ARMAMAR EM MUDANÇA”, promovido pela Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado, aprovado e em execução desde Outubro de 2001 até 31.12.2002.

- Organização/Participação do e no colóquio subordinado ao tema “As Mulheres no Meio Rural”, promovido pelo Centro Social Paroquial de Pombal/Carrazeda de Ansiães, no âmbito do Projecto designado Pró-Desenvolvimento de Pombal/Carrazeda de Ansiães, financiado pelo Eixo 5- Medida 5.1 do POEFDS- Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social -III QCA-, realizado no dia 07 de Março de 2002, no Centro de Apoio Rural de Carrazeda de Ansiães.

- Organização/Participação do e no colóquio subordinado ao tema “Emprego das Mulheres no Interior: Vulnerabilidades e Estratégias de Intervenção para a Igualdade de Oportunidades”, promovido pela Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado, no âmbito do Projecto designado “ S. Cosmado/Armamar em Mudança”, financiado pelo Eixo 5- Medida 5.1 do POEFDS- Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social -III QCA-, realizado no dia 08 de Março de 2002, nas instalações da referida Associação.

- Leccionei o módulo “Segurança Social”, no âmbito do Projecto atrás mencionado, Tipologia 5.1.2.1, acção formação pré profissional de mulheres, no dia 30 de Julho de 2002, com a carga horária de 7 horas.

- Participação na qualidade de oradora numa Conferência/Palestra designada “Avós e Netos - Uma Relação Indispensável, promovida pela Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado, no âmbito do Projecto Comunitário, financiado pelo POEFDS, “S. Cosmado/Armamar em Mudança” em 2002.08.22, em S.Cosmado.

- Elaborei uma candidatura no âmbito do III QCA- POEFDS- Programa Operacional Emprego e Desenvolvimento Social- Medida 5.6- Apoio da Rede de equipamentos e serviços de Promoção do Desenvolvimento Social-, projecto designado “APOIAR A CRESCER E EDUCAR”, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Moimenta da Beira, com aprovação, encontra-se em fase de execução da obra .

- Participação numa Mesa Redonda “Uma conversa sobre a pobreza: conceitos, políticas e acções em Portugal, promovido pela REAPN-Rede Europeia Anti Pobreza, em 2002.10.17, no Centro de Reuniões da FIL-Auditório III-Lisboa.

- Elaborei nova candidatura no âmbito do III QCA- POEFDS- Programa Operacional Emprego e Desenvolvimento Social- Medida 5.1- Apoio ao Desenvolvimento Social-, projecto designado “S.COSMADO/ARMAMAR EM MUDANÇA 2”, promovido pela Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado, no sentido de dar continuidade a acções comunitárias implementadas e novas acções, para os anos de 2003 e 2004, esta encontra-se ainda em fase de análise técnica.

-Participação no Seminário Europeu “Pobreza e Europa: Que Futuro”, promovido pela REAPN- Rede Europeia Anti/Pobreza Portugal, realizado nos dias 12 e 13 de Novembro 2002, na Casa Diocesana de Vilar, Porto.

-Participação no Colóquio “Violência Doméstica: Tolerância Zero- Desenvolvimento e Paz para o século XXI”, organizado pela Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado, no

âmbito do Projecto “ S. Cosmado/Armamar em Mudança”, realizado no dia 22 de Novembro de 2002, em S. Cosmado/Armamar.

-Exerci as funções de consultora pedagógica no projecto atrás referido, desde 01 de Outubro de 2001 a 31 de Dezembro de 2002, com uma carga horária de 30 horas mês, no total de 450 horas, durante a execução do projecto.

- Participação na **Semana Europeia para a conciliação trabalho-vida familiar e social**, no dia 11 de Março de 2003, painéis: **Gestão de Espaços e Mobilidade e Políticas Sociais e de Trabalho**, promovido pela Byweb 2- Formação e informática, Lda., financiado pela iniciativa comunitária Equal, realizado na Fundação Copertino Miranda, Porto.

- Organização e participação no colóquio **“Nem Coitadinho nem Super Herói”**- no dia 05 de Dezembro de 2003, no âmbito das comemorações do ano europeu das pessoas com Deficiência, promovido pela Associação de Solidariedade Social e Recreativo de S. Cosmado, 2003.

-Frequência do curso de Formação Profissional de encontros INTER-CLAS no âmbito da Rede Social, que decorreu em Bragança, a 17-11-2003, com a duração de 4 horas.

-Frequência do **I Encontro de Serviço Social em Saúde Infantil**, realizado no dia 5 de Fevereiro de 2004, no Auditório da casa Municipal da Cultura, em Coimbra

- Frequência do Seminário **“Práticas de Programas de Voluntariado”** organizado pela IUDEX- Associação de Estudos Sócios, no dia 26 de Março de 2004, no total de 7 horas, em Braga.

- Frequência do **Workshop de Vila Real do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)**, promovido pela REAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, que teve lugar no Auditório do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, no dia 20 de Abril, das 14.00 às 17.30h.

- Frequência do curso **Promoção da Saúde em Meio Escolar**, formação de aperfeiçoamento “Intervenção Comunitária e Promoção da Saúde”, que decorreu nos dias 28, 29, 30, de Junho e 1 de Julho, com a carga horária total de 24 horas, promovida pela ARS-Norte através do Programa Operacional Saúde -SAÚDE XXI-, realizada no Porto.

- Frequência da Acção de Formação em Alcoologia para Profissionais dos Serviço Nacional de Saúde, realizada no âmbito do Programa INTERREG III A- ALCOOLISMO, no Centro de Formação da Sub-Região de Saúde de Vila Real, nos dias 25,26 e 27 de Outubro de 2004, com 18 horas de formação.

- Frequência das I Jornadas “ O Serviço Social e os Desafios na Saúde”, que decorreu no período de 14 a 15 de Abril de 2005, na Estalagem do Sado em Setúbal.

- Frequência do Seminário “Toxicoddependência: Estratégias Preventivas”, realizado no dia 27 de Junho de 2005, em Vila Real.

OUTROS

-Renovação da Certificação de Aptidão Profissional, emitido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade- Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 04 de Junho de 2003. Certifica que possui competências pedagógicas para exercer a profissão de Formadora, conforme as que estão definidas no respectivo perfil profissional, até 04.06.2008.

-Frequência do 2º ano da licenciatura em Ciência da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade do Porto, no ano lectivo de 1996/97.

- Mestre em "Estudos Sobre as Mulheres", conclusão em Abril 2005 na UA- Universidade Aberta, com a classificação de BOM.

- Dissertação intitulada "*Contribuição para o Estudo da Influência das Novas Políticas Sociais na Formação e Inserção Profissional das Mulheres no Concelho de Santa Marta de Penaguião*", orientada pela Prof. Doutora Maria das Dores Guerreira, docente do ISCTE e investigadora no ICS- Instituto de Ciências Sociais- no grupo da Sociologia da Família.

